



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO
SOCIAL

SIMONE MOREIRA DOS SANTOS SOUZA

SERVIÇO SOCIAL NA PREVIDÊNCIA: UM ESTUDO
A PARTIR DA PRODUÇÃO NA ÁREA (2010-2014)

São Cristóvão - SE
2016

SIMONE MOREIRA DOS SANTOS SOUZA

SERVIÇO SOCIAL NA PREVIDÊNCIA: UM ESTUDO A PARTIR DA PRODUÇÃO NA
ÁREA (2010-2014)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Serviço Social, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Vera Núbia Santos

São Cristóvão - SE
2016

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

S729s Souza, Simone Moreira dos Santos
Serviço social na Previdência : um estudo a partir da produção
na área (2010-2014) / Simone Moreira dos Santos Souza ;
orientadora Vera Núbia Santos. – São Cristóvão, 2016.
115 f. : il.

Dissertação (mestrado em Serviço Social) – Universidade
Federal de Sergipe, 2016.

1. Serviço social. 2. Previdência Social. 3. Política social. 4.
Assistência social. I. Santos, Vera Nubia, orient. II. Título.

CDU 364.3:351.84

SIMONE MOREIRA DOS SANTOS SOUZA

SERVIÇO SOCIAL NA PREVIDÊNCIA: UM ESTUDO A PARTIR DA PRODUÇÃO NA
ÁREA (2010-2014)

Dissertação aprovada em 13/06/2016, como pré-requisito para a obtenção do grau de Mestre no curso de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe, pela seguinte banca examinadora:

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Vera Núbia Santos – Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe (Orientadora)

Prof.^a Dr.^a Márcia Santana Tavares (Examinadora) - Departamento de Serviço Social da Universidade Federal da Bahia

Prof.^a Dr.^a Rosangela Marques dos Santos (Examinadora) – Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe

São Cristóvão - SE
2016

**Dedico este trabalho aos meus pais, Simião
Moreira dos Santos (in memoriam) e
Cremilda Bazílio dos Santos, pessoas que
amo muito.**

AGRADECIMENTOS

A Deus, sem o qual nada disso teria acontecido. Obrigado, Senhor, pelas bênçãos e maravilhas que tens feito na minha vida, pelas vitórias e conquistas que a cada dia me concede, pelas dificuldades, pelas lutas e provas que me fortalecem, pelas amizades puras e sinceras, pelo do dom da vida. Obrigada por me deixar sonhar!

Aos meus pais Simião (in memoriam) e Cremilda, que de todos os ângulos e de todas as formas me encorajaram a lutar por meus ideais, meus sinceros agradecimentos.

A meu esposo Elias João pela paciência, perseverança e amor devotado durante toda a realização deste trabalho, não tenho palavras para expressar tamanha gratidão e, com certeza, se me atrevesse a escolher algumas, nesta pequena página não haveria espaço suficiente. Obrigado por tudo Elias, você é o melhor companheiro, enfim o melhor esposo do mundo. Te amo muito!

À prof.^a Dr^a Vera Núbia Santos, minha orientadora, pela paciência dispensada nesse processo de orientação, pelos conhecimentos ininterruptos, pelo jeito simples, competente de transmitir informações, agradeço pelo esforço e dedicação comigo.

A minha irmã, amiga Mariete obrigada pelas intercessões. As colegas de trabalho, Psicólogas Maria Aldineide e Gisele obrigada pelo incentivo e pela força.

Às queridas Professoras da Banca Examinadora por compreender minhas dificuldades nesse processo de elaboração da dissertação e pela aceitação do convite em participar desse momento ímpar de minha formação.

Às professoras do Departamento de Serviço Social da UFS que transmitiram conhecimento, carinho, apreço e amizade durante a minha graduação, obrigada a todas.

A todos os professores da educação básica, sem vocês certamente essa conquista não seria possível.

**“[...] acho que o contato com o sobrenatural é feito em silêncio e [numa profunda] meditação solitária. A inspiração, para qualquer forma de arte, tem toque mágico porque a criação é absolutamente inexplicável”.
(Clarice Lispector)**

RESUMO

O presente estudo é produto de desdobramentos gerados no processo de pesquisa sobre o Serviço Social na Previdência a partir da produção na área no período de 2010 a 2014. Nesse trabalho, entre outras observações, é possível constatar que, à medida que em que se consolida a contrarreforma da Previdência nas décadas de 1990 e 2000, há uma profunda alteração na sua estrutura administrativa e mudanças significativas nos serviços, planos e critérios de acesso aos benefícios tanto no Regime geral quanto no Próprio, e com isso reduz as possibilidades de acesso aos direitos historicamente conquistados pela classe trabalhadora e essa constatação é percebida no Serviço Social por meio da produção na área. No que tange ao Serviço Social, a Matriz Teórico Metodológica na Previdência de 1994 emerge numa contracorrente às ideias neoliberais implantadas no país, na efetiva defesa dos direitos do trabalhador. A questão central deste trabalho é evidenciar a compreensão sobre a contrarreforma da previdência na produção do Serviço Social brasileiro, mormente no exame da produção em pós-graduação *stricto sensu* e em eventos nacionais da área, no período de 2010-2014. Foram localizados 59 trabalhos publicados em anais dos Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais (CBAS) e Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS) e cinco dissertações disponíveis no Portal da Capes, que evidenciaram a existência de demandas e desafios para a profissão no âmbito da Previdência Social. Destacam-se como desafios do Serviço Social na Previdência: novas demandas, precarização das condições de trabalho, mudanças no perfil da classe trabalhadora, flexibilização dos direitos trabalhistas e previdenciários, focalização das políticas sociais. Ressalta-se nessa direção o novo modelo de avaliação para a concessão do BPC para pessoas com deficiência como uma nova demanda do Serviço Social na Previdência. Conclui-se que os profissionais que atuam na política previdenciária enfrentam condições de trabalho que perpassam pelas tendências de focalização, precarização, desvalorização entre outras situações que ferem os princípios do projeto ético político do Serviço Social. Some-se ainda, o cenário de privatização da Seguridade Social que atinge frontalmente a Política da Previdência.

Palavras-chave: Previdência Social. Serviço Social. Contrarreforma do Estado.

ABSTRACT

The present study is the product of developments generated in the research process on Social Work in Social Security from the production area in the period from 2010 to 2014. In this work, among other observations, it is clear that, as in that consolidates counter-reform Social Security in the 1990s and 2000s, there is a profound change in its administrative structure and significant changes in services, plans and benefits to the access criteria both in the general scheme as the Self, and it reduces the possibilities of access to rights historically achieved by the working class and this finding is perceived in social work through the production area. Regarding the Social Service, the Theoretical Matrix Methodology in Social Security 1994 emerges a counter to neoliberal ideas implemented in the country, the effective protection of workers' rights. The central question of this work is to demonstrate the understanding of the counter-reform welfare in the production of the Brazilian Social Service, especially in the examination of the production in post-graduate studies and national events of the area in the 2010-2014 period. They were found 59 papers published in Annals of the Brazilian Congress of Social Workers (CBAS) and National Meetings of Researchers in Social Service (ENPESS) and five dissertations available in Portal Capes, which revealed the existence of demands and challenges for the profession within the Social Security. They stand out as challenges of Social Work in Social Security: new demands, precarious working conditions, and changes in the profile of the working class, flexibility of labor and social security rights, focusing social political. It is noteworthy that direction the new evaluation model for granting the BPC to disabled people as a new demand of Social Work in Social Security. We conclude that the professionals working in social security policy face working conditions that move through the focus of trends, precariousness, depreciation and other situations that hurt the principles of ethical political project of Social Work. It is still some, the privatization scenario for Social Security reaches unerring frontally the Security Political.

KEYWORDS: Social Security. Social Services. The State Counter-reform.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Descrição das dissertações defendidas no período de 2010 a 2014 em pós-graduação da área por título, autoria e categoria	66
Quadro 2 – Atribuições de assistentes sociais na previdência.....	67
Quadro 3 – Demandas apresentadas ao assistente social na previdência.....	67
Quadro 4 – Identificação dos trabalhos que abordaram o BPC e novo modelo de avaliação no CBAS (2010)	85
Quadro 5 –Identificação dos trabalhos que abordam o BPC e novo modelo de avaliação no ENPESS (2012).....	87
Quadro 6 – Identificação dos trabalhos que abordam o BPC e novo modelo de avaliação no CBAS (2013).....	88
Quadro 7 – Identificação dos trabalhos que abordam o BPC e novo modelo de avaliação no ENPESS (2014).....	90

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Publicações sobre o Serviço Social e Previdência nos CBAS (2010 e 2013), por ano e categoria.....	62
Tabela 2 – Publicações sobre Serviço Social e Previdência nos ENPESS (2010 a 2014), por ano e categoria.....	63
Tabela 3 – Publicações sobre Serviço Social e Previdência nos CBAS e ENPESS (2010 a 2014), por evento e categoria.....	63
Tabela 4 – Dissertações sobre o Serviço Social e Previdência Social (2010 a 2014).....	65

LISTA DE SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
AGU	Atendimento Geral ao Usuário
APS	Agência da Previdência Social
BESS	Boletim Estatístico do Serviço Social
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CBAS	Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CID	Classificação Internacional de Doenças
CIF	Classificação Internacional de Funcionalidade
CNT	Conselho Nacional do Trabalho
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
DATAPREV	Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social
EAPC	Entidades Abertas de Previdência Complementar
EC	Emenda Constitucional
EFPC	Entidades Fechadas de Previdência Complementar
ENPES	Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social
FMI	Fundo Monetário Internacional
FUNRURAL	Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural
FUNPRESP	Fundo de Pensão dos Servidores Públicos da União
GEXCPG	Gerência Executiva de Campina Grande
GEXJF	Gerência Executiva de Juiz de Fora
GEX	Gerência Executiva
GTI	Grupo de Trabalho Interministerial
IAP	Instituto de Aposentadorias e Pensões
IAPAS	Instituto de administração financeira da Previdência Social
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPS	Instituto Nacional de Previdência Social
INSS	Instituto Nacional de Seguro Social
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social

LOPS	Lei Orgânica da Previdência Social
MPS	Ministério da Previdência Social
MPC	Modo de Produção Capitalista
OMS	Organização Mundial de Saúde
PBA	Plano Básico de Ação
PFE	Procuradoria Federal Especializada
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PEP	Programa de Educação Previdenciária
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PRORURAL	Programa de Assistência ao Trabalhador Rural
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
RGPS	Regime Geral de Previdência Social
REV/LOAS	Revisão do Benefício de Prestação Continuada
RPPS	Regime Próprio de Previdência Social
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESI	Serviço Social da Indústria
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUIBE	Sistema Único de Informações sobre Benefício
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFS	Universidade Federal de Sergipe

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
2. CAPÍTULO I: PREVIDÊNCIA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: Uma Histórica Relação	23
3. CAPÍTULO II: REFLEXÕES SOBRE A CONTRARREFORMA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL.....	39
3.1. CONTRARREFORMA DA PREVIDÊNCIA BRASILEIRA: apontamentos do debate contemporâneo.....	39
3.2. UMA BREVE ANÁLISE SOBRE A PREVIDÊNCIA PRIVADA NO BRASIL E SUA RELAÇÃO COM O CAPITAL FINANCEIRO	49
3.3. MATRIZ TEÓRICO-METODOLÓGICA DO SERVIÇO SOCIAL NA PREVIDÊNCIA SOCIAL	52
4. CAPÍTULO III: PREVIDÊNCIA SOCIAL NA PRODUÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL: análise sob a perspectiva das produções no período de 2010-2014	57
4.1. A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE A PREVIDÊNCIA SOCIAL: aproximações com o estado da arte no serviço social.....	57
4.2. A CONTRARREFORMA DA PREVIDÊNCIA E OS DESAFIOS IMPOSTOS AO SERVIÇO SOCIAL.....	67
5. CAPÍTULO IV: AVALIAÇÃO SOCIAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: uma análise sobre a atuação do assistente social na previdência social nas produções de 2010-2014	78
5. 1 O SERVIÇO SOCIAL NA PREVIDÊNCIA E O NOVO MODELO DE AVALIAÇÃO DO BPC	78
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	100
REFERÊNCIAS	103

1. INTRODUÇÃO

A Previdência Social faz parte do conjunto das políticas de proteção social que, junto com a saúde e a assistência social, forma o tripé da Seguridade Social no Brasil. A Previdência Social foi instituída para trabalhadores, e/ou seus dependentes, que perderam total ou parcialmente a sua capacidade laborativa, e de forma temporária ou permanente foram acometidos por situações de doenças, invalidez, velhice, maternidade e reclusão ou mesmo pela morte. Esses trabalhadores, ou familiares, a depender do acometimento, procuram serviços e benefícios da Previdência Social, por meio do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS).

Para atendimento aos serviços ofertados pela Previdência encontra-se, dentre outros trabalhadores, o assistente social, a quem coube a responsabilidade pela implantação da Matriz Teórico Metodológica do Serviço Social na Previdência Social, atualizada em 1994. Essa Matriz tem por pressupostos as competências e atribuições definidas pela Lei 8.662/93, que regulamenta a profissão (BRASIL, 1993) e direção ética regida pelo Código de Ética Profissional dos/as Assistentes Sociais (CFESS, 1993). Essa responsabilidade pressupõe ao assistente social uma atuação pautada na defesa dos direitos garantidos aos cidadãos em todos os aspectos, e nas diversas políticas em que atua inclusive na Previdência Social.

Porém, ainda que haja um aparato jurídico-normativo que assegure um exercício profissional com uma direção social e ético-política estabelecida, as refrações decorrentes da contrarreforma do Estado atingem centralmente os direitos de trabalhadores e exigem de assistentes sociais posicionamento crítico e atuação comprometida com a defesa desses direitos.

É importante destacar que o Serviço Social no Brasil possui uma longa trajetória na Previdência Social, sua inserção nesse espaço ocupacional ocorreu na década de 1940. A Previdência Social está entre as primeiras instituições brasileiras que instituiu assistentes sociais em sua estrutura organizacional. Na década de 1990, porém, a relação instituição/profissão já não possui o mesmo significado, os reflexos da crise internacional do capital rebatem no Estado brasileiro que passa por um processo de contrarreforma idealizado pelos representantes do neoliberalismo e do capital financeiro. E em decorrência desse contexto, a Previdência Social também é inserida na agenda do capital como uma das principais instituições que precisava ser “reformada”, e faz-se necessária a atualização da Matriz Teórico-Metodológica numa clara oposição ao que se constitui essa “reforma”, ao mesmo tempo em que se busca dar materialidade ao projeto profissional gestado, ainda que em seus princípios, pela categoria.

A contrarreforma do Estado brasileiro e da Previdência Social nos últimos anos proporcionou rebatimentos para o Serviço Social, dentre os quais se destacam a

desregulamentação de suas funções, flexibilização e redução dos direitos sociais, redução do número de profissionais (BARBOSA, 2007). As ideias neoliberais serviram para o governo brasileiro intensificar a mercantilização dos direitos sociais para favorecer o setor privado, promover a previdência complementar e a reestruturação do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

É nesse contexto e amparado no projeto profissional que o Serviço Social na Previdência passa a questionar a prática profissional, momento em que assistentes sociais começam a refletir e analisar a sua atuação com base no que se propõe o projeto ético político¹, ou seja, passam a “[...] discutir possibilidades de elaborar respostas profissionais que transparecessem o compromisso com a Previdência pública, redistributiva, de qualidade e com a participação dos trabalhadores” (MOREIRA, 2005, p. 106).

Trata-se de um momento específico para a sociedade brasileira que passa por mudanças. No seu exercício profissional o assistente social que atua na Previdência Social tem por base, além do marco legal da profissão, a Lei nº 8.213/1991 (BRASIL, 1991) que em seu artigo 88, destaca:

Compete ao Serviço Social esclarecer junto aos beneficiários seus direitos sociais e os meios de exercê-los e estabelecer conjuntamente com eles o processo de solução dos problemas que emergiram da sua relação com a Previdência Social, tanto no âmbito interno da instituição como na dinâmica da Sociedade.

A atuação do assistente social na Previdência tem por base um referencial crítico e dialético conforme preconiza o projeto ético-político da profissão que exige de profissionais exercerem seu trabalho de forma compromissada com os direitos dos usuários, no acesso aos benefícios e serviços prestados no âmbito da Previdência Social, através da socialização de informações, sendo esta uma maneira de contribuir para a formação crítica e política do cidadão (SILVA, 2000).

A percepção sobre a atuação profissional pautada em um projeto profissional que se inscreve na contracorrente de um cenário cada vez mais adversa com as conquistas da classe trabalhadora é uma discussão que se coloca em evidência, pelos desafios que aponta para o horizonte ético-político do Serviço Social. Na seara dessa profissão, as questões que se

¹ A dimensão política do projeto é claramente enunciada: ele se posiciona a favor da equidade e da justiça social, na perspectiva da universalização do acesso a bens e a serviços relativos às políticas e programas sociais; ampliação e consolidação da cidadania são explicitamente postos como garantia dos direitos civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras. (NETTO, 1999, p. 16).

evidenciam com a adesão do estado ao projeto neoliberal adensam a necessidade de se perceber o caminho que surge como de embates contínuos. Diante de tais situações elegeu-se como objeto dessa investigação a atuação e perspectiva do Serviço Social na Previdência, tendo por base a análise da produção em eventos nacionais e na pós-graduação *stricto sensu* da área no período de 2010 a 2014.

Ante o exposto, e em face do objeto de investigação, apontam-se as seguintes hipóteses norteadoras da pesquisa:

- As contrarreformas na Previdência Social brasileira nas décadas de 1990 e 2000 provocaram mudanças significativas nas condições de trabalho e nas demandas postas a assistentes sociais, que colidem com a perspectiva de defesa de direitos inerentes ao projeto profissional da categoria.

- As demandas direcionadas para os assistentes sociais que atuam na Previdência Social estão relacionadas ao perfil da classe trabalhadora, que vem apresentando vínculos de trabalho em tempo parcial, temporários, precários e informais. Essa realidade requisita uma atuação do assistente social que se vincule com a situação desse público;

- Na trajetória da atuação profissional do assistente social na Previdência Social conquistou-se como elemento fulcral a defesa do acesso aos serviços e benefícios previdenciários por toda classe trabalhadora, elemento que ainda se evidencia na produção na científica.

A questão central para analisar o tema é: qual compreensão sobre a contrarreforma da Previdência se faz presente na produção do Serviço Social brasileiro e quais os impactos para o exercício profissional do assistente social? Para tentar responder à questão norteadora desta pesquisa, delimitamos o seguinte objetivo geral: Analisar a atuação do assistente social na Previdência Social, pós o processo de contrarreforma decorrido nas décadas de 1990 e 2000 em relação às condições de trabalho, demandas e desafios, tendo como base na produção acadêmico-profissional da categoria em pós-graduação *stricto sensu* na área e nos eventos nacionais da categoria realizados pelas associações profissionais, quais sejam o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

Com o intuito de atingir tal objetivo, outros objetivos específicos são apontados:

- Mapear, no período de 2010 a 2014, as dissertações de mestrado e teses de doutorado na área e, nos anais do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) e Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), os artigos que tratam sobre atuação do assistente social na Previdência;

- Identificar as atribuições de assistentes sociais inseridos na Previdência Social e analisar as condições de trabalho a que são submetidos, por meio da produção na área, conforme mapeamento;

- Conhecer as demandas direcionadas para os assistentes sociais que atuam na Previdência Social, a partir da análise dos trabalhos publicados no período de 2010 a 2014, sejam de pós-graduação na área de Serviço Social, sejam em eventos nacionais da área, especificamente CBAS e ENPESS.

O interesse pelo estudo surgiu, inicialmente, durante a graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Sergipe (UFS) no período de 2008 a 2013, a qual permitiu a participação em pesquisa de iniciação científica voluntária sobre a Inserção Profissional e as Condições de Trabalho de Assistentes Sociais em Sergipe (2011-2012), momento em que se teve contato com vários profissionais inseridos em diferentes políticas sociais.

No caso de profissionais que atuavam na Previdência Social, apenas um assistente social deu retorno, mesmo tendo sido enviado o questionário para vários profissionais lá inseridos. A ausência de respostas de profissionais instigou o desejo de conhecer a atuação do assistente social na Previdência. O processo de contrarreforma dessa política tem rebatido nas condições de trabalho e no exercício profissional, razão pela qual resolvemos aprofundar os estudos sobre esse espaço ocupacional na pós-graduação.

Observamos também, durante as disciplinas da graduação poucos estudos sobre o tema, e no caso de uma pesquisa de iniciação científica voltada para as condições de trabalho e inserção profissional, não se pode aprofundar a análise sobre a Previdência Social no cenário de regressão dos direitos sociais. Em face dessa realidade, com o aprofundamento das leituras sobre a atuação do Serviço Social na Previdência, entendeu-se ser essa uma temática que necessitava ser analisada com mais rigor teórico, visto que estão inseridas as três dimensões teóricas da profissão quais sejam: ético político, teórico metodológica e técnica operativa.

Os resultados desta investigação contribuem para enriquecer o debate sobre o Serviço Social e a Previdência Social em tempo de crise do capital e de precarização das condições de trabalho. Desta feita, em decorrência das mudanças no contexto social com o aprofundamento de nossos estudos e a necessidade de compreender a atuação do assistente social na Previdência em meio ao processo de contrarreforma desta política, os resultados desta investigação dão continuidade aos estudos desenvolvidos no âmbito da graduação em Serviço Social.

Essa investigação, por fim, pode contribuir especialmente, para profissionais e estudantes de Serviço Social de todo o país, como uma maneira de suscitar reflexões e debates acerca da atuação do assistente social na Previdência, além de possibilitar uma análise crítica a

respeito da Previdência Social através da crítica dialética. A perspectiva histórico crítico analisa os fenômenos a partir das suas relações, historicidade, mediações e contradições. De acordo com Netto (2011), o conhecimento é produzido a partir do real (concreto) envolve a universalidade, a singularidade e a particularidade.

Nessa perspectiva teórica, o objeto estudado é visto como uma totalidade, um complexo formado por outros complexos em que permeiam várias categorias, apresenta características ontológicas e reflexivas. Assim, o estudo do objeto vai do concreto ao abstrato apresentando uma síntese de múltiplas determinações. Em virtude disso, e por entender que a Previdência Social não está à parte das propostas de saída da crise do capital no contexto das determinações sociais, econômicas e históricas, o presente estudo fundamenta-se no materialismo histórico dialético, como já apontamos anteriormente.

Observa-se que nesse método, o objeto existe por si só, ao pesquisador cabe reconstruir seu movimento através da dialética. Assim, o método em Marx apresenta como categorias centrais a contradição, a totalidade e a mediação.

O método histórico crítico compreende a realidade como um todo, para analisar um fato faz-se “[...] uma apreensão radical (que vai à raiz) da realidade e, enquanto práxis, isto é, unidade de teoria e prática na busca da transformação e de novas sínteses no plano do conhecimento e no plano da realidade histórica” (FRIGOTTO, 1995, p.73).

A pesquisa desenvolvida foi de caráter exploratório, que, de acordo com Gil (2008, p. 27) tem “[...] o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato”. A técnica procedimental utilizada foi a da pesquisa bibliográfica e documental, com análise qualitativa dos dados. A pesquisa de natureza qualitativa se preocupa em compreender a realidade e os fatos que não podem ser quantificáveis. (MINAYO, 1994).

A pesquisa fundamentou-se na análise de dissertações de mestrado defendidas na área de Serviço Social e produzidas a partir do ano de 2010 até 2014, que relacionavam Serviço Social e Previdência Social. Também analisamos trabalhos publicados nos anais de CBAS e ENPESS por entendê-los como possíveis de refletir o movimento de apropriação de profissionais acerca da contrarreforma da Previdência. Para dar efetividade à pesquisa classificamos os trabalhos nas seguintes categorias:

- 1) Pesquisa de Campo: trabalhos que se caracterizem pela pesquisa sobre a atuação do assistente social na Previdência tendo por resultados a percepção de sujeitos da pesquisa;

2) Relatos de Experiência Profissional: trabalhos que tratem de relatos sobre o exercício profissional na Previdência Social;

3) Análises teóricas: trabalhos cujos autores apresentem reflexão com base em estudos sobre a atuação do assistente social na Previdência.

O lapso temporal que se evidencia para análise da produção, privilegiou os anos de 2010 a 2014, em razão do processo de contrarreforma da Previdência, instituído no primeiro Governo Lula, que deu seguimento à contrarreforma de Estado gestada na década de 1990 e que ainda apresenta avanços na lógica neoliberal. Com esse levantamento, aprofundamos a análise sobre a atuação e perspectiva do Serviço Social na Previdência Social, situando um estado da arte sobre a temática na atualidade do Serviço Social brasileiro e apontando os entraves e desafios à profissão.

Nesse sentido, os resultados desta pesquisa indicam que a contrarreforma da Previdência Social tem reduzido direitos conquistados pela classe trabalhadora. Observa-se que desde o Governo Collor (1990/1992) até o Governo Dilma (2011/2014), as orientações do Banco Mundial e de outros organismos internacionais, são seguidas à risca com a implantação de uma previdência pública mínima e básica e a instituição da previdência privada custeada pelas contribuições dos trabalhadores. Os argumentos favoráveis à reforma embasam-se no *déficit* na Previdência e no crescimento demográfico. Porém, o alvo continua a ser a redução das contribuições para a classe patronal e a abertura de mercado para a previdência privada.

O Serviço Social na Previdência, em meio a esse cenário de destituição de direitos, redirecionou o seu fazer profissional a partir da criação da Matriz Teórico Metodológica do Serviço Social na Previdência em 1994, que colide com essa lógica e se põe como profissão que defende os direitos do trabalhador e claramente vinculada ao projeto ético-político que se consolidou nos anos 1990, mesmo com as tentativas de extinção da profissão nesse espaço ocupacional, mormente após a contrarreforma instituída pelas Emendas Constitucionais nº 19 e 20, em que o Serviço Social passou a assumir a condição de “atividade auxiliar”, foi excluído da área administrativa do INSS e, conseqüentemente, não podia assumir cargos de chefia. Posteriormente, com a publicação da Portaria MPAS nº 2.721/2002, o Serviço Social retomou suas atribuições e competências na instituição.

Nesse sentido, a presente dissertação está estruturada, além de uma introdução e das considerações finais, em quatro capítulos que conformam a análise pretendida e tem a seguinte denominação.

O capítulo primeiro, intitulado “Previdência Social e Serviço Social: uma histórica relação” apresenta os aspectos históricos da inserção do Serviço Social na Previdência Social brasileira no contexto do sistema capitalista. Ressaltamos que, na sua gênese, o Serviço Social na Previdência é considerado como assistência complementar, e a sua inserção se dá em função dos interesses das classes dominantes em exercer controle normativo sobre a classe trabalhadora. Abordamos também, nesse capítulo, aspectos gerais sobre a crise do capital, a reestruturação produtiva e a contrarreforma do Estado, entendido como resultado de relações complexas e contraditórias que se estabelecem entre capital e trabalho.

Com o título “Reflexões sobre a contrarreforma da Previdência Social”, o segundo capítulo, aborda a contrarreforma da Previdência Social como parte do conjunto de medidas instituídas pelo capital para favorecer o mercado e a previdência privada. Nesse sentido, a política instituída pelo neoliberalismo a partir da década de 1990 combate o papel desempenhado pelo estado no social e propõe um estado mínimo que cumpra apenas as funções mais elementares. Compreendemos que a Previdência Social como política social pública não está desvinculada desse processo, e no contexto neoliberal aprofunda-se a contrarreforma desta política configurando-se num cenário de desorganização e destruição dos direitos sociais conquistados pelos trabalhadores ao longo da história. Realizamos também uma breve análise sobre a previdência privada no Brasil e sua relação com o capital financeiro, inserimos nesse contexto o novo fazer profissional do assistente social com base na Matriz Teórico Metodológica do Serviço Social na Previdência.

A análise do Serviço Social na Previdência Social com base na produção teórica, foco da pesquisa, dá-se no terceiro e quarto capítulos e traz elementos da produção na pós-graduação *stricto sensu* na área e nos eventos nacionais da categoria, especificamente Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais (CBAS) e Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), no período de 2010 a 2014. No terceiro capítulo, cujo título é “Previdência Social na produção em Serviço Social: análise sob a perspectiva das produções no período de 2010-2014” evidenciam-se demandas e desafios para a profissão no âmbito da Previdência Social, tendo por base as reflexões apresentadas nos CBAS e ENPESS e na pós-graduação *stricto sensu* da área. Destacam-se como desafios do Serviço Social na Previdência: novas demandas, precarização das condições de trabalho, mudanças no perfil da classe trabalhadora, flexibilização dos direitos trabalhistas e previdenciários, focalização das políticas sociais. O quarto capítulo, por seu turno, particulariza a análise da atuação do assistente social com o foco no novo modelo de avaliação apresentado para a concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC) para pessoas com deficiência como uma nova demanda do Serviço Social

na Previdência, embora seja um benefício da Política de Assistência Social. Essa particularidade é ressaltada em razão do quantitativo de trabalhos com este tema na produção estudada.

Nas considerações finais elaboramos uma síntese dos resultados da pesquisa sobre a produção teórica do Serviço Social na Previdência e resgatamos os objetivos da investigação e confrontando com os dados obtidos, para desta forma, apresentar as contribuições para a temática pesquisada.

2. CAPÍTULO I: PREVIDÊNCIA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: Uma Histórica Relação

Este capítulo faz uma breve contextualização da gênese do Serviço Social na Previdência Social brasileira, a partir da análise dos diferentes processos sócio-históricos, que mostram como a profissão inserida nesse espaço ocupacional não pode ser compreendida sem enfatizar a correlação de forças entre as classes sociais existentes no sistema capitalista. Enfatiza que a crise do capital, expressa na reestruturação produtiva e na contrarreforma do Estado é resultado das contradições existentes nesse sistema, que precisa passar por metamorfoses para continuar a existir como se fosse a única opção de sociabilidade humana.

2.1. BREVE HISTÓRICO SOBRE A INSERÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA PREVIDÊNCIA SOCIAL

O Serviço Social é uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho e as expressões da “questão social”, frutos de desigualdade instituída pelo sistema capitalista, são objeto de sua atuação profissional. Nesse sentido, a profissão tem sua gênese ligada ao período de transição do capitalismo concorrencial para o monopolista que, devido às mazelas provocadas pela “questão social”, fez necessário um profissional habilitado para lidar com suas expressões. No Brasil, o Serviço Social desde o seu nascimento na década de 1930 até meados dos anos de 1960, foi influenciado pelo conservadorismo moral², que responde de forma adequada ao pensamento social vigente. Devido ao avanço das mazelas sociais e a organização da classe trabalhadora, o Estado procura amenizar as expressões da “questão social” através das políticas sociais, nesse sentido, amplia os espaços de atuação profissional na década de 1940. Nesse período, o Serviço Social é inserido em instituições como: a Legião Brasileira de Assistência (LBA), o Serviço Nacional de Aprendizagem (SENAI), o Serviço Social da Indústria (SESI), a Fundação Leão XIII e a Previdência Social (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008).

A inserção do Serviço Social na Previdência Social no Brasil se deu através da expansão dos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPS) durante o Estado Novo. De acordo com Iamamoto e Carvalho (2008, p. 294), os primeiros assistentes sociais, procuraram se inserir

²Conforme a análise de Yazbek (2009, p. 5) o conservadorismo é uma “[...] forma de pensamento e experiência prática é resultado de um contra-movimento aos avanços da modernidade, e nesse sentido, suas reações são restauradoras e preservadas, particularmente da ordem capitalista.”

na Previdência com o objetivo de “[...] humanizá-la, dar-lhe conteúdo social, de reconciliar a máquina administrativa com a massa segurada, incorporando-a à instituição”. Ressalta-se que a prática do assistente social no período estudado tinha cunho assistencial e doutrinário e, no caso da inserção de assistentes sociais nos IAPs e nas Caixas de Aposentadoria e Pensões aconteceu de forma lenta e gradual, mas com clareza das atividades inerentes.

Em 1942 é organizada pelo Instituto de Pensões e Aposentadorias dos Comerciantes (institucionalizada através da Portaria 25, de 1943, do Conselho do Trabalho), a Seção de Estudos e Assistência Social, [...]. A principal atividade desenvolvida por aquela seção será a realização de ampla pesquisa sobre o “meio e modo de vida” dos segurados. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008, p. 294 - 295).

A prática da pesquisa possibilitava aos primeiros assistentes sociais inseridos na Previdência Social conhecer a população atendida pelo seguro social, bem como servia para entender o modo de vida, situação de moradia, trabalho, alimentação, composição familiar. Além disso, a pesquisa permitia “[...] unir moralmente as instituições de previdência à ‘massa segurada’, possibilitando uma participação mais ativa das mesmas” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008, p. 296).

A inserção do Serviço Social na Previdência Social acontece em função do interesse das classes dominantes em exercer controle normativo sobre a classe trabalhadora e contribuiu para legitimar a instituição perante os trabalhadores através do cumprimento das normas burocráticas. De acordo com as observações de Yazbek (2009, p. 5) o Serviço Social é legitimado enquanto profissão no Brasil como “[...] um dos recursos mobilizados pelo Estado e pelo empresariado, com suporte da Igreja Católica, na perspectiva do enfrentamento e regulação da questão social, a partir dos anos 30 [...]”. As respostas que o Serviço Social apresenta às demandas que lhes são postas pela sociedade possuem um caráter contraditório, que atende tanto os interesses da classe trabalhadora quanto do capital. Nesse sentido, o significado social da profissão só pode ser compreendido quando é analisado na trama das relações sociais do sistema capitalista.

Assim sendo, é preciso ultrapassar a análise do Serviço Social em si mesmo para situá-lo no contexto de relações mais amplas que constituem a sociedade capitalista, particularmente, no âmbito das respostas que esta sociedade e o Estado constroem, frente à questão social e às suas manifestações, em múltiplas dimensões (YAZBEK, 2009, p. 2).

Na sua trajetória, o Serviço Social na Previdência utilizou diferentes teorias que serviram para qualificar a prática profissional, como sinalizam vários autores (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008; NETTO, 2007; AGUIAR, 1995), e seguiam os parâmetros da formação na área. Os primeiros cursos de Serviço Social, iniciados na década de 1930, tinham por base da formação o aspecto doutrinário e moral; a capacitação técnica foi desenvolvida depois, com a influência norte americana nas décadas de 1940 e 1950, quando são introduzidos os métodos de Serviço Social de Caso, de Grupo e de Comunidade. Aguiar (1995, p. 31) lembra que “numa primeira fase do Serviço Social no Brasil, o que importa é a formação doutrinária e moral; o aspecto técnico só passará a ter significação com a influência americana”. De acordo com Yazbek (2009, p. 6), a matriz positivista foi a primeira base teórica do Serviço Social “[...] em sua apreensão manipuladora, instrumental e imediata do ser social”. Para a autora, a teoria positivista não sinaliza mudanças estruturais na sociedade, senão dentro da própria ordem do sistema capitalista, direciona-se para ajustes e conservação desse sistema.

Assim, o Serviço Social na Previdência é visto como assistência complementar, e considerado “[...] de máxima importância para o futuro da Previdência Social e de magna repercussão no sentido da individualização do benefício [...]” (SILVA, 2008, p. 21), pois prestava relevantes serviços que contribuíam para manter a ordem vigente, com correção dos desajustamentos sociais dos indivíduos e integrando a classe trabalhadora ao processo de desenvolvimento.

O Assistente Social, ao mesmo tempo em que deverá atuar no sentido de garantir ao trabalhador e sua família um nível de vida moral, físico e econômico normal, e a correta aplicação das leis trabalhistas, deverá combater o absenteísmo, o relaxamento no trabalho, velar pela moralidade, promover a conciliação nos dissídios trabalhistas e adaptar o trabalhador a sua função na empresa (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008, p. 209).

O Governo de Getúlio Vargas na década de 1950 tentou reformar a Previdência, porém esse projeto não se concretizou. O objetivo da reforma era unificar a Previdência Social e criar Institutos de Serviços Sociais (CABRAL, 1999). O debate a respeito da reforma da Previdência resultou na criação da Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS) na década de 1960. A discussão sobre a reforma da Previdência agregava defensores das ideias beveridgianas, com ênfase na lógica de política social ancorada no Estado de Bem-Estar Social, e defensores das

ideias bismarckianas,³ regidas pela lógica de seguro social, conforme discutiremos mais adiante.

A aprovação da LOPS, durante a década de 1960, visava facilitar o acesso dos trabalhadores aos direitos previdenciários e proporcionar melhorias nas condições de vida dos filiados, mas é importante ressaltar que os benefícios previdenciários sempre estiveram muito aquém das necessidades sociais dos trabalhadores. A LOPS deixou sem amparo os trabalhadores rurais, empregados domésticos e profissionais autônomos, ou seja, uma parcela significativa da população economicamente ativa do país. O crescimento econômico nesse período baseava-se na concentração de riquezas e na exclusão social com a adoção de políticas sociais compensatórias que visavam minimizar as “mazelas sociais”. Os trabalhadores formais, através da Previdência Social tinham acesso a benefícios e a assistência médica, “[...] bem como o acesso facilitado a saneamento básico, habitação e desenvolvimento urbano, compensando, em certa medida, as perdas salariais do período”. (SALVADOR, 2008, p.21). Porém, os demais trabalhadores, da zona urbana ou rural, e os indigentes eram assistidos pelos programas emergenciais e por benefícios pontuais que não supriam as necessidades mais elementares desse conjunto da população brasileira.

O movimento militar de 1964, instaurando um regime político autoritário, irá imprimir maior velocidade à expansão da cobertura previdenciária legal à população brasileira, sem abrir mão, contudo, da vinculação entre benefícios sociais e acumulação de riquezas. Logo em 1966, em 24 de novembro, cria-se o Instituto Nacional de Previdência Social, pelo Decreto nº 72/66, unificando todos os institutos existentes até então, com exceção do IPASE (SANTOS, 1979, p. 34).

Nesse período começam os questionamentos sobre a influência do positivismo na profissão de Serviço Social, em um contexto de efervescência política, econômica e social, com as novas determinações do sistema capitalista para os países latino-americanos. Contudo, os assistentes sociais na Previdência mostravam-se arredios às discussões que se apresentavam no âmbito da profissão, com uma prática embasada no Plano Básico de Ação (PBA) “[...] de inspiração funcionalista, apoiada, no modelo psicossocial [...]” (YAZBEK, 2009, p. 122), afastado do movimento político transformador da profissão. O PBA reflete a consolidação do projeto modernizador do Serviço Social na Previdência que tem sua origem durante o seminário

³ Em meados do século XIX, os trabalhadores organizaram caixas de poupança e previdência (sociedade de mutualidade) como estratégia de fundo de cotização para fomentar a organização operária e manter os trabalhadores em greve. Essa forma de solidariedade de classe, contudo, foi completamente desvirtuada na Alemanha, quando o governo do chanceler Otto Von Bismarck instituiu o primeiro seguro saúde obrigatório em 1883 [...] (BEHRING; BOSCHETTI 2007, p. 65).

realizado em Araxá e avançam a década de 1970 com o desenvolvimento do II Seminário de Teorização do Serviço Social realizado em Teresópolis, no Rio de Janeiro. Nesse sentido, é importante observar que “a análise resultante do documento de Araxá sugere-nos que o Serviço Social na Previdência foi fortemente influenciado pelo Seminário de Araxá, mas também exerceu sobre ele uma influência” (ABREU; LOPES, 2008, p. 42).

O que importa acentuar é que houve no período analisado a elaboração de um projeto modernizador do Serviço Social na Previdência sintonizado com o projeto de desenvolvimento do governo militar. A projeção econômica do Estado estava direcionada para acelerar o processo de concentração e centralização dos monopólios. Com essa perspectiva, o Serviço Social na Previdência Social realizava as seguintes atividades segundo Silva (2008, p. 21, 22):

Orientação para melhor processamento dos benefícios e facilidade para obtenção de documentos, tutelas, curatelas, realização de casamento, registros de nascimento etc.;

Orientação e educação sociais nos conjuntos residenciais ou nas casas individuais dos segurados, financiadas pela instituição e nos serviços de assistência médica, de conformidade com o que as circunstâncias incidirem em cada caso;

Encaminhamento de segurados ou beneficiários, doentes e necessitados, a outras instituições assistenciais públicas ou privadas, quando não esteja no âmbito legal da Previdência Social o respectivo amparo, no caso concreto;

O estudo e exame dos casos individuais de desajustamento dos segurados e beneficiários e seu acompanhamento por meio de visitas periódicas e registro em fichas reservadas; cumprindo notar, porém, que tudo isto deverá ser feito sem tirar a iniciativa do próprio segurado ou beneficiário, somente como função supletiva ou de ajuda, quando evidenciada a dificuldade ou impossibilidade de agir da parte deles.

Observa-se que somente na década de 1970 o acesso à Previdência Social foi ampliado e “[...] incorporou trabalhadores rurais, domésticos, autônomos e segmentos vulneráveis (idosos e “inválidos para o trabalho”) [...]” (NEVES; SILVA, 2008, p. 97), numa manobra política no sentido de legitimar o regime ditatorial imposto com a concessão de políticas sociais, Neves e Silva (2009) ressaltam a importância que a Previdência Social teve durante a Ditadura Militar, por esta política possuir relação direta com a classe trabalhadora e o Estado.

Com atividades eminentemente educativas, o Serviço Social na Previdência no período em estudo, esclarecia os objetivos do seguro social, no sentido de reconfortar o associado quando suas solicitações não eram atendidas pela Previdência Social, contribuindo para manter

a ordem. O assistente social atuava também nos hospitais, ambulatórios e departamentos médicos vinculados à Previdência Social (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008).

O acesso à saúde era restrito, e apenas os trabalhadores do mercado formal tinham esse direito garantido, ou seja, era somente para quem contribuía. A medicina previdenciária surge na década de 1930 junto com os IAPs, esse modelo de saúde foi implantado pelo governo como forma de antecipar as reivindicações dos trabalhadores e estava direcionado apenas para algumas categorias de assalariados urbanos (BRAVO, 1999). O assistente social atuava junto à assistência médica com o objetivo de contribuir para a readaptação do segurado e para reduzir o tempo de reintegração ao trabalho, também

[...] atuando sobre os aspectos sociais e morais da doença, na educação social quanto aos princípios básicos de higiene e puericultura e, principalmente, na readaptação à vida familiar e reintegração à produção. Proceder uma ação complementar junto à concessão de pensões e aposentadorias, [...] (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008, p. 297).

No setor de aposentadoria e pensões, o objetivo era incentivar a permanência do segurado em alguma atividade remunerada, que viabilizasse o complemento do valor irrisório dos benefícios. A intervenção do Estado na economia no período da Ditadura visava repassar lucro aos grupos capitalistas e politicamente procurava mediar os conflitos sociais através da repressão e de iniciativas de políticas sociais.

Desde a sua gênese na década de 1940 até os dias atuais destacam-se três documentos norteadores da atuação do Serviço Social na Previdência Social, que são: os PBAs de 1972 e 1978 e a Matriz Teórico-Metodológica do Serviço Social na Previdência Social (1994). Esses documentos serviram e servem de suporte para a atuação do assistente social na Previdência Social ao longo de mais de sete décadas de exercício profissional.

O PBA elaborado em 1978 apresentava quatro propostas de intervenção, cujo objetivo era acompanhar os benefícios e serviços de perícia médica e reabilitação profissional executado pela Previdência Social, a saber:

Ação Integrada Serviço Social e benefícios, Ação Integrada Serviço Social e Perícia Médica, Ação integrada Serviço Social e Reabilitação profissional e identificação e mobilização de recursos comunitários, que vão exigir do assistente social o pleno conhecimento da legislação previdenciária, antes pouco requisitado dada à natureza assistencial da maioria dos programas desenvolvidos nos centros de Serviço Social (NEVES; SILVA, 2008, p. 100).

Durante a década de 1980 no Brasil acontecem muitas mudanças na área social em decorrência das reivindicações das classes populares. Nesse período, houve a elaboração da nova Constituição do país que introduziu mudanças na política previdenciária, sendo que a legislação específica para a Previdência Social foi aprovada a partir da década de 1990.

A Constituição Federal de 1988 implantou um modelo de seguridade social com base no tripé assistência social, previdência social e saúde, porém esse modelo apresenta características heterogêneas devido à orientação dessas políticas. A saúde é uma política universal, a assistência social é uma política não contributiva, mas restrita apenas para aqueles que dela necessitarem e a previdência social é para aqueles que contribuem.

Observa-se que a palavra seguridade social passou a fazer parte dos dicionários de língua portuguesa a partir da Constituição Federal de 1988, porém esta palavra já era utilizada desde a década de 1930 nos Estados Unidos e na Europa, a partir da década de 1940 passa a ser usada para se referir a um conjunto de programas e serviços sociais (SALVADOR, 2008). A institucionalização da seguridade social ocorreu em 1942, na Inglaterra quando foi publicado o relatório de Beveridge que apontou para mudanças no âmbito dos seguros sociais. As mudanças resultaram em aumento dos gastos com a proteção social visando combater a pobreza com base em direitos sociais universais. Na lógica do plano beveridgiano, o financiamento da seguridade social acontece por meio dos tributos e a gestão é estatal.

Yazbek (2009, p. 17) lembra que “a noção de seguridade social supõe que os cidadãos tenham acesso a um conjunto de certezas e seguranças que cubram, reduzam ou previnam situações de risco e de vulnerabilidade sociais” e essa é a garantia prevista na Constituição de 1988, ao se constituir o tripé Assistência Social, Previdência Social e Saúde.

No período pós elaboração da Constituição são indicadas medidas alternativas e de privatização das políticas sociais e o retorno a filantropia, com nova roupagem, para tratar de situações que dizem respeito à pobreza e à desigualdade social. Inserido nesse contexto contraditório, o Serviço Social na Previdência na década de 1990, viabiliza novas práticas, principalmente no sentido de voltar-se a um projeto profissional que se delineia desde fins da década de 1970. O assistente social se vê em confronto com as mudanças da sociedade na qual é desafiado a intervir nas novas expressões da “questão social”. Nessa década, assistentes sociais que atuam na Previdência participaram de encontros, seminários, cursos de pós-graduação e outros eventos com o objetivo de traçar uma nova metodologia de atuação.

Para tanto, procurou-se elaborar um novo fazer profissional, com base em um referencial crítico, porém em uma conjuntura adversa, permeada por uma crise econômica, social e política em que predominam as ideias neoliberais, a reestruturação produtiva, a

contrarreforma do Estado e da Previdência Social na agenda do capital. Esse contexto desafia os assistentes sociais inseridos na Previdência, que a partir desse momento vai passar por sucessivas reformas, a se posicionarem frente à retração do Estado no campo das políticas sociais.

2.2. CRISE DO CAPITAL, REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA, CONTRARREFORMA DO ESTADO

O modelo atual de acumulação do sistema capitalista teve início pós crise de 1970, é denominado de acumulação flexível (HARVEY, 1993), nesse período, o capital inicia uma nova fase caracterizada pela predominância do capital financeiro. Em decorrência da crise do capital, presencia-se nessa fase, a redução dos serviços públicos que concretizam direitos sociais à classe trabalhadora. A crise estrutural do sistema capitalista deu origem a um amplo conjunto de medidas que visavam reestruturar e reorganizar a economia, a política e o estado a partir dos interesses do capital.

[...] a atual crise é estrutural do sistema capitalista, e tem como raiz profunda o excesso de capacidade de produção que não encontra retorno nas vendas, o que, no início dos anos 1970, leva a uma forte queda na taxa de lucro, derivando assim em diversas manifestações e crises particulares (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 183).

A crise de 1970 levou ao questionamento do modelo de Estado de Bem-Estar Social que vigorou por quase 30 anos nos países desenvolvidos, que ficaram conhecidos como “anos gloriosos”. O Estado de Bem-Estar Social se caracterizou pelo capitalismo monopolista, com regulação do Estado na economia e no movimento do mercado, e, principalmente pela expansão das políticas sociais no pós-guerra, mas, como lembram Behring e Boschetti (2007, p. 82) “esse período de anos ‘gloriosos’ ou de ‘ouro’ dá sinais de esgotamento a partir dos anos 1960 [...]”. As autoras evidenciam outros aspectos que sinalizam esse esgotamento

As taxas de crescimento, a capacidade do Estado exercer suas funções mediadoras civilizadoras cada vez mais amplas, a absorção das novas gerações no mercado de trabalho, restrito naquele momento pelas tecnologias poupadoras de mão-de-obra, não são as mesmas, contrariando as expectativas de pleno emprego, base fundamental daquela experiência. As dívidas públicas e privadas crescem perigosamente. A explosão da juventude em 1968, em todo mundo, e a primeira grande recessão – catalisada pela alta dos preços do petróleo em 1973-1974 [...] (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p. 103).

Verifica-se historicamente que as crises do sistema capitalista são inerentes à sua formação. De acordo com Mandel (1982), o capital apresenta uma sucessão de movimentos cíclicos, chamados pelo autor de “ondas longas” de expansão. As crises do capital fazem parte da dinâmica desse sistema e são resolvidas temporariamente, porém, sem alterar as bases que o sustentam.

Netto e Braz (2008, p. 162), analisando as crises do modo de produção capitalista (MPC), afirmam que “as crises são funcionais ao MPC: constituem os mecanismos condições necessárias à sua continuidade”. As crises no sistema capitalista são resultantes da diferença entre a produção e o consumo, pois o capitalismo sobrevive da venda das mercadorias, mas quando estas mercadorias são produzidas e a população não pode comprar inviabiliza a acumulação do capital, visto que ele se sustenta de mais-valia, ou seja, do lucro, e este só é possível através da produção, circulação e do consumo. Desta forma, Mandel (1990, p. 211) afirma que “a crise econômica capitalista é sempre uma crise de superprodução de mercadorias”.

Produção e reprodução no interior do sistema capitalista sustentam-se na mais-valia que, para os capitalistas, trata-se do lucro que eles obtêm na esfera da circulação das mercadorias. Porém, a mais-valia é resultado do trabalho não pago ao trabalhador. Durante a jornada de trabalho, o trabalhador produz o equivalente ao salário que recebe mais o valor excedente que é apropriado pelo capitalista. Assim, para a classe trabalhadora a exploração da mais-valia acarreta em pauperização, enquanto que para o capital, acumulação e concentração de riquezas.

O sistema capitalista produz e reproduz a totalidade das relações sociais. Produção e reprodução ocorrem no âmbito da sociedade, “sendo o capital uma relação social, supõe o outro termo da relação: o trabalho assalariado” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008, p. 30). Capital e trabalho fazem parte do mesmo processo, pois o desenvolvimento da produção e reprodução do capital acontecem socialmente. Em meio à crise, o capital se recria, ou seja, procura desenvolver mecanismos para dar continuidade ao processo de produção e reprodução das relações sociais. Entre as maneiras encontradas pelo capitalismo para vencer a crise instaurada em 1970, está a reestruturação produtiva, que “[...] não interessa somente a esfera empresarial, mas também aos organismos estatais e privados afetando as formas de organização do trabalho coletivo na produção de bens e prestação de serviços” (FERNANDES, 2010, p. 2).

Em face desse contexto, entende-se que a reestruturação produtiva não é somente um processo técnico, que envolve o racionamento de modos e formas de produzir, pelo contrário,

tal processo inclui medidas eminentemente políticas que indicam a correlação de forças entre o capital e o trabalho.

Nessa linha de compreensão, observa-se uma fratura entre o padrão de produção anterior à crise de 1970, e o nascimento de um novo modelo de produzir do sistema capitalista, que tem por base a flexibilização na produção de mercadorias e das leis trabalhistas. Além disso, essa lógica promove uma dualidade no mercado de trabalho com a existência de dois tipos de trabalhadores: aquele que possui estabilidade e qualificação ao lado do trabalhador sem estabilidade, em condições de trabalho precárias e sem qualificação.

As tendências do mercado de trabalho, apontadas por inúmeros estudiosos, indicam uma classe trabalhadora polarizada, com uma pequena parcela com emprego estável, dotada de força de trabalho altamente qualificada e com acesso a direitos trabalhistas e sociais e uma larga parcela da população com trabalhos precários, temporários, subcontratados etc (IAMAMOTO, 2012, p. 32).

Surge, nesse contexto, o trabalhador polivalente que exerce várias funções ao mesmo tempo e recebe o mesmo salário.

A flexibilização pode ser entendida como: liberdade por parte da empresa para demitir uma parcela dos seus empregados, sem penalidades, quando a produção e as vendas diminuem; liberdade para a empresa, quando a produção assim o requer, de reduzir o horário de trabalho ou de recorrer a mais horas, repetidamente e sem aviso prévio; faculdade por parte da empresa de pagar salários mais baixos, seja para solucionar negociações salariais, seja para que ela possa participar de uma concorrência internacional; possibilidade de a empresa subdividir a jornada de trabalho em dia e semana de sua conveniência, mudando os horários e as características (trabalho por turno, por escala, em tempo parcial, horário flexível etc.); possibilidade de contratar trabalhadores em regime de trabalho temporário, de fazer contratos por tempo parcial e outras formas de trabalho atípico (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 202).

Os efeitos dessas mudanças sobre a classe trabalhadora são devastadores. As inovações tecnológicas possibilitaram a substituição de trabalhadores do mercado por máquinas automatizadas, tal situação gera o conhecido desemprego estrutural. É o advento das novas tecnologias que amplia o contingente de trabalhadores no exército de reserva. Esse processo foi acelerado pela terceira revolução industrial que marcou o capitalismo contemporâneo através da revolução tecnológica que possibilitou a economia de trabalho vivo e a expansão do setor de serviços.

Para Antunes (2006), a década de 1980 foi palco, nos países do capitalismo central, de profundas mudanças no mundo trabalho, tanto na estrutura produtiva como nas práticas de representação sindical e política. O fordismo e o taylorismo se misturam com outras formas de produzir, nascem novos processos de trabalho mais flexíveis rompendo com a rigidez do fordismo. Some-se a isso, o processo de desconcentração industrial que visa criar novas formas de gerir a força de trabalho através do círculo de controle de qualidade, sindicatos de empresa, essas e outras características estão presentes tanto nos países de capitalismo avançado como em países de capitalismo periférico, sendo que cada país apresenta suas particularidades, de acordo com a sua formação sócio histórica.

A flexibilização do trabalho proporcionou a intensificação da força de trabalho e contribuiu para desqualificá-la e desorganizar os movimentos de representação da classe trabalhadora. A articulação entre desconcentração da produção e o avanço da tecnologia são caudatários desse processo de mudanças que acontece no mundo do trabalho.

O desenvolvimento de novas tecnologias, além de aumentar o excedente da força de trabalho proporciona o crescimento da extração de mais-valia relativa e absoluta e, em meio a esse salto tecnológico tem-se o retorno do trabalho artesanal e domiciliar, realidade que parece no mínimo contraditória, porém, em tempo de crise, o capital se reinventa, cria novas formas de extrair mais-valia e garantir o processo de acumulação. Nesse sentido, o capital também ressuscita práticas já conhecidas de extração de mais-valia, já superados pelo seu próprio desenvolvimento.

Esse processo de ‘modernização da produção’ vem redundando, contraditoriamente, na recriação de formas de trabalho antigas, como o trabalho a domicílio, o trabalho familiar, o não reconhecimento de direitos sociais e trabalhistas e, fundamentalmente, em maior índice de desemprego estrutural (IAMAMOTO, 2012, p. 32).

Nesse processo, é possível constatar que o capital minou o trabalho organizado, proporcionou crescentes índices de desemprego estrutural e o recuo do movimento sindical. Em face desse contexto, o capital conseguiu uma nova forma de atrelar os sindicatos à sua gerência, através da criação dos sindicatos de empresa.

Combinando repressão com cooptação, o sindicalismo de empresa teve, como contrapartida a sua subordinação patronal, a obtenção do emprego vitalício para uma parcela dos trabalhadores das grandes empresas (cerca de 30% da população trabalhadora) e também ganhos salariais decorrentes da produtividade (ANTUNES, 2006, p. 25).

O recuo dos sindicatos oculta a falta de capacidade para enfrentar a nova onda ofensiva do sistema capitalista, que se caracteriza através do crescimento do desemprego e da terceirização no momento de ajuste neoliberal conjugado com o incremento de inovações tecnológicas. (ALVES, 1996). Em momentos de crise, o capital se reestrutura, se reorganiza para manter as taxas de lucro, toma como sustentáculo ideológico o neoliberalismo e amplia a desigualdade social e a exclusão de milhões de pessoas em todo o mundo do acesso a bens e serviços considerados essenciais para a sobrevivência humana.

Para entender a crise do sindicalismo é necessário conhecer a crise do capital e perceber que ambas estão interligadas. Entre os fatores que contribuíram para o recuo do movimento sindical estão: o processo de recessão econômica do capital, mudanças no mundo do trabalho com a redução de trabalhadores no setor industrial e ampliação no setor dos serviços, trabalho precário em tempo parcial e temporário, crescimento das mulheres no mercado de trabalho e políticas governamentais que visam limitar o poder dos sindicatos (ALVES, 1996).

A nova ofensiva do capital apresenta uma dimensão econômica, político e ideológica, que conjuga com mudanças no âmbito do estado através da privatização dos bens públicos, abertura econômica, transformações no processo de produção através do incremento de inovações tecnológicas e organizacionais. Para os defensores das ideias neoliberais, em sua explicação conservadora e ideológica, as causas da crise do sistema capitalista estão relacionadas ao poder dos sindicatos, ou seja, do movimento operário, que havia destruído as bases de acumulação do capital através de suas reivindicações e pressões para que o Estado intervisse no social. Se no imediato pós-guerra as ideias de Hayek⁴ não encontraram ressonância, na crise contemporânea, ela ressoa com forte influência.

Além de implantar mudanças no mundo do trabalho, o capital forjou a necessidade de reformar o Estado para se apropriar de parte do fundo público. Amparado pelas ideias neoliberais, o capital através do fundo público, procura assegurar o processo de acumulação, tornando-se pilar de sustentabilidade do capital financeiro. O capital financeiro visa desestruturar o Estado Providência⁵, para se apropriar do fundo público e garantir o lucro

⁴ Autor do texto o Caminho da Servidão escrito em 1944, ataca de forma apaixonada toda e qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciadas como uma ameaça letal a liberdade, não somente econômica, mas também política. (ANDERSON, 1995, p. 9).

⁵ O Conceito francês de *État Providence*, em sua acepção atual, assemelha-se ao conceito inglês de *Welfare State* ao incorporar a perspectiva da responsabilidade estatal na regulação do mercado, com vistas a manter o equilíbrio entre oferta e demanda benefícios de proteção aos trabalhadores em momento de perda da capacidade laborativa e, mais globalmente, aos cidadãos em situações de dificuldade econômicas e sociais. (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p. 98).

(MOREIRA, 2008), percebe-se que esse processo é resultado da crise que o capital enfrenta desde a década de 1970.

Os reflexos mais deletérios da crise do capital se apresentam no Brasil na década de 1980, quando o país enfrentou uma grave crise econômica que se agravou durante os anos de 1990, no momento da abertura econômica capitaneada pelas medidas neoliberais que implantaram políticas macroeconômicas cujo principal mote era a estabilidade monetária. A “Reforma do Estado”⁶, base de sustentação de governos neoliberais aqui entendida como contrarreforma, foi a estratégia política propulsora das principais medidas adotadas, cujas consequências para a classe trabalhadora e para o desenvolvimento da sociedade brasileira é devastador.

A crise do sistema capitalista repercutiu no Estado brasileiro com consequências para as políticas sociais na década de 1990. No cenário neoliberal, as políticas sociais são consideradas como: “[...] paternalistas, geradoras de desequilíbrio, custo excessivo do trabalho, e de preferência, devem ser acessadas via mercado, transformando-a em serviços privados” (BEHRING, 2009, p. 9). Observa-se que na periferia dos países capitalistas esse processo é mais intenso devido à direção da política econômica adotada e as relações sociais entre classes.

Ao longo da década de 1990 no Brasil, reforçou-se em campanha na mídia a busca da legitimidade da “reforma” do Estado. Behring (2003, p. 153 - 154) lembra que o Governo “[...] Collor⁷ optou por uma estratégia política midiática cujo discurso voltava-se para os indivíduos atomizados, evitando os segmentos organizados”.

Durante o Governo Collor teve início o projeto modernizador do país, em termos mais gerais, esse projeto leva o Brasil a se submeter aos ditames do capital internacional através de um processo de reestruturação do seu parque industrial, situação que levou a desindustrialização e ao sucateamento das empresas estatais.

Assim, o Governo Collor dá início à implantação do projeto neoliberal no país que se consolida no Governo FHC (1995-2002) e permaneceu nos dois, Governos Lula (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2014). As ideias neoliberais se materializam em ações de encolhimento do Estado para o social, perda de direitos conquistados historicamente pela classe trabalhadora, recessão econômica e “reforma” da Previdência. O projeto neoliberal em vigor no país desde a

⁶ Mudar o Estado significa, antes de tudo, abandonar visões do passado de um Estado assistencialista e paternalista, de um Estado que, por força de circunstâncias, concentrava-se em larga medida na ação direta para a produção de bens e de serviços. Hoje, sabe-se que a produção de bens e serviços pode e deve ser transferida à sociedade, à iniciativa privada, com grande eficiência e com menor custo para o consumidor (CARDOSO, 2006, p. 15).

⁷ O Governo Collor, primeiro eleito por eleição direta após a ditadura militar durou de 1990 a 1992, quando, após escândalos de corrupção renúncia e sofre impeachment. A continuidade das ações do governo no plano da macroeconomia é garantida pelo vice-presidente, Itamar Franco.

década de 1990 “[...] tem na sua agenda um amplo leque de ‘reformas’ do Estado, destacando-se a ‘reforma’ nos sistemas de proteção social e cortes na previdência social [...]” (SALVADOR, 2008, p. 16). Nesse sentido, a seguridade social tornou-se peça central no processo de privatização devido à grande capacidade arrecadação que proporciona lucro ao sistema capitalista.

O Brasil passou a seguir o receituário neoliberal, promovendo a inserção da economia numa ordem globalizada, a privatização do Estado, a redução dos gastos sociais, desenvolvendo, em suma, políticas econômicas com impactos negativos sobre as condições estruturais da produção e do mercado de trabalho. A orientação da política econômica do país apontou, por um lado, para a contrarreforma do Estado, considerado responsável pela crise econômica brasileira e, de outro, para a abertura financeira e comercial da economia, sob os pressupostos da soberania do mercado (ALMEIDA; ALENCAR, 2011, p. 12).

Nesse contexto neoliberal, o sucateamento do serviço público e o corte dos gastos sociais conduziram a um processo de privatização sem precedentes na história do país. Para os defensores da “reforma” do Estado, o processo de privatização traria para o país, investimentos externos, redução da dívida pública externa e interna, preços mais baixos para os consumidores, melhoria nos serviços públicos (BEHRING; BOSCHETTI, 2007). A política social, nesse contexto, tornou-se restrita, direcionada para ações pontuais. Observa-se o alargamento do Estado para o capital, e, percebe-se uma tendência de direcionar as ações de cunho universal, no que diz respeito às necessidades sociais da classe trabalhadora para o mercado, por meio de processo de seletividade e de focalização dos direitos sociais. Neste cenário, os serviços sociais passam a ser acessados no circuito de compra e venda de mercadorias, na órbita do mercado e cidadão passa a ser aquele que pode consumir.

Para a política social, assim, a grande orientação é a focalização das ações, com estímulo a fundos sociais de emergência, aos programas compensatórios de transferência de renda, e a mobilização da “solidariedade” individual e voluntária, bem como das organizações filantrópicas e organizações não governamentais prestadoras de serviços de atendimento [...] (BEHRING, 2009, p. 10, 11).

Esta “reforma” favorece o capital financeiro que procura circular livremente entre os países sem barreiras ou obstáculos, “[...] tal reforma deixa claro que seu caráter não é um “ajuste positivo” de caráter meramente administrativo institucional, apenas no plano político

burocrático, mas está articulada a reestruturação produtiva” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 203).

A “reforma” do Estado está articulada também aos mecanismos do capital para retomar as altas taxas de lucro e o processo de acumulação via fundo público, tendo por meta esvaziar os direitos sociais conquistados pela classe trabalhadora ao longo da história. A “reforma” tem como fundamento a crise do capital e as ideias neoliberais como resposta, suas determinações podem ser compreendidas através da reestruturação produtiva e nas novas formas de acumulação do capital financeiro. Portanto, a “reforma” do Estado tem como fundamento a resposta neoliberal para a suposta falta de recursos estatais (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011), o que ocasionaria uma crise fiscal e justificaria a redução dos gastos sociais.

Assim, por um lado, a dita crise fiscal do Estado constitui uma determinação presente nas mudanças estatais no contexto da ofensiva neoliberal. Do esgotamento do regime de acumulação e regulação fordista keynesiano, produzido, entre outras causalidades, pela redução das atividades econômicas e pelo desemprego que gerou, somado ao excessivo gasto estatal para garantir a lucratividade do capital (produtivo e comercial), decorreu uma redução na receita estatal (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 204).

Behring (2003, p. 173) analisando o processo de contrarreforma do estado brasileiro, confirma que “o lugar da política social no Estado social-liberal é deslocado: os serviços de saúde e educação, dentre outros, serão executados por organizações públicas não-estatais competitivas”. Outro mecanismo que faz parte desse processo é a parceria com organizações não governamentais que prestam serviços públicos.

A orientação para o corte dos gastos sociais do Estado para assim conter o déficit público e gerar superávit primário, segue, na verdade, as recomendações contidas no ajuste estrutural proposto pelos organismos internacionais, pelas quais as economias nacionais devem adaptar-se as novas condições da economia mundial. É nesse cenário que é preconizada a redução da intervenção estatal no financiamento e na operacionalização das políticas sociais (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 208).

Com a contrarreforma do Estado, a sociedade – confundida ou incorporada ao denominado terceiro setor - é chamada para atuar nas expressões da “questão social⁸”. Trata-se

⁸ Questão social apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social,

de uma nova filantropia ou uma “solidariedade social” que propõe desenvolver-se de forma pontual, através da ajuda mútua das “pessoas”. Percebe-se uma transferência de responsabilidades do Estado para a sociedade civil; as atividades que não dão lucro para a iniciativa privada permanecem na incumbência do Estado, são eliminadas ou ficam sob a responsabilidade do terceiro setor, enquanto aquelas que dão lucro são privatizadas. Em sua pauta a contrarreforma do estado ancora-se na privatização de empresas estatais, bem como na reforma tributária e da Previdência social. A “reforma” da Previdência faz parte desse conjunto de mudanças implantadas no estado com a contrarreforma. Em suma, a contrarreforma do estado e da Previdência faz parte dos mecanismos do capital superar a mais uma crise cíclica.

enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (IAMAMOTO, 2012, p. 27).

3. CAPÍTULO II: REFLEXÕES SOBRE A CONTRARREFORMA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Neste capítulo realizamos uma análise sobre a contrarreforma da Previdência Social. Percebemos que a cada crise do sistema capitalista, a Previdência aparece no cenário de forma centralizada, ora como deficitária e que causa prejuízos para o capital e o Estado, ora atendendo as demandas da classe trabalhadora. Aqui também analisamos a previdência privada brasileira e sua relação com o capital financeiro, compreendemos que a “reforma” da Previdência favorece a lógica do seguro social, ao mesmo tempo em que desestrutura a seguridade social elaborada pela Constituição Federal de 1988.

3.1. CONTRARREFORMA DA PREVIDÊNCIA BRASILEIRA: apontamentos do debate contemporâneo

Em face do contexto de destituição de direitos sociais, pretende-se neste trabalho fazer uma análise da Previdência Social nas últimas décadas, quando é introduzido o processo de “reforma” que se pode chamar, com base em Behring (2003), de contrarreforma. A autora usa esse termo para se contrapor às “reformas” realizadas no âmbito do Estado brasileiro na década de 1990, que se caracterizam por ir de encontro às reformas resultantes da luta da classe trabalhadora. Observe-se, todavia, que é recorrente entre muitos autores utilizar a nomenclatura “reforma”, uma vez que essa é a denominação usada no discurso oficial do governo e está presente em várias produções teóricas pesquisadas.

A contrarreforma da Previdência teve início durante o Governo Collor (1990-1992) e foi conduzida pelas ideias neoliberais, cujo objetivo era favorecer o mercado, tornando esta política mínima e básica. A reforma foi uma das exigências dos organismos internacionais para o Brasil entrar no grupo de países com economia globalizada. Silva e Schmidt (2013, p. 2) afirmam, nesse sentido, que “o capital internacional impõe e é imperativo na determinação de que o Estado encolha e ceda espaço inclusive sobre os recursos do fundo público [...]”.

Durante o Governo Collor, houve a criação do Projeto Rossi, nome do então presidente do INSS. Esse projeto visava transferir para a iniciativa privada as aposentadorias acima de cinco salários mínimos e o seguro acidente (BARBOSA, 2007). No discurso oficial do governo a “reforma” iria garantir a estabilidade da Previdência Social e a continuidade dos pagamentos dos benefícios.

As contrarreformas da previdência social brasileira se iniciam no Governo Collor de Mello, (1990-1993) com reorientação da Lei Orgânica Previdenciária (Lei nº. 8.212/91 e 8.213/91) ao introduzir um aumento do tempo de carência para as aposentadorias de 5 para 15 anos com alteração do texto constitucional recém aprovado (1988) (CARTAXO; CABRAL, 2010, p. 2).

Ressalta-se que a “reforma” da Previdência permaneceu como prioridade nas agendas dos governos subsequentes. Durante o primeiro Governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998) foi elaborada a Medida Provisória nº 813 de 01 de janeiro de 1995 que tinha como principal objetivo: a “reforma” do Estado analisada no item anterior. A “reforma” do Estado levou à privatização das empresas estatais lucrativas e “não lucrativas”, abertura do comércio externo, reformas tributárias, administrativa e da Previdência Social. De acordo com as observações de Cartaxo e Cabral (2010, p. 3) “[...] é nesse período que foi objetivada o primeiro processo de contrarreforma previdenciária neoliberal, por meio inicialmente da PEC 33/1995”.

Nesse sentido, a contrarreforma da Previdência faz parte do contexto da política neoliberal introduzida no país, que objetiva reduzir a participação do Estado no social. A “reforma” do Estado é necessária para os adeptos das ideias neoliberais, para redirecionar suas atribuições e funções. Portanto, a “reforma” da Previdência Social faz parte de um processo amplo que inclui a crise do capital e reforma do Estado. Para Behring (2003, p. 199)

A Previdência Social foi palco de experimentação da chamada reforma gerencial do Estado, rompendo com a administração burocrática. Nesse sentido, foram criadas as agências transformadas, nas quais o trabalho é conduzido tendo em vista a produtividade, em torno do acesso dos usuários, conforme os direitos assegurados após a Emenda Constitucional nº 20 e a Lei nº 9.876, de 1999 [...].

A Previdência Social foi criada com a finalidade de viabilizar direitos aos segurados visando substituir a renda do contribuinte após a perda da capacidade laborativa do trabalhador e na atualidade apresenta a seguinte estrutura: Ministério da Previdência Social (MPS), Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), Empresa de Processamento de dados (DATAPREV) e os órgãos colegiados.⁹

De acordo com Silva (2007), a política previdenciária brasileira é composta pelo regime geral de Previdência Social (RGPS) com repartição, obrigatória, nacional, com cobertura para os trabalhadores da iniciativa privada, possui um teto atualmente de R\$ 5.182,

⁹ A grave crise econômica que assola o país desde meados da década de 2000, levou o atual governo a enviar estudos para propor a unificação do Ministério do Trabalho e Emprego com o Ministério da Previdência Social, numa articulação já ocorrida anteriormente após o ocaso da ditadura militar no país.

82¹⁰, ficando sob a administração do INSS; além do RGPS existe também sistema de previdência complementar gerenciado pelos fundos de pensão; regimes próprios de previdência social (RPPS) da união, estados e municípios direcionados para os servidores públicos dos três entes da federação e pôr fim a previdência dos militares. Aqui, o foco de nossa análise é o RGPS e suas interfaces com o sistema de previdência complementar, após a reforma concretizada pela Emenda Constitucional nº 20 de 15 de dezembro de 1998.

O INSS foi criado na década de 1990 através do Decreto de nº 99.350, momento em que houve a junção do Instituto de Administração Financeira da Previdência Social (IAPAS) com o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS). Percebe-se nessa mudança a força da lógica neoliberal vigente na década de 1990, que substitui o princípio da universalidade contido na seguridade social pelo seguro social, ou seja, dentro do viés da lógica securitária (SILVA, 2007). O INSS é vinculado ao Ministério da Previdência Social (MPS)¹¹, porém, por ser uma autarquia possui autonomia administrativa. Apresenta como objetivos arrecadar, fiscalizar, gerir recursos e cobrar as contribuições sociais.

Desta forma, o INSS fica responsável pela execução dos serviços e benefícios previdenciários, alvo de constantes ataques por parte dos representantes do capital que implementam “reformas” e visam reduzir direitos dos trabalhadores.

No caso específico do INSS houve uma mudança no organograma da instituição, na busca pela simetria e afinidades funcionais. Representando, assim, a reestruturação do Estado [...], no qual se prioriza o enxugamento da máquina pública, dando ênfase e incentivos aos setores modernos da economia (BARBOSA, 2007, p. 47).

Constata-se que a Previdência Social enfrenta dificuldades relacionadas à alocação de recursos, pois o orçamento que deveria ser direcionado para a Previdência é desviado para outros fins¹². Além desse problema, existem as fraudes, a sonegação e a evasão fiscal. Esses elementos servem de justificativa para o governo legitimar seu discurso em prol da “reforma” da Previdência Social. Conforme as observações de Neves (2015, p. 46) “[...] no tocante à proteção previdenciária, a tendência é que a expropriação do trabalhador se acentue, tornando-

¹⁰ Valor referente ao ano de 2016.

¹¹ A Lei nº 13.266, de 05 de abril de 2016 extinguiu o Ministério da Previdência Social.

¹² A crise do sistema capitalista tem repercussões sobre toda a sociedade, principalmente com o processo de globalização financeira do capital, pois esta tem provocado a focalização das políticas sociais direcionadas geralmente para os mais pobres dos pobres, devido a desvinculação dos recursos do orçamento destas políticas para pagamento de juros da dívida dos países periféricos para o grande capital internacional nutrindo desta forma o capital financeiro.

se mais restritivo seu acesso e rebaixando seus benefícios [...]”, ou seja, o que existe na realidade é uma política de cunho regressivo quanto aos direitos sociais.

A partir das orientações do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI), o governo reestrutura o país para se adequar às normas ditadas pelo capital financeiro. Tais medidas visam atrair investimentos estrangeiros, acabando com os monopólios das empresas estatais, há “também mudanças nas relações financeiras intergovernamentais e na gestão fiscal, que são apontadas como centro nevrálgico de todo país” (SILVA; SCHMIDT, 2013, p. 3).

Observa-se que na década de 1990 os direitos sociais universais garantidos pela Constituição Federal de 1988 são substituídos por políticas compensatórias impedindo a implantação dos direitos nos moldes configurados na Carta Magna, embora estivesse em vista um processo de descentralização e municipalização das políticas sociais.

Nessa perspectiva, as políticas sociais são alvo de “reformas” e de sucessivos ataques a sua concretização no capitalismo contemporâneo, pois se trata de um momento de recessão do capital, cujo fundo público é direcionado a favor da ciranda financeira acarretando prejuízos ao financiamento das políticas, materializando-se uma conjuntura de negação de direitos.

A ênfase no econômico possibilitou a abertura da previdência privada fazendo parte de uma estratégia do capitalismo internacional centrado na dinâmica do financeiro, por meio do qual os fundos de pensão e as seguradoras privadas constituem-se como forma de capitalização do sistema (CARTAXO; CABRAL, 2010, p. 3).

De acordo com essa lógica, a política de assistência social torna-se seletiva, e se caracteriza por ações pontuais que reforçam o favor e o clientelismo, enquanto na saúde, o princípio da universalidade é desrespeitado, com incentivo à privatização e à compra de planos de saúde, mais somente quem tem condições financeiras pode acessar, porém a maior parcela da população fica à mercê da saúde pública que funciona precarizada e sem recursos.

Com as mudanças que ocorreram na proposta inicial contida na CF/88, as políticas sociais se tornaram limitadas e restritas, devido à adoção dos princípios neoliberais. A implantação das ideias neoliberais no país reforçou as características de seguro social da Previdência, para ter acesso aos benefícios é necessário contribuir.

Neste aspecto, a previdência social vem se afirmando nos dias atuais como uma política limitadora, como outras, de direitos sociais. Desse modo, trata-se de um direito limitado, vinculado sempre ao mercado de trabalho, ou seja, aqueles que se encontram inseridos em relação ao trabalho formal ou que

contribuam como autônomo ou segurado especial (FERNANDES, 2010, p. 45).

Durante o primeiro Governo FHC foi aprovada a Emenda Constitucional nº 20 de 15 de dezembro de 1998. Silva (2007) explica que os defensores da “reforma” da Previdência Social afirmam que o sistema previdenciário é reprodutor da desigualdade. Analisando tal argumento, o autor mostra que se trata de uma questão que não é consensual entre os analistas da “reforma”, pois o sistema de seguridade social tende a sucumbir se ficar sob a direção do mercado. Outro argumento utilizado pelos defensores da reforma é o da solidariedade invertida, ou seja, os pobres financiam os ricos. Porém, tal situação é reflexo do sistema capitalista, a “reforma” da Previdência não contribuiu para mudar esse cenário de desigualdade.

A mídia, comungando com os idealizadores da “reforma”, divulgou durante o governo de FHC que os responsáveis pelo desequilíbrio financeiro da Previdência eram os servidores públicos, já que os critérios de contribuição e de aposentadoria dessa categoria eram diferentes dos trabalhadores do setor privado (PEREIRA, 2008). O objetivo da “reforma” era a criação de um único regime abrangendo os trabalhadores públicos e privados apresentando as mesmas diretrizes de acesso e de concessão dos benefícios. Esse objetivo não se concretizou plenamente devido às mobilizações dos servidores que procuraram manter os direitos adquiridos. De acordo com a análise de Silva e Schmidt (2013, p. 5).

As principais modificações obtidas por FHC no regime dos servidores foram: a incorporação do conceito de ‘tempo de contribuição’ em substituição ao de ‘tempo de serviço’; extinção da aposentadoria proporcional, conforme regras de transição idênticas às do RGPS; e a introdução do limite de idade para a aposentadoria.

As medidas centrais instituídas pela Emenda Constitucional (EC) nº 20 foram a obrigação de se comprovar o tempo de contribuição, acabando com o critério de aposentadoria por tempo de serviço e a aposentadoria proporcional, além da instituição do fator previdenciário como critério para calcular o valor dos benefícios (PEREIRA, 2008). O artigo 40 da EC nº 20 de 1998 estabelece as novas regras para a aposentadoria do trabalhador que ingressar no serviço público, a partir de 16 de dezembro de 1998.

I por invalidez permanente, sendo os proventos proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificadas em lei;
II compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição;

III voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria as seguintes condições:

- a) Sessenta anos de idade e trinta e cinco de contribuição, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade e trinta de contribuição, se mulher;
- b) Sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.

A EC nº 20 também criou o fator previdenciário que aumenta o tempo de serviço para quem deseja se aposentar com o valor inicial de sua aposentadoria.

Por exemplo, um trabalhador que contribuiu por 35 (trinta e cinco) anos para a Previdência Social, e conta com 56 (cinquenta e seis) anos de idade, e requerer sua aposentadoria terá reduzido seu benefício em 23%. Para ter o valor previsto em 100%, salário de benefício integral, este trabalhador terá que trabalhar mais 7 (sete) anos, ou seja, se aposentar aos 63 (sessenta e três) anos (PEREIRA, 2008, p. 80)

Nesta perspectiva, é possível constatar que o fator previdenciário foi desvantajoso para a classe trabalhadora, pois o trabalhador precisa trabalhar mais para obter o salário integral através do benefício previdenciário. Desta forma, a contrarreforma da Previdência Social atende aos requisitos do neoliberalismo beneficiando o capital ao ampliar o tempo de serviço do trabalhador, pois ao atingir a idade da aposentadoria, o trabalhador já se encontra debilitado e com idade avançada e sem acesso à saúde pública de qualidade tendo que aderir planos de saúde privados.

Já na década de 2000 no primeiro Governo Lula¹³, foram aprovadas as Emendas Constitucionais de nº 41/2003 e 47/2005. Essas Emendas deram continuidade à contrarreforma da Previdência Social iniciada durante o Governo de FHC. Nesse sentido, a contrarreforma da Previdência permaneceu como algo prioritário na agenda do governo, que além de continuar a “reforma” prosseguiu com a depreciação da imagem da Previdência Social perante a sociedade, destacando as fragilidades e ineficiências. Segundo Neves (2015, p. 44) “[...] as mudanças demográficas seguem sendo observadas com base em uma perspectiva alarmante para os sistemas previdenciários, o que, nessa visão, exige alargamento do tempo de trabalho e contribuição [...]”. Nessa perspectiva, os idealizadores da contrarreforma da Previdência, defendem a proposta que pretende acabar com a diferença temporal existente entre homens e mulheres para a aquisição da aposentadoria.

¹³O presidente Luís Inácio Lula da Silva presidiu o país por dois mandatos consecutivos: 2003-2006 e 2007-2010, e aprofundou as contrarreformas do Estado brasileiro em todas as políticas, inclusive a Previdência Social.

O Governo Lula também criou mecanismos para incluir alguns trabalhadores excluídos da Previdência Social como autônomos, trabalhadores informais, desempregados, entre outros, ao mesmo tempo em que favoreceu a lógica do mercado com o incentivo à previdência complementar fechada.

Do ponto de vista do mercado, em outros termos, a reforma é importante para evitar o colapso fiscal do país; dar visibilidade de longo prazo as contas brasileiras; tirar o país da zona de risco de moratória da dívida; reduzir a avaliação de risco do país; abrir espaço para cortes nas taxas de juros; criar um ambiente mais favorável ao investimento; permitir à economia crescer sem causar impacto na inflação (SILVA, 2007, p. 274).

Compreende-se que a Previdência Social brasileira apesar de ser integrante da seguridade social foi estruturada na lógica do seguro social criado na Alemanha durante o governo de Otto von Bismarck no final do século XIX. O que acontece no Brasil é uma americanização perversa do sistema de proteção social, com características da lógica do seguro bismarckiano e da lógica da assistência beveridgiana (VIANA, 2000). Os seguros criados no século XIX alcançava uma parcela pequena da classe trabalhadora.

O modelo bismarckiano é identificado como sistema de seguros sociais, pois suas características assemelham-se à de seguros privados. Em relação aos direitos, os benefícios cobrem principalmente (e as vezes exclusivamente) os trabalhadores contribuintes e suas famílias; o acesso é condicionado a uma contribuição efetuada. Quanto ao financiamento, os recursos provêm fundamentalmente das contribuições diretas de empregados e empregadores, baseados na fola de salários (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p. 66).

De acordo com a análise das autoras, o Plano Beveridge se opunha ao modelo de seguro social instituído no governo Bismarkiano e apresentava uma nova lógica para as políticas sociais com caráter universal, “nesse sistema de proteção social, os direitos são universais, destinados a todos os cidadãos incondicionalmente ou submetidos a condições de recursos (testes de meios), [...]” (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p. 97).

Assim, não somente os trabalhadores são “protegidos” pelo sistema previdenciário, mas também aqueles que estão interessados em contribuir “espontaneamente” a fim de garantir o direito à previdência, como sinalizado anteriormente, ou seja: autônomos, desempregados, beneficiários do Programa Bolsa Família, estudantes, dentre outros. Com relação ao financiamento da Previdência Social, os recursos são oriundos, principalmente da contribuição dos empregados e empregadores com base na folha de salários. Observa-se que a Constituição

brasileira determina que a seguridade social tenha um orçamento próprio, porém essa determinação nunca saiu do papel. O que de fato ocorre é o desvio dos recursos destinados à seguridade social para políticas de interesse fiscal, pagamentos dos juros da dívida e formação do superávit primário. (SALVADOR, 2007). Através da Emenda Constitucional nº 27 o governo criou a Desvinculação das Receitas da União (DRU) que possibilita que até 20% do orçamento seja desviado para formação do superávit primário e pagamento de juros da dívida pública.

Portanto, por meio da DRU, ocorre uma perversa alquimia que transforma os recursos destinados ao financiamento da seguridade social em recursos fiscais para a composição do superávit primário e, por consequência a sua utilização em pagamento de juros da dívida (SALVADOR, 2007, p. 83).

Na lógica do capital, parte do fundo público no Brasil é direcionado para compor o capital rentista e para “[...] o agronegócio, além do favorecimento histórico aos capitalistas da construção civil (empreiteiras) e da indústria automobilística” (SALVADOR, 2015, p. 18). Os setores citados foram os mais privilegiados pelas medidas anticrise adotadas pelo governo em 2009. De acordo com as observações de Salvador (2015), os recursos públicos no Brasil são dirigidos para o capital através do orçamento público e por meio de renúncias tributárias. O capital financeiro no país conta com o apoio do Estado para se manter, apropriando-se dos impostos pagos pela classe trabalhadora e pela população mais carente.

De forma que o fundo público no Brasil atuou no âmbito das políticas monetárias, no sentido de liberar recursos para as instituições financeiras, sem quaisquer contrapartidas de manutenção ou ampliação dos postos de trabalhos e de direitos sociais. A rapidez e a agilidade do fundo público brasileiro, usadas para socorrer o mercado financeiro, são mais uma amostra da influência dos bancos no domínio da agenda econômica do nosso país (SALVADOR, 2015, p. 20).

O principal problema da seguridade social brasileira na atualidade está relacionado às renúncias tributárias do governo em favor do capital, que causam um impacto negativo no financiamento das políticas de saúde, assistência social e previdência. Salvador (2015, p. 24) destaca “[...], sobretudo, as políticas de desoneração tributárias das contribuições sociais e a desoneração da folha de pagamento, que afetam o financiamento do orçamento da seguridade social”. A Previdência Social nesse contexto permanece como principal alvo no que diz respeito à regressão dos direitos conquistados pela classe trabalhadora. No primeiro governo da

Presidente Dilma Rousseff (2011-2014) foi regulamentado o Fundo de Pensão dos Servidores Públicos da União (FUNPRESP), que foi estabelecido durante a contrarreforma da Previdência do governo Lula (NEVES, 2015). Nesse sentido, o governo atual segue os passos de seus antecessores, no quesito relacionado à contrarreforma da Previdência, suprimindo direitos sociais e canalizando recursos para o capital rentista, principalmente para favorecer a previdência privada no país seguindo a ideologia neoliberal implantada nos países periféricos.

As preocupações liberais são claras: evitar a generosidade do valor dos benefícios e proceder sua atualização; reforçar a moralização do acesso, para a qual sugere incorporar rigorosa fiscalização de modo que este não seja burlado; bem como a exigência de sustentabilidade fiscal do sistema como um todo, servindo os patamares mínimos para funcionalizar a equação que drena os recursos públicos, carreando-os para o sistema financeiro. Na linguagem neoliberal, significa desqualificar a intervenção social estatal nos moldes universais (NEVES, 2015, p. 44).

Destaca-se que, durante a pesquisa sobre a produção teórica do Serviço Social na Previdência Social encontramos alguns artigos que analisam o processo de contrarreforma da Previdência Social nos anais dos CBAS e dos ENPESS. No CBAS de 2013 encontramos seis artigos que tratam da contrarreforma da Previdência Social. Enquanto que nos ENPESS de 2010 e 2014 encontramos dois artigos sobre essa temática. Do CBAS realizado em 2013, os artigos encontrados foram: 1) “A Previdência Social Pública na Contemporaneidade: reflexões acerca das estratégias de destituição dos direitos no cenário brasileiro”, de Monique Ferreira dos Santos; 2) “A Previdência Social Brasileira - o debate contemporâneo” de Ana Maria Baima Cartaxo, Maria do Socorro Reis Cabral; 3) “Previdência Social no Brasil: entre a seletividade e a privatização” de Rivânia Lúcia Moura de Assis, Márcia Talita Fernandes Costa, Ana Cristina da Costa Régis; 4) “O impacto das contrarreformas previdenciárias nas condições de trabalho do assistente social no contexto do Instituto Nacional de Seguro Social” de Ana Maria Baima Cartaxo, Marina Coutinho Pereira; 5) “Algumas reflexões sobre o Serviço Social do INSS – a desestruturação, o impacto da reforma previdenciária e administrativa e os desafios apontados” de Thalyta Mabel Nobre Barbosa; 6) “Seguridade Social e Neoliberalismo no Brasil: o (o) caso da Previdência Social nas propostas de reformas atuais” de Nívia Cristiane Pereira da Silva, Verônica Maria Ferreira. Do ENPESS realizado em 2010 encontramos o artigo “Os direitos sociais previdenciários no cenário neoliberal” de José Ricardo Caetano Costa e em 2014 identificamos o artigo “A influência do Banco Mundial sobre as reformas da Previdência Social brasileira” de Mirela Januária Magioni. Os artigos pesquisados confirmam que a “reforma” da Previdência é fruto da crise do capital que desagua na “reforma” do Estado e,

consequentemente, na contrarreforma da Previdência Social. Os autores denunciam que os princípios da seguridade social instituídos pela Constituição Federal de 1988 são destituídos pela política de cunho neoliberal.

Especialmente no que toca à Previdência Social, as reformas levadas a efeito em 1998, por FHC, em 2003, pelo governo Lula, acentuaram esse caráter excludente e reduziram drasticamente as possibilidades de garantia da proteção social ao trabalho, acentuando um caráter privatista e contributivo do sistema híbrido contido na Constituição e a fragmentação entre as políticas que o compõem (SILVA; FERREIRA, 2013, p. 3 - 4).

Nesse contexto, o princípio da universalidade da cobertura e do atendimento é desconstruído, basta observar o que acontece com as políticas de Saúde e Previdência Social direcionada para a focalização articulada com o processo de privatização. “A focalização nos segmentos mais pobres já vem se consolidando como um mecanismo estruturante das políticas de saúde, pela investida na ampliação da ação básica” (SILVA; FERREIRA, 2013, p. 4). A contrarreforma da Previdência desconstruiu as características de uma Previdência pública, redistributiva e solidária, ao passo que contribuiu para instituir e ampliar a previdência privada. Essa realidade contribui para reproduzir a desigualdade social gestada pelo sistema capitalista, com a exponenciação das expressões da “questão social”, tratadas como “problemas individuais” resultantes do fracasso pessoal ou até mesmo do conformismo. Nesse sentido, a contrarreforma da Previdência faz parte da política neoliberal de regressão de direitos conquistados pelos trabalhadores.

O alvo dos ataques são, sem sombra de dúvida, os direitos conquistados pela classe trabalhadora, especialmente aqueles que mantêm ainda elementos universais e redistributivos, como é o caso da Aposentadoria Rural, e da política de assistência social, como é o caso do Benefício de Prestação Continuada BPC. Nos dois casos, o centro do ataque é o valor dos benefícios, sendo proposta a sua desvinculação do valor do salário mínimo (SILVA; FERREIRA, 2013, p. 7).

A proposta de desvincular o valor do salário dos benefícios destrói o princípio da irredutibilidade, desestrutura a lógica da seguridade social. Para sustentar o argumento da desvinculação dos benefícios previdenciários e assistenciais do salário mínimo, os defensores da contrarreforma da Previdência afirmam que a vinculação dos benefícios ao salário mínimo é responsável por seu rebaixamento e baixo poder aquisitivo (SILVA; FERREIRA, 2013).

Nesse sentido, as pensões e a aposentadoria dos trabalhadores rurais sofrem duros ataques, consideradas privilégios. Existe até uma proposta para taxar progressivamente a previdência dos trabalhadores rurais, ou mesmo colocar tais benefícios na composição dos benefícios assistenciais. Os defensores da contrarreforma da Previdência alegam que os trabalhadores rurícolas não contribuem, porém, existe uma taxaço sobre a produço, enquanto que para os capitalistas detentores do agronegócio não existe contribuio, pois são isentos. Sobre as pensões, os defensores das ideias neoliberais fazem comparaçoes do Brasil com países europeus onde a desigualdade social não é tão evidente, com o objetivo de mostrar que existem privilégios em nosso país.

Analisando a influência do Banco Mundial nas “reformas” da Previdência Social, Magioni (2014) ressalta que as “reformas” fazem parte das condições impostas pelo Banco aos países em desenvolvimento. A privatizaço da Previdência visa reduzir os gastos sociais e possibilita que o país quite os juros da dívida. Os defensores das ideias neoliberais afirmam que os gastos sociais são responsáveis pela crise econômica, principalmente os gastos com a Previdência Social. Observa-se que a contrarreforma da Previdência visa favorecer a lógica do seguro social, e enfraquecer a seguridade social instituída pela Constituição Federal de 1988.

Desta forma, a Previdência segue como alvo principal do capital no processo de contrarreforma do Estado, que visa fortalecer principalmente o capital financeiro e a previdência privada.

3.2. UMA BREVE ANÁLISE SOBRE A PREVIDÊNCIA PRIVADA NO BRASIL E SUA RELAÇÃO COM O CAPITAL FINANCEIRO

Ao longo da história, o sistema capitalista conservou suas bases fundamentais de sustentação, como a propriedade privada dos meios de produço, a extraço de mais-valia e o estado. Porém, o capital dos dias atuais é marcado por diversas metamorfoses que operam no fundo público através da financeirizaço da economia, no encolhimento das políticas sociais, no processo de reestruturaço produtiva e na gestão do trabalho. Todavia o foco dessa análise é a instituiço da previdência privada, por isso não analisaremos todos os processos que permeiam o capital na atualidade.

Observa-se que a previdência privada é um instrumento para a realizaço do capital financeiro ou do capital portador de juros. A retomada do capital financeiro nos dias atuais é uma estratégia do sistema capitalista para sair da crise e para obter lucratividade, trata-se da fusão entre o capital industrial e o bancário. Nesse sentido, “[...] uma vez estabelecido o

imperialismo, um número reduzido de grandes capitalistas (industriais e banqueiros) concentram nas suas mãos a vida econômica do país [...]” (NETTO; BRAZ, 2008, p. 181).

Desta forma, cresce a superacumulação e a concentração de riquezas, o que tende a provocar crises e recessão no mundo. Os países da periferia são forçados a abrir suas economias para os investimentos externos e nesse processo muitas indústrias nacionais fecham as portas, gerando desemprego para a população local.

Além disso, aumenta-se a taxa de juros, expandindo o déficit da balança comercial desses países. Cresce o capital especulativo financiado pelos juros que os países periféricos pagam pelas dívidas contraídas com os organismos internacionais. Os pagamentos dos juros causam escassez de recursos para investimentos por parte dos Estados nacionais em políticas sociais que beneficiariam principalmente a classe trabalhadora, o que agrava mais ainda a “questão social”.

Os rentistas e os possuidores de capital fictício (ações, cotas de fundos de investimentos, títulos de dívidas públicas) extraem ganhos sobre valores frequentemente imaginários e só descobrem isso quando, nas crises do ‘mercado financeiro’ papéis que, à noite, ‘valiam’ X, na bela manhã seguinte passam a valer -X, ou, literalmente, a não ‘valer’ nada [...] (NETTO; BRAZ, 2008, p. 232).

Com o desenvolvimento do capital financeiro, uma parte dos capitalistas passou a depender exclusivamente dos juros oriundos da ciranda financeira, são os rentistas que não investem no setor produtivo da economia. Netto e Braz (2008, p. 232) confirmam que houve um “[...] brutal crescimento do capital fictício. Entende-se por capital fictício “as ações, as obrigações e os outros títulos de valor [...]”. O capital contemporâneo apresenta um crescimento especulativo baseado no processo de financeirização da economia. Além disso, o capital fictício espalha a instabilidade na economia dos estados nacionais, principalmente porque o capital volátil tem a “[...] capacidade de arruinar inteiras economias nacionais especialmente através de sua ação sobre o mercado de divisas” (NETTO; BRAZ, 2008, p.233). A retirada de limites impostos ao capital para a concretização de seu objetivo fundamental, que é o lucro, é outra característica do capital financeiro que visa o controle dos mercados; no mundo são aplicadas contrarreformas regressivas que visam à redução de direitos da classe trabalhadora.

Nessa configuração o capital realiza através do Estado a contrarreforma da Previdência Social brasileira, e favorece à instituição da previdência privada (GRANEMANN, 2006). A instituição da previdência privada implica no desmonte da Previdência Social e na abertura de um importante espaço para os negócios lucrativos do capital. A ideologia difundida pelo capital

para legitimar a previdência privada consiste em levar muitos trabalhadores a poupar para obter uma aposentaria que complemente a pública. Todavia, os recursos que os trabalhadores investem na previdência privada, nada mais são do que parte do seu trabalho necessário transferido ao capital para alimentar a ciranda financeira.

De acordo com Granemann (2006), a previdência privada organiza-se em diversos países através de Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) e de Entidades Abertas de Previdência Complementar (EAPC). As Entidades Fechadas de Previdência Complementar ou fundos de pensão são organizadas por um grupo de empresários ou através da junção de várias empresas de um mesmo conglomerado ou setor produtivo. Fazem parte também dos fundos de pensão a previdência complementar instituída pelos Estados para proteger os trabalhadores aí empregados, bem como os fundos criados por entidades de classes profissionais ou de setor. Já as Entidades Abertas de Previdência Complementar são acessíveis a qualquer pessoa física, ofertadas por bancos, seguradoras e entidades de previdência.

Observa-se que os trabalhadores que contribuem para a previdência privada só conseguem ter uma aposentadoria mais robusta, ou seja, mais alta do que a aposentadoria paga pela Previdência Social quando complementam com os benefícios oriundos da Previdência Pública.

Se deixarem de receber a previdência social as médias pagas pela previdência privada não seriam significativamente mais elevadas para o conjunto dos trabalhadores com aposentadorias em fundos de pensão do que são os benefícios pagos pela previdência pública. Dito de modo diverso, o eventual sucesso da previdência privada somente se constitui se existir a solidariedade da previdência pública: a previdência privada em si mesmo não tem como produzir aposentadorias na média muito mais elevadas do que o faz a previdência social (GRANEMANN, 2006, p. 37).

Nesta perspectiva, a previdência privada é uma excelente parceira do capital financeiro. A especulação financeira é uma forma que o capital encontrou para obter gigantescas somas de dinheiro oriundas da mais-valia retirada dos trabalhadores. O capitalismo avança no processo de internacionalizar os mercados, as economias, a produção e aprofundar ainda mais o desenvolvimento desigual e combinado entre os países.

Nesse sentido, a previdência privada encaixou-se bem na ciranda financeira do capital, pois arrecada grandes somas de dinheiro para serem aplicadas nos negócios lucrativos do capital.

Granemann (2006) destaca que o capital reconheceu que parte do seu lucro (mais-valia) é destinada ao Estado objetivando formar o fundo público. Com tal reconhecimento o

capital realiza contrarreformas nas políticas sociais, dentre as quais a Previdência Social tem lugar privilegiado, devido à quantidade de recursos que é capaz de mobilizar e também para que as diversas modalidades de previdência privada possam prosperar é indispensável reduzir a eficiência da previdência pública.

No bojo dessas mudanças que ocorrem na Previdência Social são apresentados muitos desafios para o Serviço Social, principalmente porque o projeto de seguridade social incluído na Constituição Federal de 1988 tem sido desconstruído pela política neoliberal instituída pelo capital no país, situação que exige dos assistentes sociais posicionamento crítico e a elaboração de um novo fazer profissional em conjuntura adversa aos direitos sociais.

3.3. MATRIZ TEÓRICO-METODOLÓGICA DO SERVIÇO SOCIAL NA PREVIDÊNCIA SOCIAL

A conjuntura e os diversos desafios apresentados pela sociedade exigiram que os assistentes sociais que atuam na Previdência se mobilizassem e aprofundassem a base teórico-metodológica que sustenta o fazer técnico-operativo e fortalecessem compromisso ético-político com a classe trabalhadora. Em 1994, uma nova Matriz Teórico-Metodológica do Serviço Social na Previdência Social é publicada pelo INSS, que estabelece um novo paradigma para os assistentes sociais que atuam no âmbito da Previdência Social. A matriz corresponde à conjuntura brasileira dos anos 1990 (YAZBEK, 2008).

A Matriz Teórico-Metodológica do Serviço Social na Previdência Social representa um novo paradigma para o profissional que atua na Previdência Social, constitui-se um marco histórico para a profissão. O novo paradigma rompe com o “[...] modelo tradicional, na construção e reconstrução permanente teórico metodológica da prática, visando efetivá-la no jogo das forças sociais presentes” (BRASIL, 1994, p. 11).

Este documento é fruto de um amplo debate que ocorreu no interior da categoria, envolvendo as entidades que representam os assistentes sociais e os estudantes de Serviço Social em todo o país, “[...] essa mobilização vai ocorrer após quinze anos de exercício profissional parametrado por um modelo de matriz teórico metodológica funcionalista, o Plano Básico de Ação PBA de 1978” [...] (YAZBEK, 2008, p. 116). Assim, a Matriz¹⁴ de 1994 nasce em contraposição ao PBA de 1978 que possuía uma perspectiva funcionalista e integradora e orientava a atuação de assistentes sociais da Previdência Social.

¹⁴ A partir deste momento, buscar-se-á referenciar a Matriz Teórico-Metodológica do Serviço Social na Previdência Social apenas como Matriz.

Para tal, o novo paradigma vai apoiar-se no método crítico dialético, apresentando como fundamentos novas bases teóricas, estratégicas, éticas e legais para a ação profissional, sendo orientado por uma concepção de Previdência Social, como direito dos trabalhadores (YAZBEK, 2008, p. 116, 117).

A Matriz de 1994 direciona o Serviço Social na Previdência para novas perspectivas, pois orienta os profissionais a aprofundar o conhecimento sobre a realidade e coaduna com o projeto ético político defendido pela profissão. Em seu texto básico, a Matriz defende uma Previdência Social “[...] como direito social garantido constitucionalmente, como parte da cidadania do brasileiro” (YAZBEK, 2008, p. 126).

A nova Matriz apresenta algumas ações profissionais desenvolvidas no âmbito da Previdência Social. Com relação aos instrumentais destacam-se: o parecer social, os recursos materiais e a pesquisa social. Entre as ações profissionais, destaca-se a socialização de informações referentes à Previdência Social. O direito à informação é fundamental na sociedade em que vivemos, podendo ser considerado como um direito essencial para o acesso à cidadania e aos direitos sociais garantidos por lei. Nesse sentido, socializar informações não significa apenas informar os direitos legalmente constituídos, mas inclui também os direitos dos usuários em acessar o conhecimento que é produzido socialmente.

A socialização de informações sobre a Previdência Social é pautada em informações de qualidade para que os usuários possam ter acesso aos seus direitos. A socialização de informações vai além de simples orientações sobre os benefícios da Previdência, é transmitida sob a perspectiva de direito social da classe trabalhadora. Os trabalhadores e a sociedade de um modo geral, não possuem conhecimento suficiente sobre direitos previdenciários, pois a forma como esses direitos estão organizados representa o modo como a sociedade capitalista se estrutura, refletindo a exclusão e a desigualdade social (BRASIL, 1994).

Na Previdência Social a lógica do sistema capitalista se reflete na exclusão de desempregados e trabalhadores da economia informal, bem como na própria exclusão do trabalhador que contribui, “[...] pela lógica burocrática que se apresenta através de uma legislação complexa, cifrada, incompreensível para maioria da população” (BRASIL, 1994, p. 15). A socialização de informações sobre a Previdência Social é uma atividade específica do assistente social, e vai além de uma simples orientação sobre os direitos previdenciários repassados de forma acrítica da legislação de maneira controlada. O Código de Ética da

profissão define como um dever do assistente social “democratizar as informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional, como um dos mecanismos indispensáveis à participação dos/as usuários/as” (CFESS, 1993, p. 26).

De acordo com a Matriz, a socialização da informação pressupõe que o assistente social identifique as reais condições de vida do usuário, a partir das demandas apresentadas e dessa forma transmita informações, compreendendo que situações particulares devem ser apreendidas em sua totalidade.

Além da socialização da informação, o Serviço Social na Previdência realiza outras ações na perspectiva do direito dos usuários, visando a potencialização do coletivo, com a criação de “[...] grupos de debates contribuindo para o fortalecimento da consciência coletiva, seja por assessorias aos movimentos sociais no que diz respeito a informações sobre a Previdência e sobre o mundo do trabalho” (YAZBEK, 2008, p. 130). A realização de palestras, seminários, fóruns e encontros são momentos propícios que a categoria possui para fortalecer os vínculos com os usuários da Previdência Social.

As ações desenvolvidas pelo Serviço Social na Previdência têm apresentado resultados positivos tanto para a população usuária da política quanto para a própria instituição como: redução do nível de insatisfação por ausência de esclarecimentos sobre os benefícios e serviços previdenciários; redução de filas; ampliação da participação de sindicatos, associações e outras entidades que representam a classe trabalhadora no desenvolvimento da Previdência Social; ampliação do acesso dos usuários, que devido à ausência de informações corretas, não conseguiam obter os benefícios garantidos por lei (SILVA, 2000).

Já com relação aos instrumentos e técnicas, a Matriz destaca o parecer social, os recursos materiais e a pesquisa social. Esses instrumentos estão vinculados a uma dimensão teórica “[...] que lhes dá direção, intencionalidade (contrário à neutralidade), constituindo-se como fundamentais a viabilização das estratégias propostas” (BRASIL, 1994, p. 17). Desse modo, as ações realizadas pelo assistente social na Previdência Social possuem um direcionamento claro, baseado na teoria que lhes dá suporte. Assim,

[...] as entrevistas, as visitas domiciliares, a abordagem junto às populações, as dinâmicas de grupo, palestras, seminários, bem como o parecer social, pesquisa e recursos materiais estão direcionados neste documento pelo método histórico dialético (BRASIL, 1994, p. 17).

Entre os instrumentos utilizados pelo assistente social na Previdência Social, o parecer social merece destaque, “[...] entendido como a opinião profissional do assistente social, com base em observação e estudo de uma dada situação, fornecendo elementos para a concessão de um benefício [...]” (BRASIL, 1994, p. 18). Desse modo, para emitir um parecer social, o assistente social precisa ter por base um relatório social que contenha todas as informações da situação estudada, ou seja, uma descrição do estudo que foi realizado.

Por razões simples, o profissional só poderá emitir uma opinião a respeito de uma situação, se tiver conhecimento aprofundado e sistematizado, pois o parecer social é a conclusão de um trabalho, de um estudo social. Na Previdência Social, para elaborar o parecer social, o assistente social poderá se utilizar de visitas domiciliares, observação sistemática e outros recursos técnicos. O parecer deve apresentar: aspectos socioeconômicos da família e do requerente ao benefício, considerar as necessidades básicas referentes à vida em família, analisar as implicações decorrentes da doença entre outras dimensões (YAZBEK, 2008).

Cabe ao profissional analisar acerca da necessidade ou não do parecer social, escolher os instrumentais necessários para estudar a situação apresentada pelo usuário. Desse modo, o parecer social é usado como meio de viabilizar os direitos sociais aos usuários da Previdência, e não para um julgamento moral.

Por fim, no que diz respeito, aos instrumentos, a Matriz aponta os recursos materiais como “[...] instrumento que deve ser utilizado para o acesso aos direitos previdenciários e o atendimento de situações emergenciais, constituindo-se como direitos sociais [...]” (BRASIL, 1994, p. 19). O documento Matriz ressalta também a importância da pesquisa social, no âmbito da Previdência Social, como um meio de articular teoria e prática em busca de construir um saber sobre os fenômenos sociais na sua totalidade, através de um conhecimento crítico da realidade que será alvo da intervenção profissional.

Ora, a Matriz foi elaborada em um contexto neoliberal em que políticas sociais estão reduzidas e a Previdência Social é o exemplo mais emblemático dessa realidade. A Previdência Social foi uma das primeiras instituições a inserir em sua estrutura organizacional o Serviço Social. Entretanto, nas últimas décadas, esse campo de atuação está encolhendo, ocorreu inclusive a tentativa de extinguir o Serviço Social da política previdenciária. Em 1998 no Governo FHC foi elaborada a Medida Provisória nº 1.729¹⁵ que visava à extinção do Serviço Social da Previdência. Após a mobilização dos assistentes sociais do INSS junto com as

¹⁵ A Medida Provisória nº 1.729, de 03 de dezembro de 1998 em seu artigo 22 visava à extinção do Serviço Social no INSS e revogava o artigo 88 da Lei nº 8.213/91 (MOREIRA, 2008).

representações da categoria e outros segmentos da classe trabalhadora, a MP 1.729/1990 não vigorou. Entretanto, “posteriormente, por decreto, foi mantido o Serviço Social como atividade auxiliar do seguro social e não mais como serviço, não compondo a estrutura organizacional” (MOREIRA, 2008, p. 247).

Em face desse contexto, observa-se que a contrarreforma da Previdência iniciada na década de 1990 atingiu o Serviço Social de duas maneiras: afetou as dimensões teórico-metodológicas e técnico-operativas e as condições de trabalho do assistente social (CARTAXO; CABRAL, 2008).

A construção histórica da profissão no âmbito da Previdência Social é um marco que deve ser assegurado na trajetória profissional, ainda que com as intempéries que forcem continuamente a categoria a reafirmar seu projeto profissional em defesa dos direitos da classe trabalhadora, na contracorrente das contrarreformas do Estado brasileiro. No próximo capítulo faremos uma análise da produção teórica do Serviço Social na Previdência Social.

4. CAPÍTULO III: PREVIDÊNCIA SOCIAL NA PRODUÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL: análise sob a perspectiva das produções no período de 2010-2014

Este capítulo apresenta uma análise crítica sobre a concepção de Previdência Social e proteção social com base na produção acadêmica do Serviço Social nos últimos anos. Aqui também ressaltamos um estudo sobre a contrarreforma da Previdência e os desafios impostos ao Serviço Social. Observa-se que ao passo que vai se consolidando a contrarreforma da Previdência, modifica-se a estrutura administrativa e os critérios de acesso aos serviços e benefícios no Regime Geral de Previdência e, com isso reduz, o acesso da classe trabalhadora aos direitos conquistados historicamente.

Já o Serviço Social inserido nesse espaço ocupacional, passa por mudanças nas dimensões teórico-metodológicos, técnico-operativas e nas condições de trabalho. Assim, a atuação do assistente social na Previdência no contexto neoliberal, vê-se envolta por realidade adversa ao projeto ético político representado nesse espaço pela Matriz. Perceber, por meio do acesso à produção na área, a perspectiva da profissão é o exercício que este capítulo intenta.

4.1. A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE A PREVIDÊNCIA SOCIAL: aproximações com o estado da arte no serviço social

Pesquisar a produção do conhecimento do Serviço Social na Previdência Social proposto neste trabalho exige uma análise, ainda que breve, do percurso histórico da pesquisa no âmbito da profissão. Observa-se que é comum considerar o Serviço Social, como uma profissão eminentemente interventiva que toma a realidade por objeto de estudo e de intervenção. Essa realidade esteve presente na profissão até meados da década de 1960, até aquele momento o assistente social atuava apenas como um executor terminal de políticas sociais, e é somente, após os desdobramentos do Movimento de Reconceituação, iniciado na mesma década, que o profissional passa a trabalhar também no planejamento.

Na década de 1970, o Serviço Social no Brasil apresenta novas características, como a aproximação com o marxismo, numa tentativa de se ter uma leitura crítica da realidade, para somente assim poder nela intervir. São implantados os cursos de pós-graduação, num processo que dá início à maioria acadêmica da profissão, permitindo um significativo aumento da produção teórica oriundas de diversas modalidades de pesquisa. Acontece a inserção do curso no circuito universitário, a formação passa a ser laicizada, incorporando a pesquisa como um pilar básico.

Já em 1982, são implantadas as novas diretrizes curriculares do curso de Serviço Social que tornou obrigatória a disciplina de pesquisa no processo de formação profissional do assistente social.

A implantação de um novo Código de Ética, em 1993, que retoma princípios presentes no Código de 1986 e os traduz com direção clara, contribuiu para o Serviço Social afastar-se do conservadorismo ainda vigente na profissão, e direcionar-se para um projeto profissional hegemônico, mas não único, no interior do Serviço Social brasileiro. Na década seguinte houve um esforço da categoria para fortalecer a prática da pesquisa no âmbito da profissão. A Lei 8.662/93 no inciso VII do artigo 4º afirma que compete ao assistente social “planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais”.

Nesse sentido, a pesquisa passa a ser um instrumento de trabalho do assistente social contribuindo para analisar as mudanças que ocorrem no mundo do trabalho, no âmbito do Estado, das políticas sociais. A pesquisa também possibilita maior qualificação do trabalho profissional, ela é uma ferramenta fundamental para subsidiar a elaboração de planos, programas e projetos sociais. Destaca-se que a pesquisa é importante para a materialização dos princípios do Código de Ética da profissão.

Se se entende a pesquisa como um elemento inerente ao exercício profissional, deve-se compreender que o ENPESS e o CBAS são os principais eventos do Serviço Social que disseminam a produção do conhecimento na área. Por serem eventos de âmbito nacional, possibilitam a inscrição de trabalhos desenvolvidos por assistentes sociais e estudantes de Serviço Social de todo país, e também recentemente de outros países. Trata-se de dois eventos científicos de referência para os assistentes sociais que procuram, entre outras estratégias, uma formação qualificada. A pesquisa é prioritariamente desenvolvida no âmbito acadêmico, sendo os programas de pós-graduação responsáveis pela maior parte das pesquisas desenvolvidas na área. Para uma aproximação ao estado da arte da pesquisa sobre Serviço Social e Previdência Social, elegemos como fontes os trabalhos publicados nos anais dos CBAS e dos ENPESS, bem como a produção em pós-graduação na área de Serviço Social, no período de 2010 a 2014.

O ENPESS acontece a cada dois anos e é realizado pela ABEPSS com o objetivo de debater e articular os estudos e pesquisas científicas desenvolvidas no âmbito das universidades do Brasil e latino-americanas, visando fomentar ações e reflexões que materializem o Projeto ético político. Desse evento, analisamos durante a pesquisa, as produções que abordam a relação do Serviço Social com a Previdência nos Anais do XII, XIII e XIV ENPESS (2010/2012/2014).

Já o CBAS acontece a cada três anos, a realização compete ao conjunto CFESS/CRESS (Conselho Federal de Serviço Social e Conselhos Regionais de Serviço Social) trata-se de um evento que possibilita que profissionais e estudantes debatam temas referentes ao exercício profissional com troca de experiências por meio de conferências, apresentações de trabalhos. Além disso, a partir das discussões no decorrer do evento estabelece-se uma agenda que indica as prioridades, atividades e sugestões para os profissionais que atuam nos diversos espaços ocupacionais. Desse evento, analisamos os anais do XIII e XIV CBAS (2010/2013).

O XII ENPESS aconteceu no Rio de Janeiro e o tema foi: “Crise do Capital e Produção do Conhecimento na realidade brasileira: pesquisa para quê, para quem e como? Esse encontro teve como meta discutir os impactos da crise do capital na produção de conhecimento. De acordo com os anais do evento foram enviados 1.682 trabalhos, sendo que somente 1.293 foram aprovados (apresentação oral 913; pôsteres 165 e mesas temáticas e coordenadas, 32). A organização do evento dividiu as comunicações em 07 eixos: trabalho, questão social e serviço social; política social e Serviço Social; Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional; movimentos sociais e Serviço Social; Questões Agrária, urbana, ambiental e Serviço Social; classe social, gênero, raça/etnia, geração, diversidade sexual e Serviço Social; Ética, direitos e Serviço Social.

O XIII ENPESS foi realizado em Juiz de Fora/Minas Gerais, teve como tema: Serviço Social, acumulação capitalista e lutas sociais: o desenvolvimento em questão. Esse encontro teve 1.343 trabalhos aprovados, sendo 798 apresentações oral, 188 pôsteres, 35 mesas coordenadas, 322 oficinas de projetos, os eixos temáticos continuaram os mesmos de 2010.

O XIV ENPESS foi realizado em Natal/Rio Grande do Norte, teve como tema: Lutas sociais e produção do Conhecimento: desafios para o Serviço Social no contexto de crise do capital. Este encontro teve 1.098 trabalhos aprovados na modalidade oral, pôster e mesas temáticas coordenadas; os trabalhos foram divididos por eixos temáticos. Eixo I: trabalho, questão social e Serviço Social (132 trabalhos aprovados); eixo II: política social e Serviço Social (353 trabalhos aprovados); eixo III Questões Agrária, urbana, ambiental e Serviço Social (100 trabalhos aprovados); eixo IV Serviço Social, relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, geração sexual (146 trabalhos aprovados); eixo V: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional (222 trabalhos aprovados); eixo VI ética, direitos humanos e Serviço Social (74 trabalhos aprovados) e eixo VII movimentos sociais e Serviço Social (71 trabalhos aprovados).

O XIII CBAS aconteceu em Brasília, e o tema foi: “Lutas Sociais e exercício profissional no contexto da crise do capital: mediações e a consolidação do projeto ético político

do Serviço Social”. Durante o evento foi realizado uma análise da crise de 2008 visando avaliar a direção a ser tomada pelo projeto ético político da profissão. Com relação aos trabalhos, foram enviados 1.351, sendo que 1.085 para comunicação oral e 266 para apresentação em pôster. Após a avaliação restaram 914 trabalhos para comunicação oral, porém nos anais do evento constam 961 trabalhos nessa modalidade. Para apresentação em pôster, foram aprovados 218 trabalhos. O XIII CBAS contou com 14 sessões temáticas: Direitos da infância, adolescência, juventude e velhice; Seguridade Social: concepção e financiamento; Seguridade Social; Controle Social e sujeitos políticos; Seguridade Social: formulação e implementação; Questão urbana, agrária e meio ambiente: lutas sociais e questão social; Ética e direitos humanos; raça, etnia, gênero e orientação sexual; Projeto ético político profissional, trabalho e formação profissional; Família e relações sociais; Justiça violência e segurança pública; Educação, comunicação e cultura; Espaços sócio ocupacionais, relações e condições de trabalho; Crise do capital, estado e democracia; Movimentos e lutas sociais e a organização política da classe trabalhadora.

O XIV CBAS aconteceu em Águas de Lindóia São Paulo e contou com a inscrição de aproximadamente 3.000 pessoas incluindo de profissionais a estudantes. De acordo com os anais do evento, foram aprovados 1.288 trabalhos, sendo 959 na modalidade de comunicação oral e 161 na sessão pôster. O tema deste evento foi: impactos da crise do capital nas políticas sociais e no trabalho do/a assistente social. O objetivo do evento foi analisara crise de 2008 do sistema capitalista e seus efeitos destrutivos para a classe trabalhadora. Os eixos temáticos desse evento foram os mesmos do CBAS anterior.

Para obter uma visão panorâmica da produção de conhecimento sobre o Serviço Social e Previdência Social nos dois principais eventos da categoria (CBAS/ENPESS) e nas teses e dissertações do período compreendido entre 2010 e 2014, elaboramos algumas tabelas e quadros especificados a seguir.

Tabela 1 – Publicação sobre o Serviço Social e Previdência nos CBAS (2010 e 2013)

EVENTO	TOTAL DE TRABALHOS NOS ANAIS	TEMA SERVIÇO SOCIAL E PREVIDÊNCIA SOCIAL	CATEGORIA/TIPO
XIII CBAS (2010)	1.351	16	Pesquisa de Campo (05)
			Relato de Experiência (04)
			Análise Teórica (07)
XIV CBAS (2013)	1.288	24	Análise Teórica (09)
			Relato de Experiência (06)
			Pesquisa de Campo (09)
TOTAL	2.659	40	Análise Teórica (16)
			Pesquisa de campo (14)
			Relato de experiência (10)

Fonte: Levantamento em Anais/CDs dos eventos, realizado pela autora.

O XIII CBAS, realizado em Brasília no ano de 2010, teve 16 trabalhos distribuídos em três categorias/tipo: Análise Teórica, Pesquisa de Campo e Relato de Experiência. No XIV CBAS, realizado em Águas de Lindóia no ano de 2013, foram 24 trabalhos com o tema em destaque. Observe-se que o congresso brasileiro se constitui um evento no qual se espera um grande número de profissionais participantes, uma vez que os trabalhos podem ser de três tipos, incluindo o relato de experiência, o que viabiliza a participação de profissionais que estão no exercício da profissão, mas não necessariamente na condição de pesquisadores.

Tabela 2 – Publicação sobre o Serviço Social e Previdência nos ENPESS (2010 a 2014)

EVENTO	TOTAL DE TRABALHOS NOS ANAIS	TEMA SERVIÇO SOCIAL E PREVIDÊNCIA SOCIAL	CATEGORIA/TIPO
XII ENPESS (2010)	1.293	5	Análise Teórica (04) Pesquisa de Campo (01)
XIII ENPES (2012)	1.343	8	Análise Teórica (02) Pesquisa de Campo (06)
XIV ENPESS (2014)	1.098	6	Análise Teórica (03) Pesquisa de Campo (03)
TOTAL	3.734	19	Análise Teórica (09) Pesquisa de Campo (10)

Fonte: Levantamento em Anais/CDs dos eventos, realizado pela autora

No caso dos ENPESS, foram 19 trabalhos nos três eventos corridos nos anos 2010, 2012 e 2014 e chama a atenção o número cerca de 50% menor de publicação que o CBAS, uma vez que se trata de um evento de pesquisa de grande visibilidade para a profissão, sob a responsabilidade da ABEPSS. Neste evento, os tipos de trabalhos são restritos a pesquisa e análise teórica.

Tabela 3 – Publicação sobre o Serviço Social e Previdência nos CBAS e ENPESS (2010 a 2014)

EVENTO	TOTAL DE TRABALHOS NOS ANAIS	TEMA SERVIÇO SOCIAL E PREVIDÊNCIA SOCIAL	CATEGORIA/TIPO
ENPESS	3.734	19	Análise Teórica (09) Pesquisa de Campo (10)
CBAS	2.659	40	Análise Teórica (16) Pesquisa de Campo (14) Relato de Experiência (10)
TOTAL	6.393	59	Análise Teórica (25) Pesquisa de campo (24) Relato de Experiência (10)

Fonte: Levantamento nos Anais/CDs dos eventos, realizado pela autora.

Esse levantamento sinaliza que embora a temática específica Previdência Social nos eventos nacionais do Serviço Social brasileiro após seguidas contrarreformas que atingem a classe trabalhadora, ainda se apresenta pouco explorada, isso não significa desqualificar o debate, mas suscita tentar compreender a importância desse tema para a categoria profissional, inclusive por se tratar de uma política em que não existe um número expressivo de profissionais atuantes, como é o caso da Saúde e da Assistência Social.

As somas dos trabalhos publicados nos cinco eventos totalizam 6.373, sendo que os trabalhos que analisam o Serviço Social e a Previdência correspondem a 59 trabalhos, em termos percentuais significa 1,184%. No XIII CBAS realizado em Brasília em 2010 foram publicados 16 trabalhos sobre o Serviço Social e a Previdência Social, destes 31,25% são resultados de pesquisa de campo; 25% são relatos de experiência; 43,75% são resultados de análise teórica.

Já no XIV CBAS realizado na cidade de Águas de Lindóia em São Paulo foram publicados 24 trabalhos sobre o Serviço Social e a Previdência, destes 37,5% são resultado de pesquisa de campo; enquanto que 37,5% resultam de análise teórica e 25% correspondem a relatos de experiência. No Encontro Nacional de Pesquisadores de Serviço Social (ENPESS) realizado em 2010 na cidade de Rio de Janeiro foram publicados 1.293 destes apenas 05 trabalhos analisam sobre o Serviço Social e a Previdência, que corresponde a 0,386%, sendo que 80% são resultado de análise teórica enquanto que 20% são resultado de pesquisa de campo.

No ENPESS de 2012 realizado na cidade de Juiz de Fora Minas Gerais foram publicados 1.343 trabalhos, sobre o Serviço Social e a Previdência encontramos na pesquisa 08 trabalhos que correspondem a 0,595%, sendo 75% resultado de pesquisa de campo e 25% resultados de análise teórica. Enquanto que no ENPESS de 2014 realizado na cidade de Natal Rio Grande do Norte foram publicados 1.098 trabalhos, somente 06 analisam o Serviço Social e a Previdência, o que corresponde a 0,546% sendo que 50% são resultado de análise teórica e outros 50% resultado de pesquisa de campo. Esses dados mostram que a produção teórica sobre o Serviço Social na Previdência nos dois principais eventos da categoria CBAS e ENPESS muito baixa, sinalizando para necessidade de mais discussões e publicações sobre esse espaço ocupacional.

No tocante ao quantitativo de teses e dissertações, fez-se uma busca no Portal da CAPES, sendo encontradas cinco dissertações com a temática, defendidas no período em destaque, porém, ressalte-se, não foi encontrada no período em destaque nenhuma tese defendida nos programas de pós-graduação em Serviço Social. Observou-se também que a

produção de dissertações, diferente daquela em eventos nacionais da área, é pouco expressiva, conforme demonstra a tabela a seguir:

Tabela 4 – Dissertações sobre Serviço Social e Previdência Social (2010 a 2014)

TIPO DE PRODUÇÃO	ANO	QUANTIDADE
Dissertação	2010	02
Dissertação	2011	01
Dissertação	2012	01
Dissertação	2014	01
TOTAL		05

Fonte: Levantamento realizado pela autora no Portal da Capes.

Importa considera alguns aspectos relativos a esse levantamento: primeiro, o fato de a maioria das dissertações estarem vinculadas a programas de Serviço Social na Região Nordeste – das cinco encontradas, quatro foram defendidas nesta região e uma na Região Sudeste; dos temas, quatro vinculam-se diretamente ao Serviço Social, na perspectiva de compreender aspectos inerentes à profissão no âmbito da Previdência Social, todas elas desenvolvidas por meio de pesquisa de campo, conforme pode-se observar no quadro a seguir.

Se no âmbito da pós-graduação o estudo sobre o Serviço Social na Previdência Social aparece reduzido no período, isso não significa dizer que a produção é escassa e somente reduzida a esse período, observa-se que o estudo é contínuo, com produção quase anual, porém com reduzida quantidade. Há que se esclarecer que a vinculação histórica do Serviço Social com a Previdência Social mantém como necessário o estudo permanente.

Quadro 1– Dissertações defendidas no período de 2010 a 2014 em pós-graduação da área por título, autoria e categoria

ANO	INSTITUIÇÃO	TÍTULO	AUTORIA	Categoria (análise teórica, relato de experiência e pesquisa de campo).
2010	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Instrumentalidade do Serviço Social na Previdência Social no Brasil Contemporâneo	Valmara Pordeus de Oliveira Fernandes	Pesquisa de Campo
2010	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	O Serviço Social na Previdência Social: A afirmação do seu espaço na materialização dos direitos	Francisco Henrique da Costa Rozendo	Pesquisa de Campo
2011	Universidade Federal do Maranhão	A seguridade social brasileira: tentativa de construção em um contexto de (des) construção	Mariana Cavalcanti Braz Berger	Análise teórica
2012	Universidade Federal de Juiz de Fora	Trabalho e Serviço social: o trabalho do assistente social na Previdência Social brasileira no contexto da contra-reforma do estado	Lydimara Lamarca Ennes.	Pesquisa de Campo
2014	Universidade Estadual do Ceará	Novo modelo de avaliação para o acesso ao BPC da Política de Assistência Social: o olhar das assistentes sociais da Gerência Executiva do INSS Fortaleza	Karla Emanuelle Rocha Nogueira	Pesquisa de Campo

Fonte: Levantamento realizado pela autora no Portal da Capes.

Com base nos trabalhos em eventos e nas dissertações, realizou-se o levantamento sobre as atribuições e as demandas postas para assistentes sociais, com o objetivo de identificar o papel do assistente social na Previdência Social. Verificou-se diversas atribuições que coadunam com o que determina a lei que regulamenta a profissão, como indica o Quadro 2.

Quadro 2 – Atribuições de assistentes sociais na previdência

Ampliação e Consolidação do acesso à Previdência Social
Segurança e Saúde do trabalhador
Direitos das Pessoas com Deficiência e das Pessoas Idosas
Trabalhador Rural
Pensão por morte
Programa de Educação Previdenciária
Programa Reabilita
Assessoria técnica em Serviço Social
Programa de Revisão do benefício assistencial Rev. LOAS

Fonte: Levantamento realizado pela autora nos anais do CBAS, ENPESS e em dissertações.

Com relação às demandas, foram encontradas várias, tanto nos trabalhos publicados nos anais dos CBAS e dos ENPESS, como nas dissertações, o que contribui para reafirmar a importância da profissão nesse espaço ocupacional.

Quadro 3 – Demandas apresentadas ao assistente social na previdência

Atendimento individual e grupal
Pesquisa social
Parecer social
Avaliação social da pessoa com deficiência para o acesso ao BPC
Estudo social
Realização de cadastro das organizações da sociedade para referência e contra referência à rede socioassistencial
Realização/elaboração/ execução de planos, programas e projetos e matéria de Serviço Social
Socialização das informações previdenciárias
Orientações e informações
Encaminhamentos
Entrevistas
Visitas domiciliares
Visita institucional
Análise de documentos
Palestras ou eventos

Fonte: Levantamento realizado pela autora nos anais do CBAS, ENPESS e em dissertações.

O levantamento sobre a produção teórica do Serviço Social na Previdência mostra que a profissão enfrenta vários desafios, em uma conjuntura de destituição de direitos da classe trabalhadora, entretanto procura reafirmar o projeto ético-político representado no âmbito da Previdência pela Matriz. Saliente-se que na sua consolidação, o projeto profissional do Serviço Social ampara-se na defesa de uma sociedade justa, equânime e democrática, na qual a defesa da liberdade, como um valor fundamental para a profissão, orienta a Matriz com o fito de dar materialidade aos serviços na Previdência Social.

4.2. A CONTRARREFORMA DA PREVIDÊNCIA E OS DESAFIOS IMPOSTOS AO SERVIÇO SOCIAL

As mudanças em curso no campo de orientação da Previdência Social brasileira incidem no espaço de trabalho, em última instância, nas condições de trabalho em que se realiza o exercício profissional do assistente social nas demarcações de suas funções e atribuições. No contexto social brasileiro, sobre argumentos da crise econômica que se alastra nos últimos anos e da falta de recursos, são estruturadas ações que se contrapõem à condição de direito da política social e aos princípios da seguridade social. Compreende-se que as necessidades sociais oriundas da sociedade capitalista, são necessidades que sustentam essa ordem social e, portanto, reproduzem e valorizam o capital. Algumas dessas necessidades se apresentam como demandas sociais em virtude das contradições gestadas no processo produtivo do capital, em que a classe trabalhadora produz a riqueza que é apropriada pela classe que não produz (os capitalistas). A Previdência Social foi criada para proteger o trabalhador, quando este perde a sua capacidade laboral, seja por motivo de doença ou de envelhecimento.

Porém, a Previdência Social, cuja operacionalização ocorre através do INSS, nas últimas décadas vem apresentando características próprias das políticas sociais na era neoliberal, com ações focalizadas, pontuais e seletivas que exigem atendimentos e soluções pontuais. Para enfrentar a crise estrutural, o sistema capitalista utiliza a fórmula neoliberal para manter-se como sistema dominante em todas as partes do planeta.

A fórmula neoliberal para sair da crise pode ser resumida em algumas proposições básicas: 1) um Estado forte para romper o poder dos sindicatos e controlar a moeda; 2) um Estado parco para os gastos sociais e regulamentações econômicas; 3) a busca da estabilidade monetária como meta suprema; 4) uma forte disciplina orçamentária, diga-se, contenção dos gastos sociais e restauração de uma taxa natural de desemprego, ou seja, a recomposição do exército industrial de reserva que permita pressões sobre os

salários e os direitos, tendo em vista a elevação das taxas de mais-valia e de lucro; 5) uma reforma fiscal, diminuindo os impostos sobre os rendimentos mais altos; e 6) o desmonte dos direitos sociais, implicando quebra da vinculação entre política social e esses direitos [...]” (BEHRING, 2009, p. 10).

Assim, as ideias neoliberais propõem a focalização das políticas sociais, com corte nos gastos sociais visando contribuir para equilibrar as contas públicas. As demandas direcionadas aos assistentes sociais que atua na Previdência Social nesse contexto, apresentam características imediatistas e as respostas do profissional acabam sendo imediatas. Em vista disso, o assistente social vive uma tensão de cunho político ideológico: de um lado a instituição que o requisita e o contrata solicita que o profissional desenvolva seu trabalho de acordo com o modelo gerencial implantado no INSS, por outro lado existem os princípios do projeto ético político da profissão representados nesta instituição pela Matriz.

Para a política social, assim, a grande orientação é a focalização das ações, com estímulo a fundos sociais de emergência, aos programas compensatórios de transferência de renda, e a mobilização da “solidariedade” individual e voluntária, bem como das organizações filantrópicas e organizações não governamentais prestadoras de serviços, no âmbito da sociedade civil [...] (BEHRING, 2009, p. 10, 11).

Durante a pesquisa sobre a produção teórica do Serviço Social na Previdência encontramos dois artigos publicados nos anais do CBAS realizado em 2013, um deles que faz um relato de experiência que mostra que durante o exercício profissional na Previdência Social o assistente social é solicitado pelos gerentes das APS para desenvolver projetos de intervenção pontuais com poucos recursos financeiros e humanos. Os projetos são direcionados para os beneficiários da Previdência Social e suas famílias e comunidades. Trata-se do artigo intitulado: “Intervenção técnica do Serviço Social da Previdência Social junto às comunidades quilombolas da Paraíba: relato de experiência” dos autores: Juliana Nunes Pereira, Hozana Patrícia Oliveira Miranda, Rejane Maria de Araújo, Maria do Socorro Lopes, Jonatha Elvys Guimarães Miranda, Maria Daneille Cristina Moraes Sousa.

O projeto desenvolveu-se na Gerência Executiva do INSS de Campina Grande/PB (GEXCPG), junto às comunidades quilombolas que residem na área de abrangência da Gerência. O projeto teve como objetivo conhecer as comunidades quilombolas para viabilizar direitos previdenciários e assistenciais. Com o tema “Ampliação e Consolidação do acesso à Previdência Social”. Com o projeto verificou-se que 70% das famílias quilombolas do Estado da Paraíba residem na área de abrangência da Gerência. Para desenvolver o projeto a equipe

técnica do Serviço Social realizou o mapeamento das comunidades; reuniões com as lideranças quilombolas e com servidores do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) (PEREIRA et al, 2013).

Através dessas reuniões o profissional de Serviço Social passou a conhecer a realidade e as demandas das comunidades e pode formar parcerias para desenvolver o projeto de intervenção. Para embasar melhor o projeto a equipe técnica do Serviço Social da Gerência citada precisou desenvolver uma pesquisa para poder conhecer as condições de moradia, saúde, de articulação política entre outras das comunidades. A pesquisa constatou que os quilombolas enfrentam diversas dificuldades, tais como: dificuldade de acesso a transporte, a serviços públicos, perda de identidade cultural e dificuldade de acesso à terra. O projeto de intervenção desenvolvido pelo Serviço Social contribuiu para dar mais visibilidade as comunidades quilombolas tanto no âmbito da Previdência Social quanto por parte de outras políticas sociais (PEREIRA et al, 2013). Assim, na atualidade com as mudanças políticas, sociais e econômicas em curso exige-se que o assistente social possua um perfil crítico, que intervenha na realidade que pesquise e proponha novas alternativas de trabalho. Os autores confirmam que as dificuldades para realizar o projeto residem na questão financeira e nas condições de trabalho ao explicitarem “[...] a falta de orçamento para o andamento das ações, que dificulta o deslocamento dos profissionais. Além da dificuldade em relação aos transportes específicos para garantir o acesso às comunidades” (PEREIRA et al, 2013, p. 7).

O artigo que tem por título “Serviço Social em números: uma análise de sua importância enquanto serviço previdenciário na disseminação de direitos e concretude da missão da previdência social de proteger o trabalhador e sua família” das autoras: Rubiane de Souza Ribeiro Abdo, Lívia Valéria Alvim, Andrea Toledo de Aguiar, Erica Ferreira Esteves, Lídia Rodrigues Ruiz, Suelem Alves Santiago Donato, Gabriela Lima Fonseca, Alanna Alves Rocha Paixão, Michelline Pires Sampaio, Heloísa Helena da Silva Guedes, traz os resultados da pesquisa de campo realizada na Gerência Executiva de Juiz de Fora/GEXJF, desenvolvido entre os meses de agosto a dezembro de 2012, com base nos dados do Boletim Estatístico do Serviço Social/BESS, cujo objetivo foi mostrar a importância desse profissional para a Previdência Social, as diversas demandas que lhe são dirigidas e a pequena quantidade de profissionais para atender os usuários.

A GEXJF é composta pelas seguintes APS: Largo do Riachuelo que na época da pesquisa tinha três assistentes sociais lotadas e São Dimas com duas assistentes sociais. As duas APS estão situadas na cidade de Juiz de Fora; Cataguases com uma assistente social; Carangola com uma assistente social; nas demais APS não havia profissional lotado e o atendimento da

demanda acontecia através da equipe volante que se deslocava para os municípios de Leopoldina, Além Paraíba, Recreio, Palma, Espera Feliz, São João Nepomuceno e Muriaé. Destaca-se que a principal demanda são avaliações sociais para o acesso ao BPC de pessoas com deficiência. Nesse sentido, observa-se a pequena quantidade de profissionais lotados na Gerência Executiva de Juiz de Fora para atender a vários municípios da área de abrangência da GEXJF, mesmo com a realização de concurso público em 2008. A pesquisa constatou a necessidade de mais profissionais de Serviço Social para suprir as demandas da Previdência Social. No que diz respeito às atribuições privativas, o estudo mostrou que o assistente social que atua na GEXJF emite o parecer social visando à concessão, manutenção e revisão de benefícios previdenciários; avaliação social para concessão do BPC a pessoas com deficiência; estudo social; visitas domiciliares/ hospitalares /institucionais; cadastro de organizações da sociedade visando à referência e contra referência da rede socioassistencial; elaboração de planos, programas e projetos em matéria de Serviço Social.

A pesquisa evidenciou também que houve um crescimento exponencial da demanda por parte da população usuária do Serviço Social, o que reforça a necessidade da presença desse profissional no organograma da Previdência. No ano 2012, o Serviço Social da GEXJF realizou treze mil setecentos e noventa e sete atendimentos (13.797), foram 9.916 atendimentos realizados por meio de projetos de intervenção; 238 eventos interinstitucionais e extra institucionais; 44 pareceres sociais fundamentados para benefícios previdenciários na fase recursal administrativa judicial; 114 pareceres sociais para o BPC na fase recursal administrativa/judicial; 3.197 avaliações sociais do BPC na fase concessão; 143 visitas técnicas, institucionais, domiciliares, cadastros sociais e grupos organizados (ABDO et al, 2013).

Observa-se que o Serviço Social na Previdência durante muito tempo restringiu suas atividades a repasses de informações. Nos dias atuais, a perspectiva educativa tem um papel de destaque na disseminação de conhecimentos relativos aos direitos sociais estabelecidos pela Constituição Federal, porém outras demandas são apresentadas ao profissional, sendo necessário que o assistente social se aproprie dessas demandas, como adverte Iamamoto (2012, p.48)

Possibilidades novas de trabalho se apresentam e necessitam ser apropriadas, decifradas e desenvolvidas; se os assistentes sociais não o fizerem, outros farão, absorvendo progressivamente espaços ocupacionais até então a eles reservados.

O processo de contrarreforma da Previdência Social contribuiu para a criação de diversas ações que visam à desconstrução do Serviço Social nesse espaço ocupacional, tais como: tentativa de extinguir ou de fragilizar instrumentais técnicos, bem como dos recursos para o cumprimento das demandas profissionais; mudança de nomenclatura do cargo específico de assistente social para analista do seguro social e orientador profissional no programa de reabilitação, não preenchimento da quantidade vagas necessárias para suprir as demandas, mesmo tendo realizado concurso público, ausência de espaço físico adequado para o desenvolvimento do exercício profissional com garantia de sigilo; introdução da lógica produtivista através do estabelecimento de metas como, por exemplo, a realização de oito avaliações sociais do BPC por dia, demandas institucional que não estão relacionadas às atribuições privativas do profissional, a exemplo de atividades administrativas e burocráticas como a conferência de documentos de requerentes do BPC, e justifica que o cargo não é mais de assistente social e sim de analista do seguro social (GALIZIA, 2012). Essas demandas estão relacionadas ao mundo do trabalho e suas transformações que na atualidade exige que o profissional seja polivalente.

Ainda de acordo com Galizia (2012), o Serviço Social na Previdência também obteve ganhos com o surgimento de novas demandas como avaliação social para o acesso ao BPC de pessoas com deficiência; realização de concurso público e o ingresso de mais profissionais na Previdência Social; a permanência da socialização da informação junto aos beneficiários da Previdência através de abordagens individuais e coletivas; articulação da rede de políticas sociais, principalmente entre as políticas de assistência social e Previdência; criação de um instrumental específico para a realização da avaliação social do BPC e possibilidade de interferência no processo de avaliação para a concessão do BPC.

Estas mudanças que ocorrem no espaço ocupacional da Previdência Social se enquadram no processo de contrarreforma desta política. “Deve-se considerar também que a degradação dos serviços públicos e o corte dos gastos sociais levam a um processo de privatização induzida nesse terreno” (BEHRING, 2009, p. 9). Apesar desta conclusão, não se deve construir uma análise enviesada do contexto atual da Previdência que leve em consideração somente as mudanças que visam à desconstrução do Serviço Social. É necessário compreender que a profissão faz parte de um processo contraditório, próprio do sistema capitalista que ao mesmo tempo em que existe a tentativa de desconstrução do Serviço Social previdenciário, existe também por outro lado a criação de novas demandas.

A análise dos trabalhos publicados nos dois eventos da categoria (CBAS/ENPESS) mostra que as reformas da Previdência proporcionaram muitas perdas ao Serviço Social, porém

esse mesmo período, contraditoriamente apresentou maior demanda por profissionais de Serviço Social. Na Previdência Social, o assistente social atua também no Programa de Educação Previdenciária (PEP), no Programa de Revisão do Benefício de Prestação Continuada (REV/ LOAS) e no Programa de Reabilitação Profissional na função de “Orientador Profissional” e nos processos e demandas judiciais como “[...] assistente técnico da Procuradoria Federal Especializada (PFE/INSS) e/ou como perito nomeado pelo juiz [...]” (AMORIM, 2013, p. 6). Nesse último caso, o assistente social só poderá atuar como perito quando o INSS não faz parte da ação judicial.

Como forma de legitimar o Serviço Social na Previdência, o assistente social procura responder as demandas apresentadas pelos usuários e pela instituição. Evidenciamos no artigo escrito por Andrêssa Gomes Carvalho de Amorim, cujo título é “O Serviço Social na política de previdência social no Brasil: breve reflexão sobre as requisições profissionais dirigidas à profissão no contexto atual” publicado nos anais do CBAS (2013), uma pesquisa teórica que trata sobre os atendimentos do assistente social nas APS de todo país.

Os dados da pesquisa foram extraídos do Boletim Estatístico do Serviço Social (BESS) e do Sistema Único de Informações sobre Benefícios (SUIBE) que consta no painel de desempenho do período de 2011 a 2012. Nesse período, os assistentes sociais das APS do Brasil realizaram 2.025.991 atendimentos técnicos, destes 98,27% foram atendimentos individuais e coletivos; 1,16% visitas técnicas (domiciliares e institucionais); 0,56% elaborações de parecer social.

Amorim (2013) mostra que no mesmo período os assistentes sociais da Previdência Social realizaram e 881.022 avaliações sociais para o acesso ao BPC de pessoa com deficiência, no total foram 2.907.013 atendimentos. Ressalta-se que a avaliação social para pessoa com deficiência acessar o BPC é prioridade nas APS de todo Brasil “[...] por ser um serviço com hora marcada e, portanto, nos moldes do modelo gerencial implementado pelo INSS [...]” (AMORIM, 2013, p. 7). Nesse sentido, a profissão contribui para viabilizar direitos aos usuários da Previdência Social nos moldes da sociedade capitalista.

Embora constituída para servir aos interesses do capital, a profissão não reproduz, monoliticamente, necessidades que lhe são exclusivas: participa, também, ao lado de outras instituições sociais, das respostas às necessidades legítimas de sobrevivência da classe trabalhadora, em face de suas condições de vida, dadas historicamente (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008, p. 94).

Os assistentes sociais que atuam na Previdência Social enfrentam condições de trabalho que perpassam pela tendência de focalização, precarização, desvalorização entre outras condições que ferem os princípios do projeto ético político do Serviço Social. Some-se ainda, o cenário de privatização da seguridade social que passa a ser alocadas no mercado, como no caso da saúde e da Previdência Social.

Barbosa (2007) pesquisou o Serviço Social na Previdência no Rio Grande do Norte pós contrarreforma e constatou que este espaço estava reduzido e apresentava condições de trabalho precárias com falta de material permanente de consumo. Ou ainda no dizer da autora, “[...] constata-se que houve uma grande redução no espaço profissional dos assistentes sociais no INSS” (BARBOSA, 2007, p. 129).

Nesse sentido, tornou-se um desafio para os profissionais que atuam na Previdência exercer suas atividades de acordo com o que propõe o código de ética proposto pelo projeto ético político da profissão hegemônico na categoria. Como analisa Netto (1999, p. 15), “[...] este projeto profissional se vincula a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero”. O Serviço Social por ter como foco a atuação nas diferentes manifestações das expressões da “questão social”, sofre os reflexos da atual conjuntura, como o desemprego estrutural que permanece nesses últimos anos lado a lado com a redução de direitos conquistados historicamente pelos trabalhadores, “o desemprego estrutural que nunca deixou de existir acena para o aumento de programas sociais” (BEHRING, 2009, p. 18).

Essa situação impossibilita que boa parte dos trabalhadores contribua para a Previdência Social, já que a Seguridade Social brasileira tem por base o modelo bismarckiano criado na Alemanha e o modelo beveridgiano criado na Inglaterra e ambos têm como parâmetros os direitos advindos do trabalho, pois desde a sua gênese, tais modelos assumem a função de prover benefícios para “os trabalhadores que perderam, momentaneamente ou permanentemente, sua capacidade laborativa” (BOCHETTI, 2009, p. 1). Conforme já mencionado, o modelo vigente na seguridade social brasileira pode ser considerado como híbrido, ou seja, apresenta tanto a lógica do seguro como a lógica do social.

Os trabalhadores que não contribuem para a Previdência porque não estão inseridos no mercado formal ou porque as suas rendas advindas da informalidade impossibilitam contribuir para o Seguro Social não têm acesso aos benefícios previdenciários e acabam não acessando os direitos oriundos do trabalho.

Assim, diante dessa realidade a atuação do assistente social na Previdência caracteriza-se a favor da defesa da garantia dos direitos sociais e de cidadania (BARBOSA, 2007), o novo

paradigma do Serviço Social entende a Previdência Social como direito social que compõe junto com a Saúde e a Assistência Social o tripé da seguridade social pública.

A Previdência Social, assim como as demais políticas sociais gestadas no capitalismo apresenta um caráter contraditório, pois, ao mesmo tempo em que atende aos interesses do capital atende também às demandas da classe trabalhadora, ou seja, ela se mostra simultaneamente positiva e negativa e beneficia interesses opostos de acordo com a correlação de forças que prevalece (PEREIRA, 2008). O assistente social com a clareza dessa realidade e da não neutralidade profissional procura estratégias de intervenção que fortaleçam a classe trabalhadora em busca dos seus direitos.

Outra pesquisa realizada no Estado Rio Grande do Norte sobre o Serviço Social na Previdência mostrou que existe a necessidade da Previdência Social garantir aos assistentes sociais condições éticas e técnicas para realização do exercício profissional (ROZENDO, 2010). A situação é tão peculiar que o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) lançou a Resolução nº 493/2006. A Resolução do CFESS nº 493/2006 afirma no artigo 1º que “[...] é condição essencial, portanto obrigatória, para a realização e execução de qualquer atendimento ao usuário do Serviço Social a existência de espaço físico, nas condições que esta Resolução estabelecer”.

Os usuários do Serviço Social na Previdência são pessoas que têm uma história de vida marcada pelas diferentes expressões da “questão social” que ao relatarem suas histórias de vida para os profissionais necessitam de um atendimento que garanta o sigilo profissional.

As precárias condições de trabalho dos assistentes sociais se traduzem em redução de espaço físico para atendimentos individuais e grupais; precária informatização da área, numa instituição em que a automação e a informatização são fundamentais; A não existência de funcionários administrativos ligados ao Serviço Social também é outro agravante (MOREIRA, 2008, p. 247).

A falta de espaço adequado para os atendimentos individualizados nas Agências da Previdência Social compromete o sigilo profissional e a privacidade do usuário. Scaranello (2006) denuncia os descasos com a profissão e os usuários e afirma que as salas reservadas para o atendimento nas APS geralmente são pequenas, separadas por divisórias semi-abertas ou sem portas, permitindo que outras pessoas que aguardam atendimento na recepção, ou que estejam em outro setor ouçam o diálogo entre o profissional e o usuário.

Já no setor de reabilitação profissional da Previdência Social, o assistente social atua com trabalhadores que enfrentam diversas mazelas oriundas de expressões da “questão social”, são pessoas acidentadas, mutiladas, aposentadas, doentes que buscam a instituição para amenizar tais situações. Trata-se de um serviço que avalia e orienta o trabalhador visando o retorno ao exercício laboral, oferece qualificação profissional através de treinamento e cursos “e, quando indispensáveis ao processo de reabilitação, prescreve recursos materiais (auxílio transporte, alimentação, órteses, próteses, etc.)” (POLICARPO, 2013, p. 4). O serviço é obrigatório e caso o usuário não cumpra poderá ter suspenso o benefício previdenciário.

A reabilitação profissional é um serviço prestado pelo INSS com a finalidade de promover, em caráter obrigatório, independente de carência, aos beneficiários incapacitados parcial ou totalmente para o trabalho, em decorrência de doença ou acidente de qualquer natureza e causa e, ainda, aos portadores de deficiência, os meios para reinserção no mercado de trabalho (SCARANELLO, 2006, p. 119).

Os usuários do serviço de reabilitação da Previdência podem ser encaminhados através de requerimento do próprio beneficiário, pela empresa onde trabalha, ou ainda pelo setor de Perícia Médica do INSS ou por meio de encaminhamento oriundo do judiciário. Com o processo de contrarreforma da Previdência esse setor foi atingido com poucos investimentos e com uma equipe mínima vinculada ao setor de perícia médica do INSS. Como atesta Policarpo (2013, p. 6), “[...] o Reabilita reduziu as equipes multiprofissionais em duplas, formadas por um médico e outro profissional de qualquer formação profissional”. No programa de reabilitação da Previdência Social o assistente social tem uma atuação genérica e com funções de um orientador profissional como afirmam Cartaxo e Cabral (2008, p. 173).

O Programa Reabilita substitutivo da política do Programa de Reabilitação Profissional e desenvolvida pelos Centros de Reabilitação, junto a equipes multiprofissionais passou a considerar o profissional do Serviço Social como orientador de reabilitação, em uma perspectiva generalista, podendo tal função ser exercida por qualquer profissional das equipes fisioterapeuta, terapeuta ocupacional, fonoaudiólogo, entre outros.

Assim, essa situação constitui-se um desafio para o Serviço Social que atua no setor de reabilitação da Previdência, Policarpo (2013, p. 7) considera como “subutilização da força de trabalho do assistente social, na medida em que, inúmeras atividades são administrativas e não exigem a formação em Serviço Social para seu desempenho”. Além disso, existem atividades nesse serviço que vão além do saber profissional do assistente social.

[...] outro grande desafio imposto neste atual modelo de reabilitação é falta de exigência da composição de uma equipe multiprofissional e interdisciplinar para funcionamento do Serviço de Reabilitação, restringindo ao olhar do médico e de outro profissional de nível superior (POLICARPO, 2013, p. 7).

Percebe-se que frente às multifacetadas formas em que se apresentam na realidade contemporânea, as expressões das “questões sociais”, os espaços ocupacionais são alargados e ao mesmo tempo tensionados. A Previdência Social tem sido foco de debate e problematização em razão do encolhimento do Estado e do processo de “reforma” que o órgão sofreu. O assistente social por ser um profissional que atua nas diferentes expressões da “questão social” possui um olhar abrangente sobre as condições de vida da classe trabalhadora. Constata-se que na Previdência Social, os beneficiários reproduzem situações como: indivíduos fragilizados devido ao envelhecimento, enfermidades ou desemprego. Em função desta realidade complexa a atuação do assistente social na Previdência, tem sido impactada pelo surgimento de novas demandas hoje oriundas da heterogeneidade própria, da classe trabalhadora.

O público atendido pelos assistentes sociais na Previdência em outros espaços ocupacionais é cada vez maior, pois a reestruturação produtiva do capital tem aumentado a pauperização da classe trabalhadora com desemprego estrutural e outras mazelas, conseqüentemente há um aumento na demanda por políticas sociais. Ao profissional, cabe a compreensão crítica da dinâmica da realidade e do ser social em seu contexto. Os desafios postos na atualidade exigem dos profissionais conhecimentos da realidade, isso só é possível através de aprofundamento teórico-metodológico, pois o mesmo possibilita entendimento da dinâmica de produção e reprodução das classes sociais no sistema capitalista e uma atuação qualificada por meio de um arsenal técnico-operativo e compromisso ético-político.

O Serviço Social na Previdência tem enfrentado muitos desafios ao longo de sua trajetória profissional com requisições de novas demandas, precarização das condições de trabalho, mudanças no perfil da classe trabalhadora, flexibilização dos direitos trabalhistas e previdenciários, focalização das políticas sociais. Particularmente a contrarreforma da Previdência realizada nas últimas décadas e na atualidade tem repercutido na atuação do assistente social nesse espaço ocupacional com tentativas de extinção da profissão e ataques constantes ao projeto profissional. Na Previdência, o assistente social atua em projetos determinados pela instituição, tais como: Atendimento Geral do Usuário (AGU), Saúde do Trabalhador, Trabalhador rural e Avaliação do BPC; além desses existem outros projetos, como já mencionamos aqui, que são projetos elaborados pelas Gerências executivas (PEREIRA et al, 2012). Contudo, o exercício profissional é direcionado para a realização da avaliação social do

BPC. Destaca-se que a inclusão do assistente social no processo de concessão do BPC foi uma conquista, ao inserir aspectos sociais dos requerentes ao BPC no processo avaliativo no diz respeito às pessoas com deficiência, situação que possibilitou o acesso de mais pessoas ao benefício.

A realização de concurso público em 2008 foi resultado de lutas da categoria junto com o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) com o objetivo de ampliar a quantidade de profissionais nesse espaço ocupacional, porém, estrategicamente a instituição vinculou os novos profissionais que ingressaram através deste concurso, para a realização obrigatória da avaliação social do BPC. Como podemos constatar nas observações de Pereira; Cartaxo; Faccin; Ramalho (2012, p. 8)

[...] o que ocorre cotidianamente é o atendimento primordial dessa requisição institucional pelos profissionais de Serviço Social ocupando maior parte do tempo de trabalho, cujo agendamento de sete a oito avaliações por dia [...].

Ressalta-se também que o tempo de cada avaliação está estipulado em 40 minutos, tal situação impossibilita que o profissional exerça outras atividades para além das avaliações sociais do BPC.

De acordo com Pereira et.al. (2012), a centralidade das atividades profissionais na avaliação social do BPC está ligado ao papel que os programas de transferência de renda exercem na atualidade, principalmente a política de assistência social, especificamente o BPC e o Programa Bolsa Família. Nesse sentido, o desafio posto aos profissionais que atuam na Previdência é: Como ampliar a interface entre as políticas da seguridade social sem reduzir o exercício profissional especificamente para o processo de avaliação social do BPC? Como manterá direção e as atividades descritas na Matriz em contexto neoliberal e regressivo no que diz respeito aos direitos sociais? Portanto evidenciou-se durante a pesquisa uma quantidade considerável de trabalhos publicados nos dois principais eventos da categoria (CBAS/EPESS) sobre o BPC e o novo modelo de avaliação. Possivelmente esses dados corroboram com o que estamos afirmando, ou seja, que na atualidade existe uma tendência assistencial na atuação do assistente social na Previdência. Devido à quantidade de trabalhos identificados na pesquisa sobre o BPC e novo modelo de avaliação, reservamos um espaço para avaliar essa nova demanda para o assistente social na Previdência Social. No próximo item desse trabalho analisamos o BPC e o novo modelo de avaliação social para pessoas com deficiência.

5. CAPÍTULO IV: AVALIAÇÃO SOCIAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: uma análise sobre a atuação do assistente social na previdência social nas produções de 2010-2014

Analizamos neste capítulo o novo modelo de avaliação social da pessoa com deficiência para o acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) e a instituição dessa nova demanda para o assistente social que atua na Previdência Social. O BPC é pode ser compreendido como o principal benefício direcionado para as pessoas com deficiência no Brasil. O novo modelo de avaliação embasa-se na Classificação de Incapacidade e Funcionalidade em Saúde (CIF), em que a deficiência deixa de ser considerada apenas consequência da doença e torna-se uma questão de saúde. Nesse sentido, esse novo modelo de avaliação procura integrar os conhecimentos médico e social. O assistente social por sua vez, passou a ter um papel de destaque no processo de concessão do benefício à pessoa com deficiência viabilizando ampliação do acesso a esse direito.

5. 1 O SERVIÇO SOCIAL NA PREVIDÊNCIA E O NOVO MODELO DE AVALIAÇÃO DO BPC

O BPC foi instituído através da Constituição Federal de 1988 regulamentado pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), Lei 8.742/1993 e pelo Decreto 1.744/1995. É um benefício operacionalizado pelo Instituto Nacional de Seguro Social/INSS.

O Decreto 1.744 de 1995 que regulamentou o BPC esclarece que pessoa com deficiência é aquela que “é incapaz para vida independente e para o trabalho devido a anomalias ou lesões irreversíveis de natureza hereditária, congênitas ou adquiridas, que impedem o desempenho de atividades diárias e do trabalho” (BRASIL, 1995, p. 1). Entende-se que esse conceito de deficiência restringe o acesso ao benefício, pois somente pessoas com deficiências graves podem acessar o BPC. Aprovado o Decreto 3.298/1999, limitou mais ainda a concessão do BPC, pois apresentava o conceito de pessoa com deficiência sendo aquela que “apresenta, em caráter permanente, perdas ou anormalidades de sua estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, que gera incapacidade para o desempenho de atividades [...]” (BRASIL, 1999, p. 1). Somente após diversas reivindicações dos movimentos sociais e da sociedade civil nas plenárias das Conferências Nacional de Assistência Social, é que a concessão do BPC para pessoa com deficiência sofreu alterações.

O Decreto 6.214/2007 estabeleceu um novo modelo de avaliação para a concessão, manutenção e revisão do benefício através da avaliação médica e social, porém mesmo aprovada em 2007, a nova avaliação só começou a vigorar em 2009. Em face desse contexto, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e o Ministério da Previdência Social (MPS) criaram o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) visando elaborar um novo instrumental de avaliação da deficiência e do grau de incapacidade de pessoa com deficiência (BRASIL, 2007).

Para validar a proposição foi instituído um pré-teste do instrumento, a ser aplicado nas Agências da Previdência Social pelos médicos assistentes sociais participantes do grupo. Sem caráter concessionário, teve como objetivo avaliar os itens escolhidos, componentes do instrumento, e a metodologia de aplicação eram satisfatórios aos propósitos da avaliação (BRASIL, 2007, p. 44).

A nova avaliação para o acesso ao BPC engloba todos os aspectos que envolvem as pessoas com deficiência, como suas incapacidades oriundas de necessidades específicas com ações que garantam a inclusão social deste público. O novo modelo de avaliação do BPC compreende a deficiência de acordo com os parâmetros de Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde – CIF.

A concessão do benefício à pessoa com deficiência ficará sujeita a avaliação da deficiência e do grau de impedimento, com base nos princípios da Classificação Internacional de Funcionalidades, Incapacidade e Saúde – CIF (DECRETO nº 6.214, ART. 16).

Antes do Decreto nº 6.214/2007 a avaliação para a concessão do BPC da pessoa com deficiência era realizada somente por meio da avaliação médica, cujo método centrava-se no diagnóstico da doença, por meio de um olhar individualista, sem verificar o ambiente em que a pessoa com deficiência estava inserida. Ressalta-se que vários países utilizam a CIF nos critérios de avaliação de pessoas com deficiência, trata-se de um tipo de classificação utilizada pela Organização Mundial de Saúde (OMS). A CIF conceitua a deficiência como dificuldades relacionadas às funções fisiológicas, psicológicas e as estruturais do corpo, ou seja, a anatomia dos órgãos, membros e seus componentes. Estabelece também a diferença entre funcionalidade e incapacidade. Funcionalidade está relacionada às funções do corpo, estrutura e atividades de participação, indica pontos positivos de interação entre uma pessoa com uma determinada situação de saúde relacionada aos fatores ambientais e pessoais. Enquanto que incapacidade

refere-se à limitação de atividades e restrição de participação, diz respeito a aspectos negativos de interação de uma pessoa com uma determinada condição de saúde com os fatores ambientais e pessoais.

A CIF amplia o conceito de deficiência para além do modelo médico biológico, ao considerar os fatores ambientais e sociais como uma limitação para as pessoas com deficiência. A compreensão multidimensional de saúde, funcionalidade e incapacidade com base na CIF abrange tanto aspectos físicos como sociais no processo de concessão do BPC para pessoa com deficiência. Essa nova forma de avaliação social amplia o acesso ao direito social, uma vez que as condições materiais também são analisadas no momento da concessão do benefício.

A CIF renovou a noção de deficiência: não é mais o problema de um grupo minoritário e não se limita unicamente as pessoas com deficiência visível (por exemplo, em cadeiras de rodas). Uma pessoa afetada pelo HIV pode ficar incapacitada em termos de oportunidades de participação ativa na sua profissão, ou até mesmo nem se quer ser aceito no mercado de trabalho, uma vez que ainda existe discriminação. Neste caso, a CIF apresenta diferentes perspectivas para criar medidas possibilitando que essa pessoa possa continuar integrada na vida ativa e participar plenamente da vida em comunidade. Daí a importância da adoção da CIF na avaliação do requerente ao BPC (MIRANDA et. al., 2010, p. 5).

A inclusão dos parâmetros da CIF no processo de concessão do BPC representa um avanço no reconhecimento desse direito à pessoa com deficiência. Nesse sentido, a avaliação social do BPC para pessoa com deficiência passou a ser feito por médicos e assistentes sociais que trabalham no INSS – considerando o que indica o § 3º do art. 16 do Decreto nº 6.214 de 2007, segundo o qual, “as avaliações de que trata o § 1º serão realizadas, respectivamente, pelo Serviço Social e pela perícia médica do INSS [...]”. Observa-se que o assistente social do INSS desenvolve seu trabalho com base nas normativas e atribuições contidas na legislação e no Código de Ética da profissão. Desta forma, apresenta-se como agente privilegiado na atuação junto ao usuário do BPC e suas famílias. Essa nova demanda contribuiu para a contratação de novos profissionais via concurso público, que se concretizou em 2009.

Diante disto, cabe enfatizar que a demanda posta não só fomentou o recrudescimento das avaliações sociais, umas das atividades desenvolvidas pelo Serviço Social, como também a realização de outras atividades, a saber a articulação com os diversos organismos envolvidos na concessão e na revisão do BPC; as visitas, reuniões e palestras junto às instituições e aos profissionais diretamente responsáveis e/ou interessados na implementação da LOAS, no sentido de consolidação das informações e definições das ações conjuntas para sua operacionalização; o atendimento aos usuários do BPC sob a perspectiva

do direito social através da socialização das informações; a emissão de parecer social, dentre outras (BARBOSA et al, 2010, p. 4 – 5).

Devido à instituição dessa nova demanda as atividades do assistente social na Previdência Social ampliaram-se para o âmbito da sociedade, através do desenvolvimento várias de ações, como: visitas domiciliares e institucionais, reuniões, palestras entre outras, e não ficaram restritas somente a interlocução do usuário com a instituição.

Para requerer o BPC a pessoa com deficiência precisa comprovar que possui uma renda per capita inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo e que é incapaz para o trabalho e a vida independente. Após realizar o protocolo de requerimento do BPC, segue-se para a avaliação social, realizada pelo assistente social que atua na Previdência, que tem por objetivo elaborar um estudo socioeconômico do usuário e sua família, conforme os aspectos sociais, pessoais e ambientais. No processo de concessão do BPC é usado um formulário denominado de “Avaliação Social e Médico pericial da Deficiência e do Grau de Incapacidade para a vida Independente e para trabalho” que apresenta três partes: fatores ambientais que é avaliado pelo Serviço Social e funções do corpo avaliado pelo médico perito e, por fim, os dois profissionais avaliam o item atividades de participação.

Na primeira parte do formulário existem informações sobre a Agência da Previdência Social onde foi requerido o BPC, o número de requerimento, informações pessoais sobre o requerente como: nome, representante legal, apelido, data de nascimento, idade, sexo, documentos pessoais, escolaridade, estado civil, endereço, tipo de cobertura previdenciária e a deficiência informada. A segunda parte do formulário é destinada para a avaliação social e médica. Na avaliação social são analisados a história social e os domínios dos fatores ambientais e atividades de participação. Nos fatores ambientais, cinco itens são avaliados: produtos e tecnologias; moradia e mudanças no ambiente; apoio e relacionamentos; atitudes, serviços, sistemas e políticas. As avaliações das atividades de participação compreendem quatro domínios: doméstica, relações e interações interpessoais, áreas da vida, comunitária, social e cívica. Depois da conclusão da avaliação social, o usuário é encaminhado para a avaliação médica. Na avaliação médica, por sua vez, primeiro é realizada uma descrição da história clínica do requerente, detalhando os achados no exame físico com a culminância da elaboração do diagnóstico conforme a Classificação Internacional de Doenças (CID). Após a avaliação médica é realizada a avaliação sobre os domínios de atividade e participação e funções do corpo.

Na avaliação médica pericial funções do corpo, são avaliados os seguintes domínios: funções mentais; funções sensoriais da audição; funções da voz e

da fala; funções do sistema cardiovascular; funções do sistema hematológico; funções do sistema imunológico; funções do sistema respiratório; funções do sistema digestivo; funções do sistema metabólico e endócrino; funções geniturinárias; funções neuromusculares e relacionadas ao movimento. Já na parte da avaliação médica que trata das atividades e participação, serão avaliados cinco outros domínios a saber: aprendizagem e aplicação do conhecimento; tarefas e demandas gerais; comunicação; mobilização; mobilidade e cuidado pessoal (GEBLER, 2013, p. 4).

Nota-se que o novo modelo de avaliação do BPC para pessoa com deficiência realizado pelo médico perito e o assistente social do INSS produziu alterações no processo de concessão do benefício, porém não se pode considerar que essa avaliação seja interdisciplinar, pois não existem orientações específicas nesse sentido, ou seja, “[...] entre Serviço Social e perícia médica para avaliação da pessoa com deficiência para o acesso ao BPC” (GEBLER, 2013, p. 5). A Previdência estabeleceu apenas que primeiro deve ser realizado a avaliação social para depois ser feita avaliação médica pericial.

O que acontece na prática, muda de um local para outro: há lugares em que os profissionais conseguem discutir os casos que se apresentam, formulando conjuntamente o resultado final da avaliação, porém, também ocorrem situações em que não há interação entre os profissionais, sendo o resultado decorrente apenas de fórmula matemática que liga uma avaliação à outra (GEBLER, 2013, p. 5 - 6).

O Decreto 6.214 de 2007, art. 13, § 6º estabelece também que a pessoa com deficiência ou idosa em situação de rua pode solicitar a concessão do BPC, desde que atenda aos critérios, e poderá utilizar o endereço das unidades da rede socioassistencial onde é atendida, ou na ausência destas, poderá utilizar o endereço de pessoas próximas. Para esta situação, consideram-se integrantes da família as pessoas citadas no inciso V do art. 4º do referido Decreto.

O art. 21 da Lei Orgânica de Assistência Social afirma que o BPC deverá ser revisto a cada dois anos para avaliar as condições que lhe deram origem. O BPC pode deixar de ser pago caso haja superação dessas condições, ou se o beneficiário falecer.

Atualmente, o BPC se constitui como um dos maiores programas de renda mínima já criado no Brasil, sendo que, muitas das vezes, o benefício acaba sendo a única fonte de renda de muitas famílias brasileiras. Entretanto, apesar de toda essa dimensão de alcance do programa, muitas pessoas ainda desconhecem o benefício, haja vista a quantidade de indivíduos que procuram as Agências da Previdência Social e o solicitam com o entendimento de se tratar de uma aposentadoria e/ou auxílio doença (BORDONAL et al, 2010, p. 6).

Devido à baixa instrução e à pouca de informação do público aspirante do BPC é comum os requerentes não saberem como preencher os formulários de requerimento para dar entrada no benefício nas agências do INSS. Essa situação atrasa a concessão do benefício. Neste sentido, é importante a articulação entre a Previdência Social e a política de assistência social através do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) onde a pessoa idosa ou com deficiência podem recorrer para preencher corretamente o formulário de requerimento do benefício e obter informações sobre a documentação necessária para solicitar o BPC. É fundamental que o assistente social que atua na Previdência Social trabalhe em conjunto com os profissionais que atuam na política de assistência social, principalmente com aqueles que estão lotados no CRAS, com o objetivo articular as duas políticas para atender a população que solicita benefícios previdenciários e assistenciais.

As contribuições que o assistente social que atua na Previdência pode conceder aos requerentes do BPC são várias, as quais colaboram para com a instituição, no que diz respeito à qualidade no atendimento e à viabilização de direitos para as pessoas com deficiência. Observa-se, porém, que as necessidades desse público não terminam apenas com o acesso a uma renda mínima para a sobrevivência. A renda possibilita que os beneficiários do BPC tenham acesso aos mínimos sociais, entretanto, não possui efetividade se não estiver articulada com outras políticas sociais.

Nos trabalhos publicados nos principais eventos da categoria (CBAS e ENPES) entre os anos de 2010 e 2014 observou-se que no total de 59 dos trabalhos publicados sobre o Serviço Social e a Previdência, 14 artigos referem-se ao BPC e ao novo modelo de avaliação para o acesso ao benefício de pessoa com deficiência, que corresponde a 23,72%. Trata-se de uma nova demanda dirigida aos profissionais de Serviço Social que atuam na Previdência Social. Na produção acadêmica *stricto sensu* encontramos uma dissertação de mestrado que analisa o novo modelo de avaliação social para concessão do BPC a pessoas com deficiência.

No CBAS de 2010, no total foram pesquisados 16 trabalhos que fazem relação do Serviço Social com a Previdência, sendo que destes, 05 trabalhos analisam o BPC e o novo modelo de avaliação social, correspondendo a 31,25%. O Quadro 4, a seguir, identifica os trabalhos sobre o BPC e o novo modelo de avaliação.

Quadro 4 – Identificação dos Trabalhos que abordaram o BPC e o novo modelo de avaliação no CBAS (2010)

TÍTULO	INSTITUIÇÃO	PALAVRAS-CHAVE	RESUMO
A interlocução do Serviço Social da Gerência Executiva do INSS de João Pessoa/PB no provimento do benefício de prestação continuada	Instituto Nacional do Seguro Social	Benefício de prestação continuada, prática profissional, assistência social.	O artigo busca apresentar as ações desenvolvidas pelo Serviço Social da GEXJP/PB, oriundos da LOAS. Por meio da sistematização da prática profissional, a categoria buscou afirmar sua inserção dentro do INSS, que com o advento do BPC passou a operacionalizá-lo, perpassando da socialização das informações para realizar a avaliação social e participando da decisão do reconhecimento do direito social.
A seguridade Social no Brasil e o benefício de prestação continuada: contribuições do Serviço Social no INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social	Direitos sociais, seguridade social, serviço social.	O presente trabalho tem como objetivo analisar o processo de construção do campo da seguridade no Brasil, bem como a afirmação da política de assistência social no país, a partir dos processos que se abrem a partir da Constituição Federal de 1988, com a elaboração e aprovação da Política Nacional de Assistência Social [...] e, por fim, quanto à necessidade de maior articulação entre as políticas sociais que compõem o tripé da seguridade social no Brasil e nesse campo, acredita-se que o Benefício de Prestação continuada (BPC) seja um elo importante entre as políticas de Assistência Social e Previdência Social.
Caracterização dos requerentes do Benefício de Prestação Continuada para pessoa com deficiência a partir do novo	Instituto Nacional do Seguro Social	BPC, pessoa com deficiência, avaliação, CIF, incapacidade.	O presente artigo objetiva caracterizar os requerentes do Benefício de Prestação Continuada para pessoas com deficiência na Gerência Executiva de Piracicaba -SP a partir do novo modelo de avaliação social e

modelo de avaliação social e médica: a realidade da Gerência Executiva do INSS em Piracicaba/SP			médica implantado em 29 de maio de 2009. Busca-se apontar as contribuições trazidas pela classificação Internacional de Funcionalidades que ampliou os conceitos de deficiência e participação.
Das inquietações da prática a uma reflexão: Benefício de Prestação Continuada	INSS	Assistência social, trabalho, benefício de prestação continuada.	Trata-se de uma reflexão acerca do Benefício de Prestação Continuada, a partir dos dados apreendidos no exercício do fazer profissional, tendo como locus o Instituto Nacional de Seguro Social. Os resultados apontam para seletividade do benefício; e a necessidade da efetivação e articulação das políticas que compõe a Seguridade Social e também das demais políticas públicas.
O Novo Modelo de Avaliação do Benefício de Prestação Continuada: uma nova visão para a Deficiência	Instituto Nacional do Seguro Social; Centro de Referência de Assistência Social; Universidade Estadual da Paraíba; Faculdade de Integração do Sertão; Companhia Estadual de Habitação Popular.	Assistência Social, Deficiência, Avaliação Social.	Trata-se de um estudo teórico acerca do Benefício de Prestação Continuada e o novo modelo de avaliação social para o reconhecimento inicial do direito da pessoa com deficiência. O Benefício de Prestação Continuada (BPC) se constitui numa provisão de transferência de renda mínima, livre de contribuição, garantindo um padrão básico de atendimentos de necessidades.

Fonte: Dados extraídos do CD-ROM: CBAS 2010. Elaboração da autora.

No ENPESS realizado em 2010, observou-se nos trabalhos publicados sobre Serviço Social na Previdência, que não há nenhum artigo que faça análise sobre o BPC e o novo modelo de avaliação social para a concessão do benefício a pessoas com deficiência. Já no ENPESS realizado no ano de 2012 foi encontrado um trabalho que faz essa análise, o que corresponde a 12,50%, como mostra o quadro a seguir.

Quadro 5 – Identificação dos trabalhos que abordam o BPC e o novo modelo de avaliação no ENPESS (2012)

TÍTULO	INSTITUIÇÃO	PALAVRAS-CHAVE	RESUMO
O novo modelo de avaliação do BPC. Um estudo sobre seu impacto na concessão a pessoa com deficiência.	INSS/Gerência Executiva de Juiz de Fora/GEXJF	BPC, Novo modelo de avaliação, deficiência, acesso, direitos.	O BPC desde sua implantação em 1993, sempre foi permeado apenas de dois tipos de avaliação: renda com per capita inferior a ¼ do salário mínimo; e médica. O prisma médico biológico de avaliação pautado no conceito restrito de deficiência perdurou durante dezesseis anos como único viés de referência, tornando-se um processo perverso/excludente uma vez que não levava em consideração os determinantes sociais. Apenas em 2009 com o Novo Modelo de Avaliação é que este panorama começou a mudar, adaptando-se o conceito ampliado de deficiência, avaliando o social promovendo maior acesso.

Fonte: Dados extraídos do CD-ROM: ENPESS 2012. Elaboração da autora.

No CBAS realizado em 2013 nos artigos publicados sobre o Serviço Social e Previdência Social, observou-se que sete trabalhos analisam o BPC e o novo modelo de avaliação social para a concessão do benefício, o que corresponde a 29,16%. O quadro a seguir apresenta os artigos publicados.

Quadro 6 – Identificação dos trabalhos que abordam o BPC e o novo modelo de avaliação no CBAS (2013)

TÍTULO	INSTITUIÇÃO	PALAVRAS-CHAVE	RESUMO
Reconhecimento do Direito das pessoas com deficiência ao benefício de prestação continuada BPC/ LOAS: Impacto do novo modelo de avaliação da deficiência e do grau de impedimento no âmbito de Gerência Executiva de do INSS em Petrolina	INSS	BPC, Avaliação Social, inclusão social.	A mudança no reconhecimento do direito das pessoas com deficiência para o acesso ao BPC motivou esta pesquisa. Foram comparados os índices de concessão e indeferimento antes e depois do novo modelo de avaliação implantado. Verificou-se aumento do índice de concessão e redução do indeferimento, demonstrando a importância da valorização biopsicossocial para efetivação de um direito social.
Contribuições e limites do novo modelo de avaliação do BPC para pessoa com deficiência	INSS	Benefício de Prestação Continuada; Avaliação social; médico pericial; seguridade social.	Análise do BPC como materialização do direito à assistência social, embora de forma focalizada naqueles em situação de extrema pobreza. O novo modelo de avaliação para concessão do BPC à pessoa com deficiência, com a introdução da avaliação social como instrumento de trabalho do Assistente Social, deve ser direcionado no sentido de ampliação do acesso.
A contribuição do Assistente Social do INSS no acesso de pessoas com deficiência ao benefício de prestação continuada da assistência social BPC	INSS	Benefício de Prestação Continuada, Deficiência, Serviço Social, Avaliação Social, Instituto Nacional do Seguro Social.	O assistente social do INSS contribuiu na ampliação do acesso de pessoas com deficiência ao Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social. A inclusão da avaliação social em fase anterior à avaliação médica teve impacto no resultado final dos benefícios pelas características do novo modelo de avaliação da deficiência.
A avaliação social da pessoa com deficiência: uma análise do processo de trabalho do serviço	INSS	Avaliação Social, Instrumentalidade, Serviço Social.	Reflete sobre a avaliação social como um instrumento utilizado pelo assistente social do INSS em sua intervenção. Visa contribuir para o fortalecimento da

social no INSS de Ouro Preto do Oeste/RO			profissão na política previdenciária em busca da garantia de direito do usuário. Utilizou-se o estudo de caso, e como técnicas para coleta de dados a entrevista e a observação; como método de análise recorreu-se ao dialético.
A avaliação social como caracterizadora do novo modelo de avaliação do BPC a pessoa com deficiência	INSS	BPC, novo modelo de avaliação, pessoa com deficiência, avaliação social.	Traz o novo modelo de avaliação para a concessão do BPC à pessoa com deficiência, tendo a avaliação social como caracterizadora deste, utilizando-se de uma pesquisa bibliográfica em trabalhos científicos e legislações correlatas.
A avaliação social do BPC e a atuação do assistente social no INSS.	UFPB	BPC, avaliação social, prática profissional.	Analisa a Avaliação Social do BPC com vistas a apreender sua repercussão na prática profissional do assistente social na previdência e nas condições de proteção à pessoa com deficiência. Recorreu-se à consulta bibliográfica e documental e, como fonte primária, os depoimentos de assistentes sociais da Gerência Executiva do INSS, em João Pessoa/PB.
O Serviço Social do INSS: período pós-implantação da avaliação social do benefício de prestação continuada da assistência social para pessoa com deficiência	INSS	Serviço Social, Previdência Social, Assistência Social e Benefício de Prestação Continuada.	Analisa as alterações ocorridas no desenvolvimento das atividades profissionais do Serviço Social Previdenciário, particularmente, no INSS, com a inclusão do instrumento de avaliação social no requerimento do BPC da Assistência Social para Pessoas com Deficiência. Analisa as ações desenvolvidas pelo Serviço Social no período de 2008 a 2012, principalmente após a implantação do novo modelo de avaliação da deficiência e do grau de incapacidade, normatizado pelo Decreto 6.214/2007.

Fonte: Dados extraídos do CD-ROM: CBAS 2013. Elaboração da autora.

No ENPESS de 2014 encontramos apenas um trabalho que aborda o BPC e o novo modelo de avaliação social, que corresponde a 16,66%. Como descreve o Quadro 7, a seguir.

Quadro 7 – Identificação dos trabalhos que abordam o BPC e o novo modelo de avaliação no ENPESS (2014)

TÍTULO	INSTITUIÇÃO	PALAVRAS-CHAVE	RESUMO
A Avaliação Social no Benefício de Prestação Continuada: olhar dos assistentes sociais	INSS	Assistência Social; Benefício de Prestação Continuada; Avaliação Social; Serviço Social.	Este artigo se propõe a realizar uma reflexão sobre a Avaliação Social para acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC/LOAS). Conhecer o olhar dos assistentes sociais que atuam na Avaliação Social e investigar as possibilidades e impasses encontrados por eles foi nosso objetivo de estudo. Realizamos entrevistas semiestruturadas com assistentes sociais da Gerência Executiva do INSS de Niterói. Os resultados da pesquisa demonstram que esses profissionais têm uma visão muito positiva sobre a avaliação social, mas apontaram dificuldades relativas a condições de trabalho, exigências institucionais e padronização do instrumento que rebatem no fazer profissional do Serviço Social.

Fonte: Dados extraídos do CD-ROM: ENPESS 2014. Elaboração da autora.

Diante das demandas colocadas aos assistentes sociais que atuam na Previdência Social, percebemos que a avaliação social para o acesso ao BPC de pessoa com deficiência foi a mais recorrente nos artigos analisados. Essa nova atribuição permite ao assistente social colocar em prática os princípios do projeto ético político da profissão, através de práticas democráticas que rompem com o conservadorismo existente no cotidiano profissional, uma vez

que através do novo modelo de avaliação social para concessão do BPC permite que seja feita uma análise do contexto social em que está inserida a pessoa com deficiência e não mais centrado apenas na doença.

Além disso, os trabalhos pesquisados evidenciaram que o novo modelo de avaliação social com a participação do assistente social possibilitou o acesso a uma renda mínima a uma parcela maior de pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade social decorrente da fragilidade e da ruptura dos vínculos sociais, comunitários e até mesmo familiares (MIRANDA et. al., 2010).

Os trabalhos ressaltam a importância da contribuição do assistente social no processo de concessão e revisão do benefício, através de orientação e disponibilização de informações, considerando a singularidade de cada usuário e de cada região, possibilitando a articulação entre os serviços e benefícios prestados no INSS e em outras políticas sociais compreendidas na lógica do direito e não da benesse. Os beneficiários do BPC são cidadãos de direitos, e precisam ser atendidos na perspectiva de totalidade (BORDONAL et. al., 2010).

O BPC faz parte dos benefícios prestados pela proteção social básica da política de assistência social. A proteção social básica da política de assistência social garante as seguintes seguranças: de sobrevivência, rendimento e autonomia, convívio e vivência familiar e acolhida (PNAS 2004). A proteção social básica é composta por serviços, programas, projetos e benefícios e visa à prevenção de situações de risco e vulnerabilidade social.

Socialmente, a Constituição Federal de 1988 trouxe uma nova percepção para o reconhecimento da assistência social enquanto política social, sendo este direito do cidadão e dever do Estado. Junto com as políticas de Saúde e Previdência Social compõem o tripé da Seguridade Social brasileira. A criação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) em 2004 e, do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em 2005 contribuiu para implantação do novo modelo de avaliação social do BPC.

Observa-se que uma das dificuldades para ter acesso ao BPC refere-se à renda per capita que vai ao extremo da focalização quando se analisa que com uma quantia de R\$ 220,00 que é equivalente a um $\frac{1}{4}$ do salário mínimo¹⁶, uma família possa manter uma pessoa idosa ou uma pessoa com deficiência. Esse critério torna-se ainda mais cruel quando se analisa que o público alvo do BPC, apresenta necessidades que exigem gastos financeiros com medicamentos, tratamentos, órteses, próteses entre outros decorrentes das suas limitações. Nos artigos pesquisados, evidencia-se uma crítica nesse sentido, os autores concluem que o critério mais

¹⁶ Levando em consideração o salário mínimo de R\$ 880,00 vigente no ano deste estudo (2016).

excludente para o acesso ao BPC de pessoa com deficiência é a renda per capita. Por esta razão, o BPC acaba por alcançar pessoas extremamente pobres ou mesmo abaixo da linha da pobreza (BORDONAL et al, 2010). Outra situação que dificulta o acesso ao BPC é o conceito de família adotado nas alterações da legislação, pois ao incluir o padrasto e a madrasta na ausência de um dos pais no grupo familiar pode significar um aumento da renda per capita. O conceito de deficiência adotado atualmente também é uma barreira para o acesso ao benefício ao adotar a concepção de impedimento de longo prazo. Esse critério restringe à concessão do BPC a pessoas com deficiência, ao concluir como deficiência impedimentos de longo prazo de no mínimo dois (02) anos. A inclusão desse conceito de impedimento tem sido alvo de críticas, trata-se de um retrocesso no processo de avaliação do benefício de prestação continuada e uma perda para o Serviço Social no momento em que se coloca novamente nas mãos do médico perito, a decisão sobre a concessão ou não do BPC.

Apesar do avanço que aconteceu na legislação atual se comparada com a anterior, percebe-se que o conceito de deficiência preserva restrição no que diz respeito a impedimento de longo prazo. Desta forma, a pessoa com deficiência que se encaixa nesse critério, ou seja, aquela que apresenta uma deficiência que tem efeitos por dois anos consegue o benefício, enquanto aquelas que não se enquadram nesse prazo não têm acesso. Assim, a questão crucial é: como a avaliação médica pode apresentar uma análise de maneira tão exata prevendo um impedimento de curto, médio e longo prazo? Observa-se que é uma informação relevante que irá deferir ou indeferir o benefício ao requerente.

Outra restrição para o acesso ao BPC refere-se à avaliação socioeconômica, pois só são considerados membros da família, o próprio requerente, cônjuge, companheiro (a), pai, mãe, irmãos solteiros, madrasta ou padrasto, enteados solteiros e os menores tutelados (LOAS, 1993). Já os avós, netos, tios, sobrinhos, entre outros, não são considerados membros da família.

[...] diretrizes da LOAS com relação ao BPC: a garantia de mínimos sociais, ou seja, mínimos esses que garantam a dignidade humana. Todavia pressupõe-se que a renda per capita, sendo ela inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo, já seja uma grande barreira para uma família que possui em sua composição uma pessoa com deficiência, que demanda necessidades específicas para que ela tenha acesso aos direitos e instrumentos necessários para seu desenvolvimento de acordo com a incapacidade existente. Apesar de termos previstas políticas públicas para atendimento das pessoas com deficiência, muitas vezes, essas se tornam escassas ou inexistentes de acordo com a realidade de cada região (BORDONAL et. al., 2010, p. 5).

Os defensores das ideias neoliberais argumentam que benefícios sociais, como o BPC contribuem para o déficit fiscal do país, por causa da demanda crescente por tal benefício. Esse

argumento tem como base diagnósticos conservadores idealizados pela burguesia que orientam soluções via ajuste fiscal através da reforma do Estado em favor do mercado.

Os argumentos favoráveis ao equilíbrio fiscal deslegitimam a intervenção pública no campo social, sob justificativa da eventual ameaça à estabilidade econômica. Em tal perspectiva, o crescimento extraordinário do BPC, em termos do número de beneficiários e do aumento dos gastos sociais, tem sido apontado como ameaçador do equilíbrio fiscal, reforçando pressões no sentido de uma reforma dessa política, com vistas a transformá-la num programa compensatório, semelhante ao Bolsa Família, cujo desenho combina baixo custo e alta cobertura (IVO; SILVA, 2011, p. 5).

Nesse sentido, observa-se que muitos benefícios requeridos junto ao INSS são indeferidos. Na pesquisa sobre a produção do conhecimento do Serviço Social na Previdência identificamos no CBAS realizado em 2010 um trabalho que tem por título “Caracterização dos requerentes do Benefício de Prestação Continuada para pessoa com deficiência a partir do novo modelo de avaliação social e médica: a realidade da Gerência Executiva do INSS em Piracicaba/SP”, da autoria de Daniella Zaccariotto Alonso, Isabel Aparecida Buck Olivatto, Marcus Henrique Galvão Bastazini, Mariana Modesti Resende Costa, Paula Gabriela Franzini, Priscila Santos de Almeida, Silvia Helena Bonfim Ferreira, Vanessa Alves Neves. Esse estudo apresentou os resultados de uma pesquisa realizada na GEX de Piracicaba/SP entre os meses de maio a dezembro de 2009, onde houve 57,42% benefícios indeferidos, 41,90% deferidos e 0,68% cancelados. No total foram 1.024 benefícios requeridos na GEX Piracicaba que abrange os municípios de Piracicaba, Limeira, Araras, Rio Claro, Capivari e Tietê, todos no Estado de São Paulo (ALONSO et al, 2010). De acordo com a pesquisa, a principal causa do indeferimento dos benefícios, refere-se a não constatação da incapacidade. Também foi constatado que entre os benefícios indeferidos predominam pessoas com doenças crônicas.

Destaca-se que entre os benefícios indeferidos, foram informados os seguintes tipos de deficiência: deficiência visual (23); deficiência auditiva (16); deficiência do aparelho locomotor (52), deficiência mental/intelectual (65), deficiência múltiplas (22), doença crônica (237), doença mental (76), não souberam informar (32). Os autores ressaltam que entre os motivos do indeferimento do benefício aparece com 27,36% o critério da renda per capita superiora $\frac{1}{4}$ do salário mínimo. Tal critério econômico direciona o benefício para as famílias que estão na extrema pobreza, e deixa de atender pessoas com deficiência que se encontram em situação de risco e vulnerabilidade social, mas se enquadram na renda per capita estabelecida pela LOAS. A pesquisa da GEX de Piracicaba também constatou que a maior parte dos

requerentes dos BPC são indivíduos que perderam a qualidade de segurado, ou seja, não são mais cobertos pelo Regime Geral da Previdência Social.

A este cenário é possível pontuar alguns aspectos conjunturais como: a impossibilidade de contribuição previdenciária frente ao crescimento do mercado de trabalho informal, a desregulamentação das leis trabalhistas e as sucessivas tentativas de requerimento de auxílio-doença indeferidos quando estes ainda possuíam a qualidade de segurado, o que está em consonância com a lógica do seguro social idealizado pela política neoliberal em detrimento à concepção de seguridade social e garantia de direitos (ALONSO et. al., 2010, p. 4).

Os autores chamam atenção para a faixa etária absoluta dos requerentes do BPC que predomina entre adultos de 40 a 60 anos; no tocante à escolaridade, a maioria possui o ensino fundamental incompleto (1º ao 5º ano). Esses dados mostram a existência de barreiras que dificultam o acesso e a permanência de pessoas com deficiência na escola. Desta forma, em 2008, foi criada através da Portaria interministerial, o Programa de Acompanhamento e Monitoramento do Acesso e Permanência de pessoas com deficiência na escola beneficiária do BPC, conhecido como BPC na escola. O Programa BPC na escola prioriza a faixa etária de 0 a 18 anos, trata-se de um programa que tem como responsáveis o Ministério da Educação, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, da Saúde e a Secretaria de Direitos Humanos.

O Programa BPC na Escola tem por objetivo promover a elevação da qualidade de vida e dignidade das pessoas com deficiência beneficiárias do BPC, prioritariamente de crianças e adolescentes até 18 anos de idade, garantindo-lhes o acesso e a permanência na escola, por meio da gestão compartilhada nas três esferas de governo e da articulação intersetorial entre as políticas de educação, assistência social, saúde e direitos humanos, favorecendo o desenvolvimento dos beneficiários (INSTRUÇÃO OPERACIONAL Nº 01/SNAS/MDS, 2012).

Uma das atividades desenvolvidas pelo programa é a aplicação de questionário de identificação de barreiras para o acesso e permanência na escola de pessoas com deficiência, com o objetivo de utilizar as informações para subsidiar a elaboração de políticas públicas para a superação dos entraves identificados. Os atendimentos e os acompanhamentos dos beneficiários do BPC na escola ocorrem nos CRAS e CREAS equipamentos da política de assistência social.

As legislações atuais do Brasil demonstram que o país vem acompanhando as orientações internacionais no que diz respeito aos direitos das pessoas com deficiência, a Constituição Federal de 1988 é marco no processo de promoção dos direitos individuais e

coletivos na sociedade brasileira. Porém, a inclusão social de pessoas com deficiência no país ainda é um desafio, principalmente devido à extrema concentração de renda e o acirramento da desigualdade social. Por causa dessa realidade as pessoas com deficiência têm suas capacidades ainda mais limitadas devido à situação de pobreza, que provoca a exclusão do ambiente escolar, familiar, social e político.

Nesse processo, chama a atenção o artigo intitulado “Das inquietações da prática a uma reflexão: Benefício de Prestação Continuada”, de autoria Késia Miriam Santos de Araújo e Irene da Silva de Souza relata que nas Agências da Previdência Social do Gama situada a 33 km do Sudoeste de Brasília e Planaltina ambas pertencentes à Região administrativa do Distrito Federal durante o mês de outubro de 2009, ou seja, um mês após a implantação do novo modelo de avaliação social para concessão do BPC para pessoas com deficiência, implantado em setembro de 2009, constatou-se que foram requeridos 175 BPC sendo que o maior índice de deficiência referia-se a transtornos mentais e comportamentais. Outro dado apontado no relato de experiência refere-se à idade dos requerentes, 19% apresentam idades entre 60 e 64 anos, trata-se de um público que poderia estar gozando da aposentaria, mas devido ao processo de redução de direitos no âmbito da Previdência Social e do crescimento do trabalho informal, esse público recorre à política de assistência social para poder ter acesso aos mínimos sociais. Com relação ao universo dos benefícios indeferidos, constatou-se que 7% ocorreram devido a renda familiar, igual ou superior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo (ARAÚJO; SOUZA, 2010).

Já o artigo “O trabalho do Assistente Social na Previdência: concebendo a prática na perspectiva do direito”, de autoria de Heloisa Helena da Silva Guedes, Gabriela Lima Fonseca e Rubiane de Souza Abdo publicado nos anais do ENPESS realizado em 2012 traz os resultados de uma pesquisa de campo realizada nas Agências de Previdência Social/APS que compõem a Gerência Executiva de Juiz de Fora/GEXJF sobre o impacto do “Novo Modelo de Avaliação” entre os anos de 2008 a 2011 pelas assistentes sociais dessa instituição, teve como banco de dados o Sistema Unificado de Informação de Benefício (SUIBE) do INSS. A pesquisa analisou o antes e o depois da implantação da avaliação social do BPC, ficou constatado que houve um impacto positivo na concessão do benefício. Conforme os dados do SUIBE entre os anos 2008 a 2011 foram concedidos 4.832 BPC a pessoas com deficiência na Gerência Executiva de Juiz de Fora. No ano de 2008, ainda com o modelo de avaliação tradicional, apenas centrado na perícia médica foram concedidos 979 benefícios, enquanto que em 2009 o número aumenta para 983 benefícios concedidos, trata-se do ano que foi implantado o novo modelo de avaliação. Observa-se que não foi um crescimento expressivo em 2009, porém em 2010 teve um aumento significativo do número de benefícios concedidos, dos 983 do ano de 2009 passou para 1.458

benefícios deferidos, isso representa quase 50% de crescimento (FONSECA; GUEDES; ABDO, 2012). Desta forma, percebe-se a importância do novo modelo de avaliação do BPC para pessoas com deficiência com base na CIF.

A expressividade no aumento das concessões em 2010 se deve ao fato de ter sido o ano em que 100% das avaliações ocorreram sob o mesmo modelo embasado na CIF e com a conjugação das avaliações social e médica. Pela porcentagem avançada, depreende-se que o novo olhar trazido pela implantação do novo modelo enfatizando também os determinantes sociais que interferem no processo saúde doença não apenas das pessoas portadoras de tradicionais deficiências, mas, também acometidas por doenças crônicas de alto grau, igualmente incapacitantes trouxe um impacto positivo ao índice de concessões, ampliando o acesso ao BPC (FONSECA; GUEDES; ABDO, 2012, p. 7).

Através desta pesquisa foi possível afirmar que o novo modelo de avaliação social do BPC contribui para ampliar o acesso das pessoas com deficiência a um direito garantido na Constituição Federal de 1988. O novo modelo de avaliação também possibilitou o fortalecimento do Serviço Social na Previdência, uma vez que se constitui em uma das demandas mais consolidadas nos últimos anos.

Encontramos na pesquisa o artigo “Reconhecimento do Direito das Pessoas com deficiência ao Benefício de Prestação Continuada – BPC/LOAS: Impacto do novo modelo de avaliação da deficiência e do grau de impedimento no âmbito da Gerência Executiva do INSS em Petrolina”, de autoria de Patrícia Pires Batista e Neuza Patrícia Nogueira dos Santos Aquino, publicado nos anais do CBAS realizado em 2013. Esse trabalho apresenta os resultados de pesquisa realizada na Gerência Executiva do INSS em Petrolina/PE (GEXPTN) situada na região Nordeste do país. A coleta de dados ocorreu através de levantamento de dados no SUIBE onde foram avaliados os índices de concessão e indeferimento do BPC entre os meses de setembro de 2006 a agosto de 2012. Constatou-se que houve crescimento no número de benefícios concedidos passando de 45,66% no período anterior à implantação do novo modelo de avaliação social para 53,45% no período posterior (BATISTA; AQUINO, 2013). A mudança no processo de avaliação contribuiu para o crescimento no número de benefícios concedidos a pessoa com deficiência, pois antes a perícia era centrada no conceito médico biológico de saúde, ou seja, ausência de doença sem levar em consideração o contexto em que os indivíduos estão inseridos.

Com isso, entende-se que a participação do Serviço Social no reconhecimento do direito ao Benefício de Prestação Continuada consiste também em identificar e propor alternativas de enfrentamento dos fatores socioeconômicos que interferem no desenvolvimento social das famílias, de forma a colaborar com a efetivação do direito a esse benefício e visualizar o exercício da cidadania as pessoas com deficiência e suas respectivas famílias, ampliando a sua inclusão social (BATISTA; AQUINO, 2013, p. 6 - 7).

Destaca-se também o artigo “A contribuição do assistente social do INSS no acesso de pessoas com deficiência ao Benefício de Prestação Continuada-BPC”, da autora Talita Teobaldo Cintra Cordeiro. No trabalho, a autora traz os resultados de um estudo realizado na APS de Taguatinga em 2010, trata-se de uma agência que se destaca por possuir um número grande de pessoas com deficiência que recebem o BPC na Gerência Executiva do INSS do Distrito Federal (GEX/DF). Na época do estudo eram 4.831 benefícios concedidos a esse público.

De acordo com Cordeiro (2013), a pesquisa teve como objetivo verificar no âmbito da APS se a participação do assistente social do INSS na avaliação da deficiência e do grau de incapacidade para vida independente para o trabalho ampliou o acesso de pessoas com deficiência ao BPC.

Verificou-se a dificuldade de uma pessoa com deficiência conseguir o BPC na APS de Taguatinga quando vigorava o antigo modelo de avaliação da deficiência. No período de junho de 2008 a fevereiro de 2009, apenas 348 (35%) requerimentos de BPC destinados às pessoas com deficiência foram concedidos de um total de 1.007 benefícios despachados. No período de junho de 2009 a fevereiro de 2010, por sua vez, constatou-se que 252 (44%) requerimentos foram concedidos do total de 570 benefícios despachados. Comparativamente, conclui-se que no período de vigência do novo modelo de avaliação houve uma ampliação de 9% de concessão do BPC (CORDEIRO, 2013, p. 5).

Observa-se um aumento de 9% na concessão do BPC após a implantação do novo modelo de avaliação social com a participação do assistente social na APS Taguatinga. Portanto, a inserção do assistente social no processo de avaliação do BPC possibilitou um impacto favorável na ampliação desse direito às pessoas com deficiência. Os resultados favoráveis se repetem nas diversas APS espalhadas pelo país, como é possível constatar nas pesquisas citadas.

Um artigo desenvolvido a partir de um relato de experiência pelas assistentes sociais da APS da cidade de Ouro Preto no Oeste do Estado de Rondônia na região Norte do Brasil, cujo título é “A avaliação social da pessoa com deficiência: uma análise do processo de trabalho

do serviço social no INSS de Ouro Preto do Oeste/RO”, ratifica os dados encontrados por outras pesquisas realizadas em outras partes do país, ou seja, que o Serviço Social tem contribuindo positivamente no processo de avaliação social para concessão do BPC a pessoas com deficiência.

É importante destacar que a APS de Ouro Preto foi fundada em 1992, porém o profissional de Serviço Social foi inserido em julho de 2009 após a realização do concurso público em 2008. Antes do concurso havia assistentes sociais somente na Gerência Executiva de Porto Velho, capital do estado (OLIVEIRA; PROSENIWIZ; DELGADO, 2013). Nessa APS a avaliação social é realizada pelo assistente social e o usuário requerente ao benefício de prestação continuada em um local reservado na instituição para o Serviço Social. Entretanto, quando é necessária a avaliação social pode ser feita no domicílio ou se for o caso no âmbito hospitalar. A Previdência estabelece o tempo de 01 hora para cada avaliação.

As autoras acrescentam que a prática do assistente social na APS de Ouro Preto é baseada no Plano de Ação do Serviço Social do INSS, que é elaborado a cada dois anos. As atividades são direcionadas para fortalecer projetos de intervenção junto aos usuários, visam a excelência no atendimento, modernização da infraestrutura, gestão estratégica de pessoas e gestão e controle social (OLIVEIRA; PROSENIWIZ; DELGADO, 2013).

Desta forma, a atuação do assistente social na Previdência Social ampliou-se e se fortaleceu bastante na última década, a avaliação social para o acesso ao BPC tornou-se uma das demandas mais consolidadas. A partir da inserção do Serviço Social no processo de avaliação, antes comandado apenas pelo médico perito, foi possível criar uma visão de totalidade do indivíduo, pois o novo modelo de avaliação do BPC contempla as condições econômica e social e sua interferência na saúde da pessoa com deficiência. Além disso, a visão de totalidade do sujeito e da realidade em que ele está inserido revelou uma nova dimensão da “questão social”, antes não entendido com profundidade: o da procura pelo BPC por parte das pessoas que não contribuem para a Previdência Social e não apenas pelos considerados tradicionalmente deficientes. Trata-se da população alijada do mercado de trabalho, ou seja, fazem parte do conjunto daqueles que não possuem cobertura da Previdência Social, porém apresentam limitações e incapacidades de longo prazo para vida independente e para o exercício laboral. Com as alterações no conceito de deficiência e a inserção da limitação social, o BPC tornou-se a alternativa de acesso a uma renda mínima daqueles segmentos da população esquecidos pela sociedade capitalista.

Assim, a contribuição do assistente social no novo modelo de avaliação para o acesso ao BPC é significativa. As pesquisas realizadas em diversas APS espalhadas pelo país

confirmam isso. Entretanto, é necessária uma maior articulação entre as diferentes políticas públicas para que cada vez mais, as pessoas com deficiência possam minimizar as situações de vulnerabilidade social, e o assistente social tem um papel especial nesse contexto por trabalhar com as diferentes expressões da “questão social” e suas formas de enfrentamento, as políticas sociais.

Pode-se inferir que o assistente social que atua na Previdência Social ao assumir o compromisso com o projeto ético político da profissão, utiliza a avaliação social para o acesso ao BPC como um instrumento para viabilizar direitos e não somente para identificar barreiras e dificuldades da pessoa com deficiência, por meio de intervenções que contribuam para a superação das expressões da “questão social” apresentadas pelos requerentes do BPC. Nesse sentido, é colocado como desafio ao Serviço Social na Previdência Social no contexto atual a concretização desse projeto, tendo por foco as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa que se construíram com base na tradição marxista, haja vista o cenário de regressão de direitos e de avanços das ideias neoliberais, que coloca como prioridade na agenda de governo a privatização da Previdência Social.

O Serviço Social na Previdência tem como direção social a luta pela ampliação dos direitos, e por isso os profissionais deparam-se com múltiplas demandas dos usuários, para além do acesso a uma renda. Assim, assistentes sociais que atuam na Previdência precisam articular-se com os movimentos da classe trabalhadora na luta pela ampliação dos direitos sociais e, principalmente pela consolidação dos princípios da Seguridade Social. Além disso, é preciso fortalecer-se tendo por base as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa que sustentam o projeto profissional da categoria.

Com esta perspectiva, o Serviço Social na Previdência Social dispõe-se a colaborar para o desenvolvimento de políticas sociais de qualidade e, para a ampliação dos direitos sociais da coletividade. A realidade atual “exige um profissional culturalmente versado e politicamente atento ao tempo histórico” (IAMAMOTO 2009, p. 3). Portanto, o assistente social precisa desvendar o movimento real no processo de acumulação e distribuição de renda do sistema capitalista e a lacuna produzida no desenvolvimento das políticas sociais nesse contexto e, o impacto sobre a vida dos trabalhadores, potencializando ações e estratégias que viabilizem acesso aos direitos sociais.

A afirmação desses direitos, sem dúvida, pressupõe uma leitura crítica da conjuntura atual e das diferentes expressões da “questão social” e das necessidades por ela produzidas. Esse cenário de regressão impõe aos trabalhadores a necessidade de organização em defesa dos direitos conquistados. Sabe-se que essa direção vai na contracorrente do status quo, mas é só

nesse caminho que se pode vislumbrar o pleno acesso a direitos garantidos por meio de luta das classes trabalhadoras.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos deixar evidente, no início deste trabalho, que a Previdência Social, enquanto política social, não pode ser analisada desvinculada do contexto das determinações econômica, social e política no bojo das contradições existentes no sistema capitalista. A Previdência Social nas últimas décadas passa por um processo de contrarreforma e de disputa por parte do mercado. Nesse contexto, observou-se que o Serviço Social possui uma longa trajetória na Previdência Social, desde a década de 1940. Destacaram-se ao longo desse percurso do Serviço Social na Previdência três documentos norteadores da atuação profissional: Os Planos de Básicos de Ação (PBA) de 1972 e 1978 e a Matriz Teórico-Metodológica do Serviço Social na Previdência Social (1994). A Matriz Teórico Metodológica do Serviço Social na Previdência emerge na contracorrente das ideias neoliberais implantadas pelo capital no país na década de 1990, em um contexto de contrarreforma do Estado e da Previdência Social.

Assim, o presente trabalho apresenta os resultados acerca da produção teórica do Serviço Social na Previdência e a compreensão sobre a contrarreforma da Previdência que se faz presente na produção dos eventos nacionais da categoria (CBAS/ENPESS) e nas dissertações desenvolvidas na área do período compreendido entre 2010 e 2014. Partindo do pressuposto de que nossa pesquisa respondeu às questões norteadoras desse trabalho, possibilitando-nos apontar reflexões sobre a contrarreforma da Previdência social através da produção teórica do Serviço Social, apresentamos alguns aspectos.

O primeiro aspecto a ser ressaltado, é que o desmonte da Previdência pública favorece à instituição da previdência privada e abre espaço para os negócios lucrativos do capital. Assim, à medida que se processa a contrarreforma da Previdência Social no Brasil, há rebatimentos na atuação do assistente social, que perpassam pelas condições de trabalho, focalização, desvalorização entre outras condições que ferem os princípios do projeto ético político do Serviço Social.

O segundo trata-se das demandas direcionadas ao assistente social que atua na Previdência Social. Observou-se que os profissionais de Serviço Social realizam uma gama de atividades e que as mesmas estão em consonância com a lei que regulamenta a profissão. Destaca-se entre as principais demandas a avaliação social para o acesso ao BPC que se tornou uma das demandas mais consolidadas para o Serviço Social na Previdência nos últimos anos. A partir da inserção do assistente social na avaliação social, antes comandada apenas pelo médico perito, foi possível criar uma visão de totalidade do indivíduo, além de ampliar o acesso de pessoas com deficiência ao benefício.

Observou-se também que a realização de concurso público, em 2008, consequência de lutas da categoria, em conjunto com o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) ampliou a quantidade de assistentes sociais na Previdência Social, porém, estrategicamente a instituição direcionou os novos profissionais, para a realização obrigatória da avaliação social do BPC. Os dados levantados durante a pesquisa confirmam que existe na atualidade uma tendência assistencial na atuação do assistente social na Previdência Social devido à centralidade que exercem os programas de transferência de renda no atual contexto, como é caso do BPC. A nossa observação não é uma crítica à política de assistência social enquanto direito do cidadão, mas sim à inversão que constatamos durante a pesquisa, a focalização da atuação do assistente social na avaliação social do BPC em detrimento das demais atividades e atribuições da profissão na Previdência Social. O desafio posto para o Serviço Social reside em ampliar a interface entre as políticas de Assistência Social e Previdência Social, no que diz respeito à operacionalização do BPC, mas sem reduzir outras possibilidades de intervenção no âmbito da instituição. Nesse sentido, é importante ressaltar que a avaliação social do BPC é um instrumento importante que assistente social possui para viabilizar direitos ao usuário na Previdência Social, porém os profissionais não podem perder a especificidade de suas atividades conforme orienta a Matriz Teórica Metodológica do Serviço Social na Previdência Social.

Além de demanda relacionada à avaliação social do BPC, existem outras não menos relevantes, como: atendimento geral ao usuário (AGU), pesquisa social, parecer social, visita domiciliares e institucionais, articulação com rede sócio-assistencial, estudo social, socialização de informações, orientações, encaminhamentos, elaboração e execução de planos, projetos, programas em matéria que diz respeito ao Serviço Social.

O terceiro aspecto que merece destaque na pesquisa, é que para além da avaliação social do BPC, são atribuições do assistente social ampliação e consolidação do acesso à Previdência Social, saúde do trabalhador urbano e rural, programa de reabilitação (Reabilita), assessoria técnica em Serviço Social, programa de educação previdenciária (PEP), programa de revisão do benefício assistencial Rev. LOAS, pensão por morte e direitos das pessoas com deficiência e pessoas idosas.

O Serviço Social na Previdência Social tem-se reorganizado, e novas demandas e requisições fazem parte desse contexto. A precarização das condições de trabalho, número insuficiente de profissionais, ausência de recursos para desenvolver projeto sociais, falta de estrutura física adequada ao exercício profissional são desafios do cotidiano. Em algumas agências do INSS, assistentes sociais são pressionados pelos gerentes para atuar diretamente na

habilitação do BPC, atividade que é de competência de profissionais da área administrativa e que cria uma disfunção nas atribuições e competências legalmente determinadas. Destaca-se também a tentativa de mudança de nomenclatura de assistente social para Analista do Seguro Social – com formação em Serviço Social, uma ação estratégica que visa descaracterizar e desregulamentar a profissão no âmbito da instituição. Esta situação reflete das mudanças no mundo do trabalho, dentre as quais aquela que objetiva que o profissional torne-se um trabalhador polivalente.

Não obstante, cabe ressaltar que todas as questões presentes na discussão desse trabalho são desafiadoras na perspectiva em que cabe ao pesquisador, contribuir para a elaboração de um arcabouço teórico que enriqueça o debate sobre a produção do Serviço Social na Previdência Social, direcionado não somente para um aprimoramento profissional, mas para contribuir e alimentar a dimensão investigativa e conceitual da profissão, enquanto campo de conhecimento, com o objetivo de ampliar a discussão teórico metodológica nesse espaço ocupacional, a partir da perspectiva histórico crítica. O maior desafio para o Serviço Social na Previdência Social na atualidade consiste em continuar mostrando a sua importância para a política social, não perdendo de vista o caráter contraditório em uma conjuntura adversa, marcada pela materialização das ideias neoliberais. Assim, para que o profissional possa continuar a reafirmar seu espaço ocupacional na Previdência Social, precisa trabalhar coletivamente os valores que sustentam o projeto ético-político profissional.

Em face desse contexto, o trabalho ora apresentado contribuiu para compreender as mudanças processadas na Previdência Social, e os vários desafios provocados ao Serviço Social. Trata-se de uma temática que precisa ser constantemente refletida pelos profissionais de Serviço Social, tendo em vista os instigantes e complexos desafios que o sistema capitalista impõe por suas metamorfoses ao conjunto da classe trabalhadora, aqui incluindo o assistente social, como trabalhador e como viabilizador do acesso ao direito.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. M; LOPES, J. B. O Plano Básico de Ação do Serviço Social no INPS 1972: racionalidade técnica modernizadora no serviço assistencial da política previdenciária. In: BRAGA, L; CABRAL, M. S. R, et al. (Orgs.). **O serviço social na previdência: trajetória, projetos profissionais e saberes**. São Paulo: Cortez, 2008.

AGUIAR, A. G. **Serviço social e filosofia: das origens a Araxá**. 5. ed. São Paulo. Cortez, 1995.

ALVES, G. Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho. In: Francisco J. S. Teixeira, et al. (Org.). **Nova ofensiva do capital, crise do sindicalismo e as perspectivas do trabalho**. São Paulo: Cortez, 1996. p. 109.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 11.ed. São Paulo: Cortez, 2006.

ANDERSON, P. Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. In: Emir Saber, et al. (Org.). **Balanço do Neoliberalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ALMEIDA, N. L. T. ALENCAR, M. M. T. **Serviço social: trabalho e políticas públicas**. São Paulo: Saraiva, 2011.

BEHRING, E. R. **Brasil em contrarreforma: desestruturação do estado e perdas de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. As novas configurações do Estado e da Sociedade Civil no contexto da crise do capital. In: **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

_____. Política Social no contexto da crise capitalista. In **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

BEHRING, E. R., BOSCHETTI, I. **Política social: fundamentos e história**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BOSCHETTI, I. **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BRASIL. Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. **Dispõe sobre os planos de benefícios da Previdência Social e dá outras providências**. Brasília, 2006.

_____. Lei 8.742, de 07 de dezembro de 1993. **Dispõe sobre a organização da assistência social e dá outras providências**. Brasília, 1993.

_____. Decreto 3.298, de 20 de dezembro de 1999. **Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de deficiência consolida as normas de proteção e dá outras providências.** Brasília, 1999.

_____. Decreto 6.214, de 26 de setembro de 2007. **Regulamenta o benefício de prestação continuada da assistência social à pessoa com deficiência e ao idoso,** de que trata a Lei 8.742, de 07 de dezembro de 1993.

_____. Lei 8.662, de 07 de junho de 1993. **Dispõe sobre a profissão de assistente social e dá outras providências,** Brasília, 1993.

_____. Lei 12.435, de 06 de julho de 2011. **Altera a lei 8.742 que dispõe sobre a organização da Assistência Social.** 2011a.

BRASIL. Constituição (1988). **Emenda constitucional nº 20/1998,** de 15 de dezembro de 1998. Modifica o sistema de Previdência Social, estabelece normas de transição e dá outras providências. Brasília, 1998.

_____. **Emenda constitucional nº 27/2000,** de 21 de março de 2000. Acrescenta o art. 76 ao ato das Disposições Constitucionais Transitórias, instituindo a desvinculação de arrecadação de impostos e contribuições sociais da União. Brasília, 2000.

_____. **Emenda constitucional nº 41/2003,** de 19 de dezembro de 2003. Modifica os arts. 37, 40, 42, 48, 96, 149 e 201 da Constituição Federal, revoga o inciso IX do § 3 do art. 142 da Constituição Federal e dispositivos da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, e dá outras providências. Brasília, 2003.

_____. **Emenda constitucional nº 47/2005,** de 05 de julho de 2005. Altera os arts. 37, 40, 196 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a previdência social e dá outras providências. Brasília, 2005.

_____. **Proposta de Emenda à Constituição nº 33 de 1995.** Altera o artigo 178 da Constituição Federal e dispõe sobre a adoção de Medidas Provisórias. Brasília, 1995.

_____. **Medida Provisória nº 8.13,** de 01 de janeiro de 1995. Dispõe sobre a Organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Brasília, 1995.

_____. **Medida Provisória nº 1.729,** de 02 de dezembro de 1998. Altera dispositivos das Leis nº 8.212 e 8.213, de 24 de julho de 1991, e dá outras providências. Brasília, 1998.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Avaliação das pessoas com deficiência para acesso ao benefício de prestação continuada da assistência social:** um novo instrumento baseado na Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde. Brasília, DF: MDS, 2007.

_____. **Instrução Operacional nº 01/SNAS**. MDS, 2012.

_____. MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL. Instituto Nacional do Seguro Social. **Matriz teórico metodológico do Serviço Social na Previdência Social**. Brasília: MPAS, 1994.

BRAVO, M. I. S. **As políticas brasileiras de seguridade social: saúde**. In: Capacitação em serviço social e política social. Módulo IV: O trabalho do assistente social e as políticas sociais. Brasília: CEAD/UnB, 1999.

CABRAL, M. do. S. R.. **As políticas brasileiras de seguridade social: Previdência Social**. In: Capacitação em serviço social e política social. Módulo IV: O trabalho do assistente social e as políticas sociais. Brasília: CEAD/UnB, 1999.

CARDOSO, F. H. Reforma do Estado. In: PEREIRA, L. C. B; SPINK, P. et al. (orgs). **Reforma do estado e administração pública gerencial**. 7. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

CARTAXO, A. M. B.; CABRAL, M. do. S. R. O processo de desconstrução do projeto profissional do Serviço Social na Previdência: um registro de resistência e luta dos assistentes sociais. In: BRAGA, L; CABRAL, M. do. S. R. et al. (Orgs). **O serviço social na previdência: trajetória, projetos profissionais e saberes**. São Paulo: Cortez, 2008.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Código de ética profissional dos assistentes sociais**. Brasília, 13 de março de 1993.

_____. Resolução CFESS nº493/2006. **Dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social** de 21 de agosto de 2006.

FRIGOTTO, G. **Educação e crise do capitalismo real**. 2. ed. Cortez: São Paulo, 1995.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONDIM, L. M. de. P. (Orgs.) **Pesquisa em ciências sociais: o projeto de dissertação de mestrado**. Fortaleza: Edições UFC, 1999.

GRANEMANN, S. **Para uma interpretação marxista da “previdência privada”**. Tese (Doutorado em Serviço Social) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 1993.

IVO, A. B. L. SILVA, A. B. de. A. **O hiato dentro do direito: os excluídos do BPC**. R. Katálysis, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 32-40, jan./jun. 2011.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: um esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 26. ed. São Paulo, Cortez: 2008.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **O serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 20. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. O Serviço Social na cena contemporânea. **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

LÊNIN, V. I. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

MANDEL, E. **A crise do capital**: os fatos e a sua interpretação marxista. São Paulo: Ensaio, 1990.

_____. **O capitalismo tardio**. Coleção: os economistas. Abril cultural: São Paulo. 1982.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 9. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

MOREIRA, M. C. O Serviço Social do INSS a partir da década de 1990: análise da implantação da Matriz Teórico Metodológica. In: BEHRING, E. R. ALMEIDA, M. H. T. de, et al. (Orgs.). **Trabalho e seguridade social**: percursos e dilemas. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **O serviço social do INSS a partir da década de 1990**: análise da implantação da Matriz Teórico Metodológica. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro 2005.

MOTAÑO, C.; DURIGUETTO, M. L. **Estado, classe e movimento social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MOTA, A. E. Crônica de uma morte anunciada: as reformas da Previdência Social nos anos 1990 e 2000. In: BRAGA, L; CABRAL, M. S. R, et al. (Orgs.). **O serviço social na previdência**: trajetória, projetos profissionais e saberes. São Paulo: Cortez, 2008.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Introdução ao estudo do método de Marx**. Expressão Popular. 2011.

_____. **A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social.** In: Capacitação em serviço social e política social. Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD/UnB, 1999.

NETTO, J. P., BRAZ, M. **Economia política:** uma introdução crítica. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

NEVES, M. E. R.; SILVA, M. de. J. Previdência Social: construção da prática do Serviço Social. In: BRAGA, L; CABRAL, M. S. R, et al. (Orgs.). **O serviço social na previdência:** trajetória, projetos profissionais e saberes. São Paulo: Cortez, 2008.

NEVES, M. E. R. Crise do capital e os impactos para as políticas de seguridade social. In: **2º seminário nacional de serviço social na previdência social**, 2015, Brasília, 70 anos do Serviço Social na Previdência. Brasília: CFESS, 2015.

Organização Mundial de Saúde (OMS). **CIF:** Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde. In: BUCHALLA, C. M. (org. e coordenação da tradução). 1. ed. 1. Reimpressão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

PEREIRA, P. A. P. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. In: BOSCHETTI, I. et al (orgs). **Política social no capitalismo:** tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2008. p. 87 - 109.

SALVADOR, E. da. S. Crise do capital e as implicações para a política de seguridade social. In: **2º Seminário Nacional de Serviço Social na Previdência Social**, 2015, Brasília, 70 anos do Serviço Social na Previdência. Brasília: CFESS, 2015.

_____. **Fundo público no Brasil:** financiamento e destino dos recursos da seguridade social (2000/2008). Tese (Doutorado em Política Social). Universidade de Brasília: Brasília, 2008.

_____. **Quem financia e qual o destino dos recursos da seguridade social no Brasil?** Observatório da cidadania. 2007.

SANTOS, W. G. dos. **Cidadania e justiça:** a política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SILVA, A. A. **A gestão da seguridade social brasileira:** entre a política e o mercado. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **O Serviço Social na Previdência: entre a necessidade social e o benefício.** In: BRAGA, L; CABRAL, M. S. R, et al. (Orgs.). **O serviço social na previdência:** trajetória, projetos profissionais e saberes. São Paulo: Cortez, 2008.

SILVA, M. L. L. da. Um novo fazer profissional: **Capacitação em serviço social e política social**. Módulo IV: O trabalho do assistente social e as políticas sociais. Brasília, DF: CEAD/UnB, 2000, p. 111-124.

VIANA, M. L. T. W. As armas secretas que abateram a seguridade social. In: LESBAURIN, Ivo (Org.). **O desmonte da nação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

YAZBEK, M. C. Análise da Matriz Teórico Metodológica do Serviço Social no INSS (1995), considerando a política previdenciária, suas determinações sócio históricas e o projeto hegemônico do Serviço Social. In: BRAGA, L; CABRAL, M. S. R, et al. (Orgs.). **O serviço social na previdência**: trajetória, projetos profissionais e saberes. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. Os fundamentos históricos e teóricos metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade. **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

_____. O significado sócio histórico da profissão. **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

FONTES DA PESQUISA

DISSERTAÇÕES

BARBOSA, T. M. N. **O trabalho profissional dos (as) assistentes sociais no INSS pós as contra-reformas da previdência social**. 2007. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

BERGER, M. C. B. **A seguridade social brasileira**: tentativa de construção em um contexto de (des) construção, 2011. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2011.

SCARANELLO, A. de. F. da SILVA. **O Serviço Social na Reabilitação Profissional do INSS**: A experiência da Agência da Previdência Social de São José do Rio Preto SP, 2006. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) Universidade Estadual de São Paulo/Campus de Franca: São Paulo, 2006.

ENNES, L. L. **Trabalho e Serviço Social**: o trabalho do assistente social na Previdência Social brasileira no contexto de contra-reforma do Estado, 2012. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) Universidade Federal de Juiz de Fora/ MG, Juiz de Fora, 2012.

FERNANDES, de. O. V. P. **Instrumentalidade do serviço social na previdência social no Brasil contemporâneo**, 2010. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010.

NOGUEIRA, K. E. R. **Novo modelo de avaliação para o acesso ao BPC da política de Assistência Social:** O olhar das assistentes sociais da Gerência Executiva do INSS Fortaleza, 2011. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade) Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2011.

ROZENDO, F.H. da. C. **O Serviço Social na Previdência Social:** A afirmação do seu espaço na materialização dos direitos. 2010. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010.

TRABALHOS – CBAS

ABDO, R. de. S. R; ALVIM, L. V; AGUIAR, A. T. de; ESTEVES, E. F; RUIZ, L. R; DONATO, S. A. S; FONSECA, G. L; PAIXÃO, A. A. R; SAMPAIO, M. P; GUEDES, H. H. da. S. Serviço Social em números: uma análise de sua importância enquanto serviço previdenciário na disseminação de direitos e concretude da missão da previdência social de proteger o trabalhador e sua família. In: XIV CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS (CBAS), 2013, Águas de Lindóia. **Anais...** São Paulo, 2013.

AGUIAR, M. P. P. de. A; COSTA, L. F. A. da. Percepções dos beneficiários do benefício de prestação continuada e do assistente social do Instituto Nacional de Seguro Social acerca do BPC. In: XIV CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS (CBAS), 2013, Águas de Lindóia. **Anais...**São Paulo, 2013.

ALONSO, D. Z; OLIVATTO, I. A. B; BASTAZINI, M. H. G; COSTA, M. M. R; FRANZINI, P. G; ALMEIDA, P. S. de; FERREIRA, S. H. B; NEVES, V. A. Caracterização dos requerentes do benefício de prestação continuada para pessoa com deficiência a partir do novo modelo de avaliação social e médica: a realidade da Gerência Executiva do INSS em Piracicaba/SP. In: XIII CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS (CBAS), 2010, **Anais...** Brasília, 2010.

AMORIM, A. G. C. de. O Serviço Social na política pública de previdência social no Brasil: breve reflexão sobre as requisições profissionais dirigidas à profissão no contexto atual. In: XIV CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS (CBAS), 2013, Águas de Lindóia. **Anais...** São Paulo, 2013.

ARAUJO, K. M. S. de; SOUZA, I. da. S. de. Das inquietações da prática a uma reflexão: Benefício de Prestação Continuada. In: XIII CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS (CBAS), **Anais...**Brasília, 2010.

ASSIS, R. L. M. de; COSTA, M. T. F; COSTA, A. C. da. Previdência Social no Brasil: entre a seletividade e a privatização. In: XIII CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS (CBAS), **Anais...** Brasília, 2010.

BARBOSA, C. V. da. S; MACEDO, E. S; MATTOS, F. G; BARBOSA, F. E. S; SÁ, K. L. T. de; SILVA, M. C. da; VALENTE, R. S. de. O; ALVARENGA, R. F. C. de; PIRES, S. de. A; ALMEIDA, S. F. de. A interlocução do Serviço Social da Gerência Executiva do INSS de João Pessoa/PB no provimento do benefício de prestação continuada. In: XIII CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS (CBAS), **Anais...** Brasília, 2010.

BARBOSA, T. M. N. Os (as) assistentes sociais do INSS e suas concepções referentes à Lei de regulamentação da profissão e ao código de Ética: análise do novo paradigma adotado a partir da década de 1990. In: XIII CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS (CBAS), **Anais...** Brasília, 2010.

_____. Algumas reflexões sobre o Serviço Social do INSS desestruturação, o impacto da reforma previdenciária e administrativa e os desafios apontados. In: XIII CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS (CBAS), **Anais...** Brasília, 2010.

BATISTA, P. P; AQUINO, N. P. N. dos, S. Reconhecimento do direito das pessoas com deficiência ao benefício de prestação continuada BPC/LOAS: impacto do novo modelo de avaliação da deficiência e do grau de impedimento no âmbito da Gerência Executiva do INSS em Petrolina. In: XIV CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS (CBAS). 2013, Águas de Lindóia, **Anais...**, São Paulo, 2013.

BATISTELLA, C. S. RENK, E. C. ARNALDI, A. LORATTI, S. L. WAMES, M. M. M. MARQUES, M. JESUS, E. de. GERVAZONI, J. F. dos. S. O Serviço Social Previdenciário na defesa da saúde do trabalhador: a construção de uma experiência no oeste catarinense. In: XIII CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS (CBAS), **Anais...**Brasília, 2010.

BORDONAL, S; SANTOS, M. C. de. S; CARVALHO, M. A; VILLELA, A. F; VAZ, M. C. M. A seguridade social no Brasil e o benefício de prestação continuada: contribuições do Serviço Social no INSS. In: XIII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS),**Anais...** Brasília, 2010.

CARTAXO, A. M. B; CABRAL, M. do. S. R. A Previdência Social brasileira o debate contemporâneo. In: XIII CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS (CBAS), **Anais...** Brasília, 2010.

_____. O Serviço Social previdenciário em questão – uma reflexão acerca dos seus avanços e retrocessos. In: XIII CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS (CBAS), **Anais...** Brasília, 2010.

CARTAXO, A. M. B; PEREIRA, M. C. de. C. O impacto das contrarreformas previdenciárias nas condições de trabalho do assistente social no contexto do Instituto Nacional de Seguro Social INSS. In: XIV CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS (CBAS). 2013, Águas de Lindóia, **Anais...**, São Paulo, 2013.

COELHO, J. A. de S. Serviço Social Previdenciário x binômio estabilidade/instabilidade. In: XIII CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS (CBAS), **Anais...** Brasília, 2010.

COELHO, J. A. de S; CARVALHO, M. L. de S. SANTOS, A. M. B. dos. A política previdenciária do auxílio doença e as transformações contemporâneas do mundo do trabalho. In: XIII CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS (CBAS), **Anais...** Brasília, 2010.

CORDEIRO, T. T. C. A contribuição do assistente social do INSS no acesso de pessoa com deficiência ao benefício de prestação continuada da assistência social BPC. In: XIV CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS (CBAS), 2013, Águas de Lindóia, **Anais...** São Paulo, 2013.

COSTA, J. R. C. Os direitos sociais previdenciários no cenário neoliberal. In: XIII CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS (CBAS), **Anais...** Brasília, 2010.

DIAS, A. M. da S. Manual técnico do Serviço Social: reafirmando o Projeto ético político do Serviço na Previdência. In: XIV CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS (CBAS), 2013, Águas de Lindóia, **Anais...** São Paulo, 2013.

GLEBER, R. F. Contribuições e limites do novo modelo de avaliação do BPC para pessoa com deficiência. In: XIV CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS (CBAS), 2013, Águas de Lindóia, **Anais...** São Paulo, 2013.

JUNIOR, J. O. de V. MARTINELLI, T. Previdência Social: em defesa da ampliação da seguridade social. In: XIV CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS (CBAS), 2013, Águas de Lindóia, **Anais...** São Paulo, 2013.

MATTOS, F. G. A matriz teórico-metodológica do Serviço Social no INSS e o Manual técnico enquanto delineadores da intervenção profissional. In: XIV CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS (CBAS), 2013, Águas de Lindóia, **Anais...** São Paulo, 2013.

MELO, C. O. M. COSTA, M. M. CABRAL, R. A. LIRA, S. S. de. SOUSA, S. T. A. de. OLIVEIRA, S. da S. O Serviço Social na Agência da Previdência Social em Santo Antônio-RN: uma proposta de trabalho voltada à interface das políticas sociais. In: XIV CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS (CBAS), 2013, Águas de Lindóia, **Anais...** São Paulo, 2013.

MIRANDA, H. P. O; CASTRO, A. M. de; ARAUJO, A. P; COSTA, C. M. O. dos. S; SANTOS, R. C. dos; VICENTE, A, K, R, M; NASCIMENTO, F. A. do. O novo modelo de avaliação do benefício de prestação continuada: uma nova visão para a deficiência. In: XIII CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS (CBAS), **Anais...** Brasília, 2010.

MOURA, C. M. M. de. O desafio da consolidação da matriz teórico-metodológica do Serviço Social no INSS. In: XIII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), **Anais...** Brasília, 2010.

MOURA, L. M. de. ENGLER, H. B. R. POLONIO, I. BEORDO, M. OLIVEIRA, J. J. A. de. LIMA, T. A. dos. S. OLIVEIRA, A. C. M. de. Desafios éticos do exercício profissional previdenciário. In: XIV CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS (CBAS), 2013, Águas de Lindóia, **Anais...** São Paulo, 2013.

NEVES, M. E. R; ALMEIDA, N. R. S. de. Avaliação social do BPC e a atuação do assistente social no INSS. In: XIV CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS (CBAS), 2013, Águas de Lindóia, **Anais...** São Paulo, 2013.

NUNES, L. V; TEIXEIRA, S. M. A avaliação social como caracterizadora do novo modelo de avaliação do BPC à pessoa com deficiência. In: XIV CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS (CBAS), 2013, Águas de Lindóia, **Anais...** São Paulo, 2013.

OLIVEIRA, D. F. de; PROSENIWIZ, I; DELGADO, J. R. A avaliação social da pessoa com deficiência: uma análise do processo de trabalho do Serviço Social no INSS de Ouro Preto do Oeste/RO. In: XIV CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS (CBAS), 2013, Águas de Lindóia, **Anais...** São Paulo, 2013.

PEREIRA, J. N; MIRANDA, H. P. O; ARAÚJO, R. M de; LOPES, M. do. S; MIRANDA, J. E. G; SOUSA, M. D. C. M. Intervenção técnica do Serviço Social da Previdência Social junto as comunidades quilombolas da Paraíba: relato de experiência. In: XIV CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS (CBAS), 2013, Águas de Lindóia, **Anais...** São Paulo, 2013.

POLICARPO, J. A. Reabilitação profissional do INSS: reflexões sobre o serviço prestado e seus desafios na atuação do assistente social. In: XIV CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS (CBAS), 2013, Águas de Lindóia, **Anais...** São Paulo, 2013.

ROZENDO, F. H. da. C. A consolidação dos direitos no Serviço Social da Previdência Social. In: XIII CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS (CBAS), **Anais...** Brasília, 2010.

SANTOS, M. F. dos. A Previdência Social Pública na Contemporaneidade: reflexões acerca das estratégias de destituição dos direitos no cenário brasileiro. In: XIV CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS (CBAS), 2013, Águas de Lindóia, **Anais...** São Paulo, 2013.

SEBRIAN, E. B. P; LUZ, N. S. da. Gênero e benefícios por incapacidade laborativa temporária da Previdência Social brasileira. In: XIV CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS (CBAS), 2013, Águas de Lindóia, **Anais...** São Paulo, 2013.

SEVERIANO, E. M. O. Assessoria em Serviço Social na Previdência: sistematização do trabalho e reflexões no contexto da judicialização na seguridade social. In: XIV CONGRESSO

BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS (CBAS), 2013, Águas de Lindóia, **Anais...** São Paulo, 2013.

SEVERIANO, E. M. O. BEZERRA, L. M. P. de. S. Participação da Sociedade civil e controle social na Previdência Social brasileira: sobre limites e desafios contemporâneos. In: XIV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), 2013, Águas de Lindóia, **Anais...** do São Paulo, 2013.

SILVA, M. A. S. e; SCHMIDT, J. A. Gestão da Previdência Social: em um contexto de improbidade e evasão fiscal. In: XIV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), 2013, Águas de Lindóia, **Anais...** São Paulo, 2013.

SILVA, N. C. P. da; FERREIRA, V. M. Seguridade Social e neoliberalismo no Brasil: O (o) caso da Previdência Social nas propostas de reforma atuais. In: XIII CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS (CBAS), **Anais...** Brasília, 2010.

SILVA, R. C. da; O Serviço Social do INSS: período pós implantação da avaliação social do benefício de prestação continuada da assistência social para pessoa com deficiência. In: XIV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), 2013, Águas de Lindóia, **Anais...** São Paulo, 2013.

STOPA, R. O Serviço Social na Previdência: trajetória de lutas e desafios. In: XIII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), **Anais...** Brasília, 2010.

VIANA, N. C. Os conflitos de interesses na Previdência e sua gestão na crise capitalista. In: XIII CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS (CBAS), **Anais...** Brasília, 2010.

TRABALHOS – ENPESS

ARAUJO, F. R. O Serviço Social na Previdência Social: a atuação profissional na realidade brasileira. In: XIV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL (ENPESS), 2014, Natal, **Anais...** Rio Grande do Norte, 2014.

COSTA, J. R. C. Previdência e Resistência: a intervenção dos Assistentes Sociais na efetivação/manutenção dos direitos sociais previdenciários. In: XII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL (ENPESS), 2010, Rio de Janeiro, **Anais...** Rio de Janeiro, 2010.

_____. Os direitos sociais previdenciários no cenário neoliberal. In: XII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL (ENPESS), 2010, Rio de Janeiro, **Anais...** Rio de Janeiro, 2010.

FERNANDES, V. P. de. O. Os desafios e possibilidades do Serviço Social na Previdência Social. In: XII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL (ENPESS), 2010, Rio de Janeiro, **Anais...** Rio de Janeiro, 2010.

FONSECA, G. L; GUEDES, H. H. da. S; ABDO, R. de. S. R. Novo modelo de avaliação do BPC. Um estudo sobre o impacto na concessão à pessoa com deficiência. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL (ENPESS), 2012, Juiz de Fora, **Anais...** Minas Gerais, 2012.

GALIZIA, S. V. A Contrarreforma da Previdência e os desafios para o Serviço Social no Século. In: XXI. ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL (ENPESS), 2012, Juiz de Fora, **Anais...** Minas Gerais, 2012.

GUEDES, H. H. da. S; FONSECA, G. L; ABDO, R. de. S. R. O trabalho do assistente social na Previdência: Concebendo a prática na perspectiva do direito. In: XIII ENCONTRO DE PESQUISADORES DE SERVIÇO SOCIAL (ENPESS), 2012, Juiz de Fora Minas Gerais, 2012.

LOURENÇO, E. A. de. S. Neoliberalismo e os impactos para a Seguridade Social e o trabalho profissional do Serviço Social. In: XIV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL (ENPESS), 2014, Natal, **Anais...** Rio Grande do Norte, 2014.

MAGIONI, M. J. A influência do Banco Mundial sobre as reformas da Previdência Social brasileira. In: XIV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL (ENPESS), 2014, Natal, **Anais...** Rio Grande do Norte, 2014.

MATTOS, G. F. As transformações no mundo do trabalho e Seguridade Social: a fratura entre a Previdência e Assistência Social. In: XIII Encontro de Pesquisadores de Serviço Social (ENPESS), 2012, Juiz de Fora, **Anais...** Minas Gerais, 2012.

MOURA, L. M. de; POLONIO, I; ENGLER, H. B. R; BEORDO, M. A dimensão da atuação profissional na Previdência Social. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL (ENPESS), 2012, Juiz de Fora, **Anais...** Minas Gerais, 2012.

PEREIRA, M. C. de. C; CARTAXO, A. M. B; FACCIN, M; RAMALHO, M. A tendência assistencial do trabalho profissional previdenciário: um estudo preliminar da questão. In: XIII ENCONTRO DE PESQUISADORES DE SERVIÇO SOCIAL (ENPESS), 2012, Juiz de Fora, **Anais...** Minas Gerais, 2012.

ROCHA, F. R. F. VASCONCELOS, A. P. S. M. PINTO, R. M. P. Seguridade Social em tempos de crise do capital: balanço da era Lula-Dilma. In: XIV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL (ENPESS), 2014, Natal, **Anais...** Rio Grande do Norte, 2014.

ROZENDO, F. H. da. C. Avanços e desafios do Serviço Social Previdenciário. In: XIII ENCONTRO DE PESQUISADORES DE SERVIÇO SOCIAL (ENPESS), 2012, Juiz de Fora, **Anais...** Minas Gerais, 2012.

_____. F. H. da. C. SANTANA, E. P. de. O Serviço Social da Gerência Executiva de Santo Antônio de Jesus/BA: uma análise do seu trabalho profissional. In: XIV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL (ENPESS), 2014, Natal, **Anais...** Rio Grande do Norte, 2014.

SANTOS, M. do. S. R. dos; ASSIS, R. L. M. de. Previdência Social e Segurados Especiais: particularizando a realidade dos pescadores e marisqueiras. In: XII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL (ENPESS), 2010, Rio de Janeiro, **Anais...** Rio de Janeiro, 2010.

SENA, K. L. BRANDÃO, K. M. Espaços de participação democrática na Previdência Social: notas introdutórias a um debate necessário. In: XIV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL (ENPESS), 2014, Natal, **Anais...** Rio Grande do Norte, 2014.

TAVARES, C. C. F. ARAUJO, C. M. A reestruturação do Serviço Social na Previdência Social: um estudo na Gerência Executiva do INSS de Juazeiro do Norte/CE. In: XIV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL (ENPESS), 2014, Natal, **Anais...** Rio Grande do Norte, 2014.

TERRA, P. V. de. O. A avaliação social do Benefício de Prestação Continuada: o olhar dos assistentes sociais. In: XIV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL (ENPESS), 2014, Natal, **Anais...** Rio Grande do Norte, 2014.

WUNSCH, D. S. Trabalho e Previdência Social: As lacunas da proteção social no âmbito da seguridade. In: XII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL (ENPESS), 2010, Rio de Janeiro, **Anais...** Rio de Janeiro, 2010.